

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Míriam Rebeca Rodeguero Stefanuto

TRABALHO CALADO: OS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE E AS
INDÚSTRIAS DE CARNE

Mestrado em Antropologia Social

São Carlos

2017

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

TRABALHO CALADO: OS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE E AS
INDÚSTRIAS DE CARNE

Míriam Rebeca Rodeguero Stefanuto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social
(PPGAS) da Universidade Federal de São
Carlos (UFSCar) para a obtenção do título
de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Felipe Ferreira Vander Velden

São Carlos

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 878
CEP 13506-906 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Miriam Rebeca Rodeguero Stefanuto

23/06/2017

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andreilo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Natácha Simeí Leal
Universidade Federal do Vale do São Francisco / UNIVASF

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 15:00h no dia 23/06/2017.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
Prof. Dr. Geraldo Luciano Andreilo
Profa. Dra. Natácha Simeí Leal

Homologado na CPG-PPGAS na
_____, Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Coordenador do PPGAS

Agradecimentos

À meu pai agradeço a tranquilidade de um lugar e de uma ideia para onde voltar. À minha mãe agradeço os telefonemas, as muitas risadas e sua certeza. À minha irmã agradeço o exemplo, a atenção e a disponibilidade. Aos meus dois irmãos, por me permitirem sempre ter a sensação de pertencimento, mesmo longe. À Ju, querida, com quem dividi grandes e imprescindíveis momentos de humor autodepreciativo. E agradeço meu companheiro pela sua presença compreensiva e pelo carinho.

Gostaria de agradecer minha colega de pesquisa e amiga Débora, que “desbravou” o oeste catarinense pouco antes de mim e passou-me dicas e contatos valiosos. À professora Adiles Savoldi meus sinceros agradecimentos pela sua disponibilidade e gentileza que me permitiram dar os primeiros passos em direção à minha pesquisa de campo. Agradeço o carinho com que o Danilo e a Lila me receberam sempre que precisei.

Ao Idalino, à Beatriz e sua família, que me receberam em sua casa, compartilharam seus cotidianos, algumas histórias, muitas risadas e me fazem sentir saudades. A pesquisa não seria possível sem a generosidade dessas pessoas. Também não haveria pesquisa sem todos aqueles que se disponibilizaram para uma conversa, para responder perguntas e contar um pouco sobre suas vidas a uma estranha. Muito obrigada a todas essas pessoas pelo tempo e pela atenção.

Ao professor Dr. Geraldo Luciano Andrello e ao professor Dr. Edmundo Peggion agradeço a disponibilidade para compor a banca de qualificação. Ao professor Dr. Geraldo Luciano Andrello e à professora Dra. Natacha Simei Leal meus agradecimentos por constituírem a banca de defesa.

À Capes agradeço o apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa e as viagens ao campo.

Ao professor Dr. Felipe Ferreira Vander Velden agradeço as sempre atenciosas correções e leituras das minhas tentativas, o acolhimento da minha pesquisa e a paciente orientação que me trouxe até aqui.

Resumo

Esta dissertação examina as relações entre o trabalho nas indústrias frigoríficas e o modo de vida Kaingang na terra indígena Toldo Chimbangue, localizada no município de Chapecó, na região oeste do estado de Santa Catarina. A região é importante produtora de carnes de suínos e aves, e o Estado é um dos mais importantes do setor no Brasil, produzindo para os mercados interno e externo. Recentemente, os Kaingang passaram a ser contratados pelos frigoríficos, que oferecem transporte da terra indígena até as indústrias. Como esta pesquisa procura apresentar, estar empregado nos frigoríficos significa se sujeitar a condições de trabalho reconhecidamente exaustivas e prejudiciais aos trabalhadores. Para além das questões de saúde, uma linha de produção repetitiva, que adoce os corpos Kaingangs, difere das práticas e dos conhecimentos na terra indígena, principalmente àqueles referentes a criações de animais, à alimentação, às noções de trabalho e ao próprio território do Toldo Chimbangue. Esses elementos são os que constituem e caracterizam o modo de ser Kaingang, segundo eles próprios, e o trabalho nos frigoríficos, aquilo que ele representa e implica, se opõe a esse modo de vida considerado verdadeiramente Kaingang. É sobre essas relações e oposições que esta pesquisa se volta.

Palavras-chave: Kaingang; frigoríficos; trabalho; animais.

Abstract

This dissertation examines the relationship between work in the slaughterhouses and the Kaingang way of life in the Toldo Chibangue indigenous land, located in the municipality of Chapecó, in the western region of the state of Santa Catarina. The region is an important producer of pork and poultry meat, and the state is one of the most important of the meat sector in Brazil, producing for the domestic and foreign markets. Recently, the Kaingang have been hired by the slaughterhouses, that it's offers transportation from the village to the industries. As this research seeks to present, being employed in slaughterhouses means subjecting to conditions that are admittedly exhaustive and harmful to workers. In addition to health issues, a repetitive production line that gets sick the Kaingangs bodies differs from village practices and knowledge, especially those concerning animal breeding, feeding, notions of work and the territory of the Toldo Chibangue. These elements are what constitute and characterize the Kaingang being, according to themselves, and the work in the slaughterhouses and what it represents and implies is opposed to this way of life considered truly Kaingang. It is on those relationships and oppositions that this research is concerned.

Keywords: Kaingang; slaughterhouses; work; animals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – PROCESSOS HISTÓRICOS E ATUALIDADE NO TOLDO CHIMBANGUE ...	18
1.1 Dos Campos de Erexim às margens do Irani: a formação do Toldo Chimbanguê ..	19
1.2 Os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbanguê	32
2 – O TOLDO CHIMBANGUE NA CIDADE DO AGRONEGÓCIO	42
2.1 A economia do oeste catarinense e a formação das agroindústrias	45
2.2 Do abate industrial de animais e a produção de carne	56
2.3 Os frigoríficos do oeste catarinense e os Kaingang	63
3 – SE A PESSOA PLANTASSE ELA SERIA LIVRE	74
3.1 Alguns apontamentos sobre a alimentação Kaingang	76
3.2 “O índio tem que virar um pequeno agricultor”	89
3.3 O lugar das <i>coisas de índio</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	115
ANEXO	125

INTRODUÇÃO

O avião estava prestes a pousar no pequeno aeroporto Serafin Enoss Bertaso, em Chapecó, Santa Catarina, quando, depois de dar uma breve explicação sobre minha viagem ao Toldo Chimbangue para o meu vizinho de assento, ele disse compreender o meu trabalho:

Então, eu estou envolvido com umas terras... Eu trabalho num lugar que precisaria de alguém como você pra fazer o diálogo com os índios que precisam sair dali. Porque indígenas são seres humanos normais, né, então se a gente explicar eles vão entender que eles têm que sair dali, porque eles não têm documento, papel, não tem nada. Não é? Você entende o que eu to falando, né, porque não é porque você é antropóloga e fica na aldeia que você concorda com eles, certo?

Para aquele senhor ao meu lado, os indígenas não haviam desocupado as terras onde vivem, produziam, tinham história e vínculos por simples falta de um bom antropólogo que explicasse para os tais índios que eles não têm papéis suficientes para comprar o seu direito de estar ali. Não tive chance de dizer que, muito provavelmente, assim como os Kaingang do Toldo Chimbangue, esses indígenas que ele queria ver expulsos também devem saber o quanto papéis são necessários para comprovar sua relação histórica com sua terra.

Quando o território Kaingang começou a ser vendido pelas empresas colonizadoras, foram inventados papéis para dar aos colonizadores a posse de terras há muito ocupadas e utilizadas por esse povo indígena. Meu então vizinho também não ficou sabendo, porque até então eu não o sabia tão bem, que os indígenas têm saído sim de seus territórios. No caso dos Kaingang do Toldo Chimbangue, os papéis foram tão eficientes em expulsá-los de suas terras, que elas foram reduzidas e exploradas antes de ser devolvidas aos indígenas, de modo que, atualmente, permanecer e viver delas tornou-se virtualmente impossível. Por isso saem, então, muitos Kaingang, todos os dias, para ir trabalhar nas indústrias frigoríficas, fortemente presentes na região em que está localizada a Terra Indígena Toldo Chimbangue. Mesmo tendo recuperado parte das terras de onde foram expulsos no passado, permanecer nessas terras nos dias de hoje segue sendom desafio para muitos Kaingang.



Mapa 1: O estado de Santa Catarina, com a cidade de Chapecó marcada à esquerda, na região oeste. (fonte: Google Maps).

Na divisão espacial da produção econômica brasileira, a região Oeste de Santa Catarina constitui-se importante produtora de carnes de suínos e aves, o que contribui para que o estado seja reconhecido enquanto um dos mais importantes do setor no Brasil, produzindo tanto para o mercado nacional quanto para exportação. Assim como Chapecó, diversos municípios vizinhos possuem em seu território unidades industriais de abate de animais e de processamento de carne. Por conta dessas unidades, existe uma grande diversidade de outras indústrias voltadas indiretamente para o processo de produção agroindustrial. Mesmo aqueles municípios que não possuem tais indústrias acabam contribuindo com a elas através do fornecimento de matéria prima ou mão de obra, o que mostra que a agroindústria na região envolve diversos setores e tem uma atuação bastante abrangente (Pertile, 2008). As empresas frigoríficas alcançam também os indígenas do Toldo Chimbanguê, aldeia que fornece mão de obra diariamente para algumas dessas empresas.

Os relatos indígenas – tanto os que eu coletei em campo quanto aqueles que aparecem em outros trabalhos, como se verá – sobre a contratação de mão de obra Kaingang mostram que o emprego nos frigoríficos está longe de se constituir, de fato, em uma escolha livre. Apesar das condições difíceis de trabalho e dos problemas de saúde, as indústrias de carne seguem sendo as principais contratadoras dos Kaingang

daquela aldeia, o que ocorre pela exigência de pouca escolaridade e pelo oferecimento de transporte da terra indígena até o local de trabalho. Assim, os frigoríficos são apresentados como umas das poucas alternativas possíveis de trabalho para os Kaingang atualmente, segundo eles próprios.

Contudo, ater-se somente à ideia de que os Kaingang estariam inertes diante dessa necessidade de trabalhar nos frigoríficos impede uma percepção daquilo que segue ocorrendo junto disso, e apesar disso. Enquanto trabalham no processamento de carnes nos frigoríficos os Kaingang criam seus próprios animais, abatem-nos e questionam o funcionamento das agroindústrias tendo essas práticas locais como referência. Enquanto se dão conta do consumo crescente de alimentos comprados em detrimento dos colhidos, coletados e caçados, os Kaingang recuperam costumes e histórias. Ao mesmo tempo em que se distanciam cotidianamente da aldeia para o trabalho nos frigoríficos os Kaingang procuram meios de se manter na terra indígena, produzindo nela, estabelecendo modos especificamente Kaingang de trabalhar e viver.

Desse modo, é preciso considerar que, devido a vários processos e fatores, os Kaingang precisam, atualmente, se sujeitar a trabalhos como aqueles ofertados nos frigoríficos. Mas não se pode perder de vista, também, os efeitos do trabalho nos frigoríficos para os Kaingang do Toldo Chimbanguê, o modo como ele se relaciona e contrapõe às práticas da e na terra indígena. O primeiro aspecto – os fatores que resultaram nesse cenário atual de trabalho para os Kaingang – pode ser considerado como um ponto de partida dessa pesquisa, não abandonado durante o processo de escrita e reflexão. O segundo aspecto é onde se pretende chegar, a perspectiva indígena sobre o trabalho nos frigoríficos e sobre aquilo que ele implica e significa para os Kaingang do Toldo Chimbanguê.

O funcionamento das indústrias de carne já havia sido objeto de meu interesse antes dessa pesquisa de mestrado; durante minha graduação, abordei alguns aspectos referentes a um frigorífico de pequeno porte no interior paulista como pesquisa de iniciação científica¹ (Stefanuto, 2014). O objetivo principal da pesquisa foi o de investigar as relações estabelecidas entre humanos e não humanos – no caso, animais de corte, bovinos e suínos – no contexto de abate e processamento de carne em um pequeno abatedouro no interior do estado de São Paulo. A análise foi no sentido de relacionar determinadas funções da linha de produção com relações específicas ou

¹ Com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre 1 de maio de 2013 e 28 de fevereiro de 2014.

determinadas posturas dos trabalhadores em relação aos animais. Para tanto, explorou-se não só o funcionamento técnico do frigorífico, mas, também, as implicações simbólicas dessa estrutura da linha de produção – ou de (des)montagem – que operam para atenuar o fato de se lidar constantemente com a morte e apagar, entre os trabalhadores, qualquer forma de empatia para com os seres não humanos que abatem, cortam e processam diuturnamente.

A pesquisa também me apresentou à resistência das indústrias frigoríficas em receber pesquisadores em suas dependências, algo que também foi encontrado por Pachirat (2011), pesquisador que estudou um grande abatedouro nos Estados Unidos, mas que, para tanto, precisou ser formalmente contratado pela empresa. No meu caso, realizei duas tentativas de contato com dois dos maiores frigoríficos, em cidades também maiores. Em um deles, a resposta negando meu pedido veio de imediato; no segundo, realizei várias ligações e mandei alguns e-mails, mas a pessoa que poderia me esclarecer se eu poderia ou não realizar minha pesquisa aparentemente estava sempre em reunião. Depois de dois meses, abandonei a ideia.

Em oposição a essas frustrações, entrar no pequeno frigorífico que havia estudado foi relativamente fácil. Alguns familiares, sabendo das minhas intenções, disseram conhecer um funcionário daquele frigorífico e me passaram seu telefone. Na primeira conversa, ele me cedeu o número da veterinária responsável até então, a filha do dono da empresa. Conversei com ela apenas uma vez e ela já me orientou a fazer contato com o veterinário que menciono nessa pesquisa, pois ele se tornaria o responsável permanente dali em diante. A partir dele, entrei no frigorífico. Em todas as vezes em que estive em campo precisei passar pela aprovação do veterinário para ir até a linha de produção, e em duas ocasiões que ele se ausentou do trabalho eu não pude prosseguir.

Foi tendo como referência essa trajetória de pesquisa anterior – o sucesso dela, e o fracasso diante das indústrias maiores – que optei por não considerar uma entrada nas grandes indústrias de Chapecó, mas concentrar a pesquisa de campo entre os Kaingang moradores na Terra Indígena Toldo Chimbanguê.

Já no final da pesquisa de iniciação científica, tive acesso a uma perturbadora reportagem publicada na *Revista Caros Amigos* (Primi, 2013) que apresentava, principalmente, os danos emocionais e físicos causados àqueles que preenchem as etapas da linha de produção de carne. Apenas recentemente os indígenas passaram a ocupar parte dos postos, acompanhados, pelos haitianos (Primi, 2013, p. 20), bengalis e

senegaleses, estes dois últimos atraídos pelas vendas crescentes de carne para países muçulmanos, que fazem exigências específicas sobre o abate e o processamento dos produtos (Menezes, 2014). O texto jornalístico se ocupava somente das questões relativas aos indígenas, mas, além de trazer dados sobre os trabalhadores Kaingang na região de Chapecó de modo geral, trazia também informações específicas sobre os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue.

A reportagem também apontava para a necessidade de se pensar sobre o preço de se manter um setor econômico em destaque tanto no cenário nacional quanto internacional. Segundo os dados apresentados, o período de aumento nos casos de distúrbios mentais, consequência de um trabalho exaustivo realizado nos frigoríficos, coincide com a época em que o Brasil se tornou o maior produtor mundial de carne. A reportagem, de 2013, argumenta que entre os anos 2000 e 2010 a receita das exportações brasileiras do setor cresceram 696%, um aumento de quase 70% ao ano. Contudo, uma estimativa da contrapartida desse sucesso econômico era que, dos 850 mil trabalhadores do segmento, 20% estava doente (Primi, 2013, p. 22). Parte desses trabalhadores são os Kaingang que passaram a ser contratados mais recentemente para atender a esse crescimento vertiginoso, e a demanda por mão de obra foi tão urgente que, no início das contratações, estavam reduzidos os treinamentos anteriores e as exigências de escolaridade (Primi, 2013).

Desse modo, partindo de um interesse anterior pelo tema e algum contato com ele através da Iniciação Científica, além das possibilidades inspiradas pela referida reportagem, pareceu possível investigar questões referentes às indústrias de carne e ao trabalho nos frigoríficos em outro contexto, o da Terra Indígena Toldo Chimbangue, na região oeste do estado de Santa Catarina. Apesar de a reportagem citada ter sido o ponto de partida da pesquisa que deu origem a esta dissertação, a intenção não foi a de seguir o mesmo caminho, jornalístico, e realizar algum tipo de denúncia das condições de trabalho, negar ou confirmar dados apresentados pela revista. As informações obtidas na reportagem são valiosas e não há o esforço de esconder o contexto de trabalho pesado e exploração para o qual ela aponta. Também não farei este esforço aqui, pois não desejo partilhar das várias estratégias de ocultamento empregada historicamente pelos matadouros e frigoríficos (Dias, 2009); mas esta pesquisa interessa-se particularmente pelas perspectivas indígenas a respeito de todas essas questões.

No final de 2014 viajei até a cidade de Chapecó numa curta tentativa de estabelecer os contatos necessários, e a existência de um escritório da Funai na cidade –

a sede da Coordenação Regional Interior Sul do órgão indigenista oficial – foi de grande importância. A partir dela, muito rapidamente foi garantida a realização da pesquisa de campo no ano seguinte. Foi um dos funcionários da Funai, um Kaingang, que, sabendo da minha pesquisa e por sua própria iniciativa, me levou até a Terra Indígena Toldo Chimbanguê para conversar com o cacique. Começava a anoitecer quando nós chegamos, um horário em que normalmente as pessoas se reúnem na casa do cacique Idalino para reuniões, e era exatamente isso que estava acontecendo na ocasião. Ele foi muito breve em dizer que eu poderia fazer minha pesquisa e aproveitou minha presença para lembrar aos demais Kaingang que, muitas vezes, os antropólogos sabem mais sobre a história indígena do que eles próprios, principalmente os jovens, e que isso precisa ser corrigido. Como eu disse que ficaria em Chapecó somente uma semana e que voltaria no ano seguinte para a pesquisa de campo de fato, Idalino me passou o número de seu celular para que eu pudesse entrar em contato quando estivesse a caminho.

Quando do meu retorno, durante três meses, fiquei hospedada na casa do cacique e tive convivência diária com alguns membros da família: o próprio Idalino, Beatriz, sua esposa, a filha Alcione e a neta Jéssica e o filho mais novo de Idalino e Beatriz, o Amilton. Não eram os únicos, mas tornaram-se os mais próximos. Outro filho do casal que me recebeu, Rodrigo, também já foi trabalhador de um frigorífico, ainda que por um curto período de tempo, e sua esposa, nora de Idalino e Beatriz, é mencionada na reportagem da revista *Caros Amigos*, por ser um “exemplo” da exploração do trabalho mesmo durante a gravidez. Foram essas as pessoas com as quais tive contato mais constante e que foram me indicando e me apresentando a amigos e conhecidos que poderiam me passar informações sobre os frigoríficos.

Em algumas ocasiões as informações sobre os frigoríficos me alcançavam nas pequenas e frequentes reuniões que aconteciam na casa do cacique. Nessas situações as conversas não abordavam questões particulares sobre o trabalho os frigoríficos, como casos de adoecimento, por exemplo. Elas se detinham mais sobre problemas gerais, como não haver muitas alternativas econômicas dentro da aldeia e sobre a falta de investimentos e parcerias com setores agrícolas. Mas, quase sempre, as preocupações se voltavam para a necessidade dos investimentos governamentais ou parcerias com particulares como forma garantir a permanência na terra indígena; nesses momentos, frequentemente, se fazia uso da expressão “coisas de índio” para nomear o que me

pareceu ser um conjunto de relações, mas principalmente de atividades e conhecimentos, que só podem ser exercidos dentro dos limites do Toldo Chimbangue.

Tive acesso a relatos mais pessoais durante minhas idas às casas das pessoas sugeridas pelos familiares de Idalino, ou por pessoas com as quais eu já havia conversado. Os problemas de saúde e outros problemas enfrentados eram contados somente nas casas das pessoas quando eu me dirigia até lá. Apenas em uma ocasião uma moradora não quis falar sobre a época em que havia trabalhado na Sadia, mas disseram-me posteriormente que ela “é assim mesmo”, e que ter se recusado a falar comigo não era nada demais. Assim, mesmo se tratando de problemas pessoais e de saúde, de maneira geral foram todos muito receptivos e compreensivos com a minha pesquisa.

Algumas vezes, um pouco indecisa ou definitivamente ociosa na terra indígena, eu me dirigia até a escola Fen'nó², para assistir as aulas, encontrar as crianças conhecidas ou ter a sorte de algum relato ocasional sobre a questão dos frigoríficos. Além disso, dois eventos com lideranças indígenas ocorreram na escola durante a minha pesquisa de campo, de modo que ela se tornou um espaço bastante importante para a minha estada no Toldo Chimbangue.

Desde o início, a intenção não foi a de fazer um levantamento ou contabilizar números precisos sobre trabalhadores indígenas nos frigoríficos. O esforço foi o de conversar com o maior número possível de trabalhadores ou ex-trabalhadores Kaingang dos frigoríficos, mas também com pessoas que pudessem relatar impressões ou fornecer outras informações sobre esse tipo de atividade, por terem algum parente ou amigo empregado nas indústrias. Desse modo, buscou-se, durante a pesquisa de campo, levantar relatos que subsidiassem a discussão sobre a contratação de Kaingang pelos frigoríficos e suas condições de trabalho, segundo a perspectiva dos próprios indígenas.

* * *

O texto está estruturado em três capítulos. Sobre o primeiro deles, gostaria de destacar a importância de duas obras principais. “Para uma história dos índios do oeste catarinense” (1989), de autoria de Wilmar D’Angelis, e o texto “Toldo Chimbangue. História e Luta em Santa Catarina” (CIMI, 1984), que também contou com contribuição do mesmo autor. Ambos os trabalhos foram imprescindíveis para esta pesquisa, por

² E. I. E. F. Fen'nó: Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.

abordarem com minúcias os aspectos da colonização que tiveram relação com a região do oeste de Santa Catarina; a formação do Toldo Chimbangue com todos os seus conflitos e perdas, bem como questões econômicas que disputaram – e ainda disputam – espaço com os indígenas. Obviamente, outras obras são de grande importância, como a tese de doutorado do historiador Clovis Antonio Brighenti (2012), mas não cabe aqui passar por todas elas; são obras a serem utilizadas no decorrer deste trabalho, mas principalmente no primeiro capítulo.

Em um primeiro momento, o capítulo se ocupa de apresentar a relação entre o avanço da colonização pelos Campos de Palmas e Guarapuava e a formação do Toldo Chimbangue. Basicamente, a terra indígena em questão foi resultado de conflitos na região e da dispersão e fuga dos indígenas em decorrência desses conflitos. Os indígenas perseguidos se estabelecem onde passou a ser o Toldo Chimbangue, e passam a sofrer com os avanços agressivos da colonização. Tendo isso em vista, a segunda parte do capítulo procura dimensionar as perdas territoriais dos Kaingang do Toldo Chimbangue – que chegaram ao seu máximo até que os indígenas iniciassem uma disputa pela recuperação do seu território – e, junto disso, as perdas dos recursos naturais decorrentes da exploração feita pelos colonos invasores. O que é destacado pelos relatos e pela bibliografia é a exploração madeireira, que reduziu drasticamente a disponibilidade dos pinheiros, que forneciam não só alimento (o pinhão) diretamente para os Kaingang, mas também para os animais que os indígenas consumiam. Essas questões serão melhor abordadas no decorrer do primeiro capítulo e procuram mostrar como o processo de colonização e ocupação do território por não indígenas devolveram terras exploradas, sem condições de manter aquele que era o modo de vida Kaingang até então. Atualmente, mesmo com alguma recuperação das florestas, os indígenas se movem para fora da aldeia em busca de trabalho, porque aquilo que está dentro dela não é mais suficiente.

O segundo capítulo traz os resultados econômicos da exploração do território indígena. Num primeiro momento, a existência dos campos de Palmas e Guarapuava favoreceu a expansão da criação de gado bovino e de muares; mais adiante, a abundância de vegetação alavancou a exploração madeireira e, no solo fértil restante, foram plantados os grãos que alimentariam a cada vez mais forte criação de animais de corte. A primeira parte do capítulo procura, assim, passar pelos processos de formação econômica do oeste catarinense que foram possibilitados pelos aspectos naturais apresentados acima. Ganha destaque, nessa tarefa, a tese de Doutorado de Pertile

(2008), que se desbrucha justamente sobre a formação da economia agroindustrial da região. Especificamente sobre a questão da madeira, vale mencionar a obra de Bellani (1991), historiadora, que traz relatos importantes sobre a exploração e esgotamento desse recurso na região, principalmente a respeito dos pinheiros, centrais no modo de vida Kaingang.

Houve algum cuidado na apresentação dessa história em revelar também a violência contra as populações tradicionais na região, indígena e cabocla³. Na verdade, as violências seguem sendo cometidas contra a população indígena, agora contratada pelas empresas frigoríficas. É sobre alguns desses aspectos que se volta a segunda parte do capítulo, que aborda o modo como foi se organizando a cadeia produtiva das empresas frigoríficas, desde a criação dos animais até a linha de produção e processamento de carne e as consequências para os trabalhadores desse modelo de produção: fragmentado, repetitivo e exaustivo. Além dos relatos da pesquisa de campo, existem também dados importantes, advindos da já mencionada reportagem, sobre os indígenas na linha de produção e seu crônico adoecimento (Primi, 2013).

Por fim, o terceiro capítulo procura discutir mais especificamente a questão do trabalho, e as diferenças entre as atividades que acontecem na cidade, no interior dos frigoríficos, e outras que ocorrem, ou deveriam ocorrer, na terra indígena. Alguns trabalhos que são realizados atualmente no Toldo Chimbangue, bem como tentativas frustradas de iniciar novos empreendimentos, são apresentadas como forma de mostrar com o que dialoga e se contrapõe o trabalho nos frigoríficos. O que se destaca é a questão da agricultura e das criações animais, mas existem também a questão das chamadas “coisas de índio”, que se apresentam como uma série de conhecimentos que também fazem parte desse modo de vida Kaingang. Existe uma breve discussão, iniciada pelos próprios indígenas, sobre as distinções entre um modo de produção e trabalho que almeja lucro para os que contratam e um salário para aqueles que o executam, e outro tipo de trabalho, pensado como mais especificamente Kaingang, que busca fazer frente à exploração desenfreada de recursos e trabalhadores. Para isso, fez-se uso da obra de Taussig (2010), que apresenta mineiros bolivianos e trabalhadores da cana colombianos que caracterizam o modo de produção capitalista como pertencente à figura destrutiva do diabo, em oposição ao seu modo tradicional de viver e trabalhar.

³ De acordo com Renk (1991), o termo caboclo diz respeito aos primeiros brasileiros que ocupavam a terra sem títulos de compra e se opunham aos chamados “colonos de origem”, cuja origem era europeia.

Algo da discussão do primeiro capítulo sobre a questão territorial do Toldo Chimbanguê será recuperada nesta parte final, pois é inevitável discutir a localização do trabalho realizado pelos indígenas, fora ou dentro da aldeia. Dentro da aldeia estão envolvidas uma série de práticas e conhecimentos, parte deles apresentados ao longo dos capítulos anteriores, mas também neste último, como o costume de se enterrar o cordão umbilical do um recém-nascido, ou outras questões analisadas, como o trabalho de confeccionar artesanato, de plantar e de criar animais. Nesse sentido, o terceiro capítulo se encerra procurando relacionar, por oposição, aquilo que a terra indígena contém, aquilo que somente nela acontece, e que têm papel fundamental na formação de um Kaingang enquanto tal – aquilo que é *feito* na terra indígena – com aquilo que acontece fora, que pertence ao mundo dos não índios, e que contrasta fortemente com os modos de ser e estar no mundo singularmente Kaingang – ou seja, o trabalho nos frigoríficos.

Antes de concluir esta introdução e prosseguir para a análise de fato, gostaria de reiterar que o foco desta pesquisa recai especificamente sobre o emprego dos Kaingang nas indústrias frigoríficas e sobre as questões que, no decorrer da etnografia, foram se desdobrando a partir disso. Desse modo, o objetivo é o de promover algum esclarecimento sobre as recentes contratações de Kaingang pelos frigoríficos, levando em conta as relações que disso com outros elementos da vida dos moradores do Toldo Chimbanguê.

Os esforços foram dirigidos, então, especialmente para aquilo que dizem os Kaingang sobre o tema que importa a esta pesquisa, que é, principalmente, a relação entre o frigorífico e a aldeia a partir de alguns aspectos principais: o território indígena, as noções de trabalho, os animais e a própria constituição dos Kaingang enquanto uma sociedade indígena singular. Obviamente, feito este recorte, e dadas as limitações da pesquisa, outros aspectos referentes aos Kaingang não puderam ser privilegiados. Essa escolha, contudo, teve como referência os relatos dos moradores do Toldo Chimbanguê e os dados etnográficos coletados, de modo que eu acredito que os elementos necessários para compreender os objetivos principais que concernem a esta pesquisa não tenham ficado para trás.

1 - PROCESSOS HISTÓRICOS E ATUALIDADE NO TOLDO CHIMBANGUE

“Tem índio que não tem comprometimento. A gente marca, não vem. Fala que vai vir, não vem. Por que acontece isso? Porque é índio, mas **foi feito na cidade**”.

Idalino Fernandes, atual cacique do Toldo Chimbangue, acusa os Kaingang que cresceram ou há muito tempo se mudaram para o espaço urbano de não terem mais interesse em se envolver com as mobilizações indígenas. Na ocasião da fala transcrita acima, estava marcada uma reunião na escola do Toldo Chimbangue onde estariam presentes lideranças indígenas, um servidor da Funai e um agente de saúde. A razão da falta de comprometimento, segundo ele, é que os indígenas foram *feitos* na cidade, longe das pessoas e da vida do e no Chimbangue, e por isso seguem se comportando em relações às demandas indígenas da mesma forma com que se fizeram: distantes, ausentes.

A questão do “fazer” é algo que me chamou a atenção. Os animais caçados, que crescem e vivem longe dos olhares e da criação Kaingang, no mato, são vistos com desconfiança pelas mulheres, que se recusam a consumir uma carne desconhecida, porque *se fez* sozinha, afastada. De maneira similar, a carne produzida pelas agroindústrias, ainda que muitas vezes processadas pelos próprios Kaingang, é *feita* à revelia de seus critérios – pois seguem os critérios das indústrias – longe dos modos de criação e abate na terra indígena, o que resulta em uma carne fraca e aguada. Tal como os indígenas acusados de não envolvimento com a comunidade: é carne, mas foi feita na cidade.

Essas questões serão exploradas mais demoradamente no decorrer deste texto, mas, antes de irmos nessa direção, é preciso retomar o processo de formação do território Kaingang, que é o local onde se fazem igualmente índios comprometidos e carnes mais fortes. As razões para isso parecem ser a história de disputas, violências e vitórias que o território do Toldo Chimbangue encerra, e o fato de ser no interior dos limites da terra indígena onde ainda existem espaços em que é possível realizar as práticas indígenas. Algumas manchas de floresta permitem a caça, a pesca, e a coleta da taquara para fazer artesato e utensílios. O espaço para além dos quintais das casas também permite as plantações e as criações de animais.

Desse modo, é no território do Toldo Chimbangue que ocorre aquilo que é considerado o modo de vida Kaingang, o plantar, o criar – chamadas pelos próprios

Kaingang como “coisas de índio” – e as lutas e mobilizações para que isso permaneça possível. A história das lutas anteriores também pertence à terra indígena. Na ocasião em que foi mencionada a possível construção de uma hidrelétrica que alagaria parte do território, lamentava-se o fato de que talvez “esse território, de luta”, nas palavras de um Kaingang, fosse coberto pela água. A expressão condensa as duas questões centrais na definição do modo de vida Kaingang no Toldo Chimbangue nos dias de hoje: a terra e a luta, a terra que se conquistou com a luta e onde se deseja permanecer e seguir lutando.

Assim, é preciso passar pelo processo de formação do Toldo Chimbangue e os efeitos violentos da colonização sobre a região onde ele está localizado, e sobre a população Kaingang regional, para compreender as lutas pelo reconhecimento e demarcação da terra indígena e pela continuidade do modo de viver Kaingang. Essas lutas pela terra estão presentes ainda hoje na ideia que os Kaingang do Toldo Chimbangue têm de si mesmos e foram elas que garantiram (e garantem) alguma possibilidade de continuarem sendo feitas e vividas as “coisas de índio”.

1.1 Dos Campos de Erechim às margens do Irani: a formação do Toldo Chimbangue

Num primeiro momento da conquista, o processo de colonização da América portuguesa se concentrou nas zonas litorâneas, de modo que os Kaingang do Toldo Chimbangue, no oeste catarinense, conseguiram impedir a invasão de seu território até o início do século XIX (Nacke et al., 2007, p. 19). O interesse pela região, contudo, era anterior. Já no século XVII o território Kaingang, mais especificamente os Campos de Guarapuava e de Palmas, fazia parte das estratégias de exploração da colônia. Entre os anos de 1768 e 1774 foram enviadas 11 expedições para os referidos campos, na tentativa de conquistar o território Kaingang (Brighenti, 2012). Apesar de não lograrem êxito, tais expedições foram importantes para o interesse colonial de conhecer o relevo, a hidrografia, os recursos potenciais e, principalmente, os habitantes indígenas na região. Foi mais adiante, no início do século XIX, que um conjunto de interesses possibilitou a ocupação definitiva nos campos de Guarapuava e de Palmas. Do ponto de vista militar, foi um sucesso diante das ainda indefinidas fronteiras com a Argentina. Do ponto de vista econômico, significou a possibilidade de novas áreas para a criação de gado, e sem a necessidade de depender de mão de obra para a derrubada de matas, pois os campos ofereciam pastagens naturais (Brighenti, 2012, p. 91).

Apesar da ocupação dos referidos Campos não ter alcançado diretamente a área em que está localizada o Toldo Chimbanguê, é preciso partir desse momento do avanço da colonização, pois seus desdobramentos são os que levaram até a formação do Toldo Chimbanguê nas suas condições específicas. A conquista dos Campos de Palmas, principalmente, é fundamental para compreender o cenário, pois tais campos estão, em sua maior parte, em territórios do atual oeste catarinense, abrangendo grandes extensões de terras nessa região. (D'Angelis, 1989, p. 282)

A invasão dos Campos de Guarapuava rendeu aos colonizadores uma valiosa aliança com um grupo Kaingang, que foi crucial para sua permanência e avanço na região. Victorino Condá pertencia aos grupos Kaingang que haviam aceitado a convivência pacífica com os fazendeiros em Guarapuava, e foi por meio deles que os invasores foram livrando os Campos de Palmas dos demais grupos hostis, persuadindo-os ao convívio pacífico ou exterminando-os. Após a consolidação da ocupação de Palmas, e com a expansão das atividades econômicas, surge a necessidade de abrir-se uma estrada que ligasse os Campos de Palmas ao Rio Grande do Sul, a fim de viabilizar uma nova rota de tropeiros no sul do país. A abertura desta estrada – que ficou conhecida como "Caminho das Missões" – deu-se por volta de 1845, e, para tanto, foi decisiva a atuação do Índio Condá (D'Angelis, 1989).

A missão para ter êxito deveria conseguir um salvo conduto pelos campos e terras indígenas, toda a região desde os campos de Palmas até a vila de Cruz Alta, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, era ainda morada de grupos indígenas considerados hostis pelos povoadores. Este salvo conduto, permitindo a abertura do novo caminho, (...) era uma tarefa que só poderia ser executada com a ajuda de Vitorino Condá e o prestígio que detinha junto a aliados dessa região (Souza, 2014, p. 58,59).

Apesar da estrada, e do trânsito de tropas intensificar-se progressivamente, as terras circundantes aos rios Chapecó, Chapecozinho e Irani, bem como as serras adjacentes, não foram exploradas, tampouco ocupadas por não indígenas naquele momento. Permaneciam território livre Kaingang (CIMI, 1984, p. 13).

A população indígena no oeste catarinense distribuía-se pelo território em função de sua postura diante da invasão colonizadora. Aqueles que aceitavam essa

ocupação, ou buscavam alianças com o invasor, aproximavam-se da estrada de Palmas, pela qual transitavam as tropas de gado e os extratores de erva-mate. Já os grupos avessos e hostis a esta penetração refugiavam-se mais longe dessas rotas, embrenhando-se no mato. Os Kaingang arredios teriam se concentrado próximos ao rio Irani – que é o rio que delimita, atualmente, o Toldo Chimbangue –, no médio rio Xaçecó e região a oeste dele (D’Angelis, 1989, p. 296).

Enquanto isso, os indígenas já aldeados nos campos de Palmas viviam constantes ataques de grupos indígenas hostis e, ao mesmo tempo, pressões de proprietários de terras que se esforçavam por ocupar seus territórios. A valorização das terras a partir da construção da estrada contribuiu para que novas tentativas de desalojamento fossem feitas contra as áreas ocupadas pelos indígenas. Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa de São Paulo⁴ reclamava insistentemente a transferência dos índios de Guarapuava para o aldeamento de Palmas, a fim de concentrar os indígenas o máximo possível e liberar mais terras para a colonização. Consolidada a ocupação fazendeira de Guarapuava, não havia quaisquer preocupações com o território indígena, pois estes, os Kaingang, não se faziam mais necessários. Tanto que, por fim, os fazendeiros acabaram tomando violentamente as terras dos indígenas em Guarapuava e em Palmas, desmanchando definitivamente os aldeamentos (D’Angelis, 1989, p. 298).

Os fatos ocorridos nos aldeamentos de Guarapuava e Palmas refletem as alterações que começam a ocorrer na legislação sobre as terras no Brasil. Em 1850, o Governo Imperial decreta sua “Lei de Terras” (n.º 601 de 18/09/1850), dispondo sobre as terras devolutas do Império. Devolutas eram as terras de titularidade do Império que, de agora em diante, não poderiam mais ser adquiridas por outros meios que não o da compra (Miranda, 2011, p. 161). Na prática, a lei veio a estabelecer

uma espécie de anistia quanto às ocupações irregulares ocorridas até o seu advento: sesmarias ou concessões poderiam ser validadas, desde que demonstrada a posse de terras cultivadas ou sua ocupação útil (art. 4º). De maneira similar, a ocupação primária da terra (quando não se apresentasse o título concedido pela Coroa) podia ser legitimada (art. 5º), anistiando assim a posse irregular sobre terras exercida no momento da entrada em vigor da Lei (Miranda, 2011, p. 161).

⁴ O território que constitui hoje o estado do Paraná só foi desmembrado do de São Paulo em 1853.

A entrada em vigor desta lei está diretamente relacionada com a decisão do governo Imperial de promover a colonização do sul do país por imigrantes europeus, na medida em que favoreceu as titulações de terras a imigrantes e incorporou as terras agricultáveis ao mercado da compra e venda. Ao mesmo tempo, instituiu os títulos de compra e aboliu formas tradicionais de ocupação e de posse, como por exemplo, a posse histórica das populações indígenas (D'Angelis, 1989, p. 298). E o discurso que surge para fazer coro aos novos objetivos e interesses colocava em dúvida a identidade dos indígenas, ameaçando a legitimidade de sua ocupação de determinados territórios. Assim, se até a década de 1840 “ninguém punha em dúvida a identidade indígena dos habitantes dos aldeamentos, a partir da Lei de Terras haverá, ao contrário, esforço explícito de usar a mestiçagem para descaracterizar como índios aqueles de quem se cobiçam as terras” (Cunha, 1986, p. 114).

É nesse contexto jurídico que um grupo de Kaingang, sob a liderança do Cacique Antonio Chibangue transfere-se da região dos Campos de Erexim e Nonoai para a região ao norte do rio Uruguai –, permanecendo às margens do rio Irani, na área do atual Toldo que leva o nome daquele cacique. A movimentação ocorreu em 1856 e teve como motivação os conflitos entre indígenas e fazendeiros na região de Erexim, norte do Rio Grande do Sul (CIMI, 1984, p. 12). Os conflitos interferiram diretamente na formação do Toldo Chibangue, uma vez que os Kaingang envolveram no ataque tiveram que buscar abrigo das perseguições em outras localidades. Entre os que sobreviveram estavam os índios Salvador e Chibangue, reconhecidos na memória Kaingang regional como os que começaram a se estabelecer no Irani⁵.

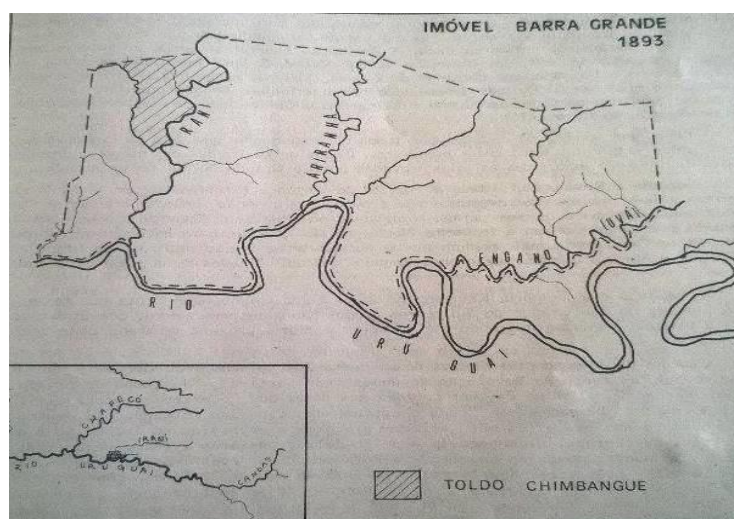
Depois desses acontecimentos no campo de Erexim os Kaingang tornaram-se ainda mais divididos. De um lado, permanecia o grupo ligado a Antonio Prudente e Fongue, simpáticos aos interesses dos invasores. De outro lado, a gente do falecido cacique Nonoai, junto com o grupo de Victorino Condá, este último recentemente tornado oposição aos colonizadores. Com esse cenário de irreconciliação e cisão entre os indígenas, Victorino Condá se retira do aldeamento de Nonoai em 1856 e se estabelece em Xapecó, levando consigo muitos Kaingang. Ao mesmo tempo, debandam do aldeamento de Nonoai outros tantos Kaingang que procuraram novamente embrenhar-se nos matos (D'Angelis, 1989).

⁵ “Segundo o testemunho unânime dos atuais moradores Kaingang das margens do Irani, “quem abriu esse lugar foi o [Antonio] Chibangue” (CIMI, 1984, p. 33).

Em 1889 é derrubado o Império e estabelecida a República no Brasil. Em virtude da constituição republicana, as terras devolutas do Império são entregues ao domínio e responsabilidade dos estados (até então províncias), cujos discursos foram marcados “pela constante alegação de falta de recursos para o financiamento da imigração e a colonização ficou a cargo de empresas particulares” (Carvalho, 2009, p. 107), nacionais e estrangeiras⁶. É a colonizadora Luce, Rosa & Cia a protagonista do processo de colonização que afetou diretamente os Kaingang do Toldo Chimbangue. Assim como as demais empresas, ela passa a promover a ocupação da região, com migrantes gaúchos, descendentes de italianos e alemães (Nacke et al. 2007).

Em relação às terras do Chimbangue, especificamente, tem-se registrado que, em 1891, o governo do Paraná concedeu o título de um imóvel denominado “Barra Grande” a José Joaquim de Moraes. Pouco depois, José Joaquim de Moraes vendeu (...) 61.876.400 m², a um filho da Baronesa de Limeira, de São Paulo. Com a morte deste, e não havendo descendentes, as terras passaram para a mãe. Com a morte da Baronesa de Limeira, os seus herdeiros venderam a terra para a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. (Nacke et al, 2007, p. 58).

A imagem a seguir apresenta o território do Toldo Chimbangue, contido no interior do referido imóvel Barra Grande, este último demarcado pela linha tracejada:



Mapa 2: fonte: CIMI, 1984, p. 39.

⁶ Segundo Bellani, a região do oeste catarinense abrigou, a partir dos anos de 1920 “mais de uma dezena de Companhias Colonizadoras”, que foram responsáveis, através de sua política de povoamento e ocupação das terras, pela vinda de milhares de famílias (Bellani, 1991, p. 41).

É importante destacar que, em 1891, grande parte do território que hoje pertence a Santa Catarina era ainda parte do estado do Paraná, o que seria resolvido⁷ e tomaria as formas atuais somente em 1916⁸. Quando da resolução do conflito, o Paraná se apressa em expedir os últimos títulos na região de Palmas, assim como Santa Catarina, que após incorporar novas terras ao seu território, não tarda em beneficiar o empreendimento colonizador (CIMI, 1984, p. 54). Além disso, vale mencionar o marco da criação da cidade de Chapecó, em 1917, que está “ligada ao desbravamento da mata”, pois Chapecó tornou-se um novo caminho para explorar aquele território, principalmente a partir da “derrubada indiscriminada da floresta nativa” (Bellani, 1991, p. 22) e com a presença de empresas colonizadoras.

Tais matas eram constituídas por espécies como “pinheiro, cedro, caneleira, angico, sassafrás” (CIMI, 1984, p. 61); mas o que ganhava destaque era a presença maciça de pinheiros (*Araucaria angustifolia*, também chamados de pinheiro do Paraná), conforme atestam os relatos de ex-madeireiros apresentados por Eli Maria Bellani :

“...olha, nós tínhamos pinhal, por exemplo, com cinco a seis mil pinheiros. Tivemos pinhal com quinze mil pinheiros, era ai no Passo Bormann, onde nós tínhamos a fazenda”

(...)

“...existia por todo lado, mais de duzentos mil pinheiros. Ai no Bormann era um pinhal fechado, barbaridade. Aqui em Chapecó (cidade), essa área dos Santos, era tapado de pinheiro, pinheiro de metro. Daqui (Chapecó) até o Guatambu, Caxambu, Aguas, São Carlos (hoje municípios) só tinha pinhal” (Bellani, 1991, p. 96).

Não por acaso, a região, rica em pinheiros, fornecia imensa quantidade de pinhões que se constituíam em um dos principais alimentos dos Kaingang, e também dos animais que faziam parte de sua dieta (Mota, 2000, p. 86). A perda desse recurso fundamental significou, portanto, mais um obstáculo na luta por se prosseguir inteiramente com aquele que tinha sido o modo de vida Kaingang até então.

A exploração madeireira acompanhou o processo de aquisição de terras pela colonizadora: nos anos de 1930, ela estava condicionada às exigências da colonização, o

⁷ A região disputada pelos estados de Paraná e Santa Catarina foi palco da Guerra do Contestado entre os anos de 1912 e 1916. Essa questão será melhor abordada no capítulo seguinte.

⁸“Nessa ocasião, os governadores de Santa Catarina Dr. Felipe Schmidt e o Governador do Paraná, Afonso Alves de Camargo, após anos de discussão (...) junto ao Supremo Tribunal Federal (...), assinam no Rio de Janeiro, o fim dessa contenda, o “Acordo de Limites”, datado de 20 de Outubro de 1916, homologado pela Lei nº 3304 de 3 de Agosto de 1917, são os instrumentos legais que colocaram a termo a disputa da área do Ex-Contestado” (Bellani, 1991, p. 23).

que significava que a empresa realizava a retirada de madeiras das terras que pretendia tomar e posteriormente repassar aos colonos (CIMI, 1989, p 55). Feito isso, explorada a madeira, a fazenda “Bara Grande” foi dividida em lotes rurais menores ou colônias de 10 alqueires, e as terras foram sendo gradualmente repassadas e vendidas a fazendeiros interessados (Nacke et al, 2007, p. 58).

Como as terras adquiridas pela empresa colonizadora na região do oeste catarinense eram as mais ocupadas, tanto por indígenas quanto por brasileiros⁹, foram as últimas a serem negociadas para venda, isso ocorrendo somente nos fins dos anos de 1940. Nessa época, mais precisamente em 1948, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. vendeu para Severino e Giocondo Trentin extensa área do território Kaingang, que estes passaram a revender na forma de diversos lotes para agricultores da região, que chegaram a somar 160 famílias vivendo no conjunto de pequenos lotes conhecido como Sede Trentin (Nacke et al, 2007).

Foi através desse processo que o Toldo Chimbangue veio a tornar-se Sede Trentin, nome pelo qual muitas vezes é reconhecido atualmente. Idalino Fernandes, atual cacique da Terra Indígena, recorda-se do processo em que isso se deu:

Quando o Toldo Chimbangue passou a ser Sede Trentin? Quando eu era criança, ali era Chimbangue, não era Sede Trentin. Por que passou a ser Sede Trentin? Porque Giocondo Trentin vendeu as terras para os agricultores! (SANTA CATARINA, 2003, p. 9).

A venda das terras Kaingang diminuiu drasticamente o território, além de por a cabo o processo de retirada de madeira daquelas terras, últimas a serem exploradas na região (Fernandes e Piovezana, 2015, p. 118). A venda dos lotes provocou tensões significativas não só entre indígenas e os novos donos da terra, mas também entre estes últimos e os caboclos¹⁰. Segundo os termos do contrato de compra e venda firmado

⁹ “Brasileiros” são aqueles que ocupavam a região antes da chegada das empresas colonizadoras, apropriando-se das terras através da posse – ou uso –, sem compra e venda. As práticas de plantio e criação dependiam de grandes áreas, o que só foi possível antes da concorrência por terras – e a perda dos direitos sob essas terras – que chega com as colonizadoras (Renk, 1991).

¹⁰ O termo caboclo diz respeito aos primeiros brasileiros que ocupavam a terra sem títulos de compra e se opunham aos chamados “colonos de origem” – origem europeia, entenda-se. Segundo Renk (1991), “brasileiros” era como essas populações se autodenominavam, e “caboclo” era o termo pejorativo pelo qual às vezes eram reconhecidos. Também a respeito disso, Silva (2014, p. 2) argumenta: “do ponto de vista econômico, em sua maioria, os estudos produzidos indicam que se trata de lavradores [...] que praticam um tipo específico de agricultura voltado à subsistência, os quais, no sul do Brasil, entraram em

entre os Trentin e a Luce & Rosa, ficaria a cargo dos compradores a remoção de quaisquer “intrusos” que ocupassem a área (Silva, 2006), o que de fato ocorreu, tanto através de formas ilegais quanto de disputas judiciais.

O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipuladas pelos empresários, ou pela aquisição de suas benfeitorias pelos empresários (Santos, 1970, p. 29-30).

Os Kaingang sofreram com a destruição de plantações, árvores frutíferas e ainda com queimadas de alguns ranchos de moradores do Toldo para que deixassem forçadamente as suas terras (CIMI, 1984); no final dos anos 1940, os irmãos Trentin destruíram o cemitério Kaingang local, transformando-o em pastagens para os colonos (Féndô, 2000). Sem que houvesse grandes ações por parte do poder público em sua defesa, os Kaingang foram vendendo e deixando seu território pouco a pouco, em direção às margens do rio Irani. Na década de 1960, restaria aos Kaingang uma pequena área nas margens do mesmo rio, de cerca de 100 hectares, mas também ela, nos anos 70, seria perdida, deixando os Kaingang do Toldo Chimbanguê “sem mais um palmo de suas terras sobre o qual pudesses dispor livremente” (CIMI, 1984, p. 77). Os Kaingang, sendo pressionados pelos agricultores e proprietários do entorno, e sem apoio governamental, foram deixando e vendendo o restante de suas terras:

“Nesses tempos que foram tomando as nossas terras muitos da nossa gente foi se desanimando e procurando um lugar junto com os parentes em Nonoai, em Votouro e no Xapecó. Mas sempre nós ficamos, esperando de conduzir essa terra de novo pra nós” (Brighenti, 2012, p. 484).

Aqueles que não procuraram parentes em outras terras indígenas permaneceram no Toldo Chimbanguê, mas, sem terras, os Kaingang se viram trabalhando em plantações de terceiros, inclusive daqueles que ocupavam o Chimbanguê, ou conseguiram trabalhos em madeireiras e nas plantações de erva-mate (Féndô, 2000).

contato direto com as frentes de colonização imigrante”. Os caboblos também sofreram com a perda de seus territórios e costumes tradicionais com os avanços da colonização na área (Renk, 1991).

Ana Fen'nó foi uma das pessoas que permaneceram. Quando a Colonizadora Luce & Rosa e Cia Ltda vendeu os últimos 100 hectares em que se encontrava a comunidade Kaingang, ela se recusou a abandonar o local. E, nesse momento, teve início a luta pela recuperação do Toldo Chimbangue (Féndô, 2000). Ana Fen'nó integrou uma comissão que vai até Brasília para tratar das terras do Chimbangue, tendo permanecido por três meses no Distrito Federal participando de incontáveis reuniões. O resultado foi o reconhecimento de que a área reivindicada pelos Kaingang de fato lhes pertencia (Féndô, 2000), ainda que não completamente.

Segundo Relatório de viagem ao Toldo Chimbangue elaborado pelo Grupo de Técnico constituído pela FUNAI (Portaria nº 1674/E de 30/07/84) em 1984 conclui-se que a área correspondente a extensão da TI Toldo Chimbangue era equivalente à 1.817,14 ha. Entretanto, no ano posterior o Governo Federal por meio do Decreto nº 92.253/85 de 30/12/85 **decidiu pela desapropriação de apenas uma parte da área** proposta pelo GT constituído pela FUNAI (Limulja, 2017, p. 17 – grifo meu).

Esse recuo na demarcação frustrou quaisquer expectativas indígenas de resolução da situação de suas terras e reafirmou as tensões entre os Kaingang e os colonos. As notícias que se seguem procuram apresentar alguns das consequências do atraso e da negligência oficiais em relação ao território do Toldo Chimbangue. O fato das reportagens trazerem ambos dados do ano de 1985 é significativo, pois é o momento em que a demarcação do território do Toldo Chimbangue é realizada, mas somente pela metade.

Colonos de Sede Trentim continuam agredindo plantação dos Caingangues

Chapecó — O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — voltou ontem a denunciar uma nova onda de violência contra os índios Caingangues do Toldo Chimbangue (Sede Trentin, município de Chapecó). O Cimi acusou 15 agricultores brancos de Sede Trentin de sistematicamente invadirem as roças dos índios para roubá-las e destruí-las, agravando o já precário clima que envolve o conflito de terras pela posse de 2.000 hectares. De um lado, 18 famílias de Caingangues, de outro 160 famílias de colonos brancos, sendo 120 qualificados como proprietários por possuírem título de Escritura Pública.

De acordo com relato do Cimi, o grupo é formado por Vitorio Picini, Werner Verrel, Ernesto Pecini, Beto Verrel, Vilson Rosa, Nelson Rosa, Luis Schmidt, Danilo Soares do Nascimento, Valentim Soares do Nascimento, Ari Siemer, Amauri Pacheco e outros que não foram reconhecidos pelos índios. O grupo vem desde maio arrasando as roças indígenas, roubando milho, feijão, arrancando canavial, lavrando batatais e mandiocas, derrubando fruteiras e lavrando até milho em pé, “deixando os índios à beira da fome e do desespero, sem condições de alimentarem seus filhos”.

O Conselho Indigenista Missionário afirma que essa situação tem

sido incentivada pelo descaso das autoridades federais em implementar as medidas aprovadas pelo grupo de trabalho interministerial para questões indígenas em 30 de maio passado. Naquela data, o grupo de trabalho reconheceu a “posse imemorial das terras do Chimbangue pelos índios Caingangues” e decidiu indenizar e reassentar os ocupantes não-índios. A medida não foi ainda implementada nem homologada pela Presidência da República.

O Cimi assegura que a delegacia de polícia é conhecedora de todos os fatos “uma vez que os caingangues têm prestado queixa até mesmo no momento em que os colonos estavam invadindo as roças”. O Ministério da Justiça foi informado de todos os fatos mas não tomou nenhuma medida para desarmar os colonos, lamenta o Cimi. “A Funai não tem usado seu poder de polícia para impedir a violência e se limita a dizer aos índios que fiquem sossegados porque os colonos estão lavrando mas que serão os índios que vão aproveitar a terra quando ela ficar para os nativos”, relata o CIMI.

O Conselho Indigenista Missionário advertiu que a omissão do Governo e as provocações dos colonos podem coincidir na eclosão de um conflito direto cujas consequências seriam imprevisíveis sobretudo por-

que a Polícia Federal e a polícia local não desarmaram os colonos. O Cimi distribuiu ontem um comunicado intitulado “a crônica dos fatos” onde as agressões que os índios sofreram nos últimos meses e, ao final, indaga: “o que espera o Governo Federal ao deixar que o conflito se aguisse dessa forma, quando a decisão sobre a terra já está tomada, bastando colocá-la em execução?”.

Sede Trentin/Toldo Chimbangue dista 15 quilômetros da cidade de Chapecó. Ali vivem brancos e índios há mais de meio século. Pesquisas antropológicas

comprovaram que o Caingangue foi o primeiro habitante do local seguido do colonizador branco. O processo de ocupação e colonização da área “empurrou” a comunidade indígena para fora. Há quatro anos ela começou a se mobilizar para reconquistar a posse das terras. A penetração dos colonos teve apoio e amparo dos governos que, inclusive, legitimaram a posse com escrituras públicas. Nesta fase do problema, todas as lideranças políticas do Oeste pedem uma solução imediata para o conflito que se caracterizaria pela retirada dos índios e seu assentamento nas reservas de Xapecó (Município de Xanxerê) ou de Nonoai (Rio Grande do Sul), mantendo-se os colonos no local. Contra essa solução estão o Cimi e a Igreja.

Figura 1: A notícia data de 07 de agosto de 1985 (fonte: acervo ISA, disponível em <<https://www.indios.org.br/pt/c/noticias>> Acesso em novembro de 2016.

Vale destacar uma parte do segundo parágrafo, que acusa o grupo responsável de realizar os ataques “desde maio, arrasando as roças indígenas, roubando milho, feijão, arrancando canavial, lavrando batatais e mandiocas, derrubando fruteiras e lavrando até milho em pé, deixando os índios à beira da fome e do desespero”. As ações, segundo o CIMI, citado na reportagem, seriam resultado do descaso das autoridades em relação as terras indígenas, então já reconhecidas como tais.

Índios Caingangues de Sede Trentin incendiam escola e fazem ameaças

Chapecó — Os índios Caingangues de Sede Trentin/Toldo Chimbangué atearam fogo na escola municipal da comunidade branca, mataram e roubaram bovinos, apedrejaram casas de colonos e ameaçaram de morte os moradores da vila-sede da localidade rural. Ações de violência e depredação dos índios ocorreram na madrugada de ontem exigindo a mobilização da polícia civil e militar. Os índios declararam-se dispostos a matar para expulsar os brancos e continuarão com atos de violência.

Os atos dos índios pegou de surpresa os próprios colonos que, há mais de 4 anos, mantêm conflito aberto com os Caingangues pela posse da terra (2.000 hectares) que forma a base territorial de Sede Trentin e Linha Irani, "área chamada de "Toldo Chimbangué". A escola municipal que abrigava 19 crianças brancas foi incendiada, ficando carteiras e móveis destruídos. No quadro-negro, os índios deixaram esta mensagem: "Este é o melhor tipo de comunismo que eu vejo em nosso lugar. Vamos tomar providências minha gente. Invasão às 3 horas".

Depois do incêndio, as 3 horas da madrugada, os índios apedrejaram casas de colonos e roubaram um boi de Werner Verrel, matando-o e distribuindo sua carne entre a comunidade Caingangue. Mais tarde, ao meio-dia, os índios assumiram publicamente os

atos, prometeram incendiar todas as casas de colonos (a próxima será a de José Lima) e a matar qualquer branco que lhes atravesse o caminho.

A situação é tensa em Sede Trentin. O líder da comunidade branca, Fidelis Trombetta, reunirá o conselho hoje de manhã para tomar uma decisão. Ele disse que não há mais clima de convivência e adverte que se um colono for agredido, a reação será imediata. Na reunião de hoje será definida uma data-limite para que o Governo Federal retire os índios da área, findo o que os colonos tomarão medidas, cuja amplitude e intensidade será objeto de deliberação no encontro desta manhã. Os colonos estão convictos de que a violência indígena continuará". Eles acreditam que as ameaças de morte são para valer e que eles correm risco de vida. A não-reação dos colonos, mantida desde o início da semana quando os índios colocaram barreira em uma estrada de Sede Trentin, será quebrada a qualquer momento se um homem branco for alvo de agressões, advertiu Trombetta.

Além das atitudes violentas dos índios e do seu franco posicionamento em direção à expulsão dos colonos, outra preocupação dos agricultores é a notícia de invasão de Sede Trentin por índios do Paraná e do Rio Grande do Sul. A Polícia Militar montou barreiras nas estradas de acesso à Sede Trentin,

mas não há policiamento ostensivo na vila-sede.

O delegado de polícia da Comarca de Chapecó, Sérgio Lélcio Monteiro abriu ontem, inquérito para apurar as responsabilidades nos casos do incêndio criminoso, do apedrejamento e do roubo de gado. Ele não tem a menor dúvida de que foram os índios, mesmo porque, os próprios nativos assumiram os atos. O delegado passou a tarde toda dialogando com os caingangues tentando dissuadi-los a não prosseguirem com as violências contra o patrimônio dos colonos, mas não obteve sucesso. A polícia civil não sabe que tipo de repressão empregar porque o índio é tutelado e civilmente incapaz para responder por seus atos. A Delegacia da Comarca, a Delegacia Regional de Polícia e o Comando do Batalhão da PM se mantiveram articulados com a Secretaria de Segurança Pública esperando orientações do Governador do Estado e Ministério do Interior.

O Prefeito Ledônio Migliorini manteve ontem, demorados contatos com o Ministério do Interior renovando advertência de que o conflito de terras entre índios e brancos pode se transformar em vala de sangue se o Governo Federal se mantiver nessa passividade por muito tempo. O Prefeito quer medidas urgentes para solucionar o problema pois a questão é de competência federal.

Figura 2: A notícia data de 09 de agosto de 1985. (fonte: acervo ISA, disponível em

<<https://www.indios.org.br/pt/c/noticias>> Acesso em novembro de 2016.

Essa segunda notícia foi publicada três depois de realizados os ataques às roças Kaingang, o que sugere ações de retaliação mútua entre os dois grupos envolvidos. O último parágrafo desta notícia apresenta a apreensão do então prefeito de Chapecó ao afirmar que a situação pode agravar-se "se o Governo Federal se mantiver nessa passividade por muito tempo", o que, novamente, aponta para uma demora burocrática na solução do reconhecimento do território indígena.

Em 1998 foi constituído novo Grupo Técnico pela FUNAI que elaborou o *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Chimbangué II*. A demarcação da segunda metade da área indígena, que havia sido deixada de fora anteriormente, foi finalmente publicada na Portaria Declaratória nº 1535 em 2002 (Limulja, 2017, p. 17).



Mapa 3: Os limites da Terra Indígena Toldo Chimbangue, nas proximidades da cidade de Chapecó e nas margens do Rio Irani. O perímetro laranja inferior delimita os 988 hectares demarcados primeiro. O perímetro superior indica aqueles 975 hectares demarcados posteriormente (fonte: <terrasindigenas.org.br>. Acesso em dezembro de 2016).

As indenizações dos ocupantes não indígenas começaram a acontecer, mas cessaram em março de 2004 quando o Juiz Titular da 1.^a Vara da Seção Judiciária Federal em Chapecó-SC, Dr. Roberto Fernandes Júnior, julgou procedente uma ação popular movida por agricultores e anulou a Portaria nº 1535/2002, do Ministro da Justiça, que em de 18 de novembro de 2002 havia declarado de ocupação tradicional Kaingang a superfície de 975 hectares situada em Chapecó. O mesmo Juiz ordenou, ainda, a suspensão, desde a data da publicação da sentença, dos efeitos da Portaria, a fim de assegurar a continuidade da posse de todos os ocupantes não-indígenas da área¹¹.

Somente em 2010 a Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu a manutenção da Portaria 1535/2002, do Ministério da Justiça, que havia reconhecido como de posse permanente dos Kaingang uma área de 975 ha que ampliou a reserva indígena Toldo Chimbangue. Desde então, parecem não ter acontecido outras tentativas de deslegitimar o direito dos Kaingang sobre as terras do Toldo Chimbangue¹².

É preciso destacar, contudo, que os Kaingang, mesmo com a demarcação de seu território reconhecida, voltavam para ocupar terras agora devastadas, cujas reservas

¹¹ Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=11498> > Acesso em 02 de maio de 2017.

¹² Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=93055> > Acesso em 02 de maio de 2017.

flosterais haviam sido exauridas tanto pela empresa colonizadora quanto pelos posteriores donos dos lotes. Uma terra, portanto, que já não oferecia os mesmos recursos de antes para a plena realização do que os Kaingang reconhecem como modo de vida indígena. É o que aponta um morador do Toldo Chimbanguê em uma reunião que pude presenciar:

Quero retornar a caça, a natureza, os pássaros, os peixes. Mas hoje eu só falo, eu não faço, por que hoje onde é que eu encontro caça e mel pra fazer xarope?

A razão para essa impossibilidade de recuperar as práticas Kaingang de antes é a falta de uma mata que tenha as abelhas, o mel, os animais a serem caçados, o pinhão e outros recursos importantes. Apesar de estarem promovendo uma recuperação dessas florestas¹³, elas ainda são insuficientes, muito pequenas. Como apontou uma moradora do Chimbanguê durante esta pesquisa,

Aqui nós não temos um mato de verdade, aqui nós só temos umas bolinha de mato. Em bolinha de mato não tem nada, onde é mato de verdade você encontra tudo o que você quiser. Mas aqui não tem mais.

Apesar do esforço das lideranças e das comunidades indígenas para promover a recuperação das florestas locais, os relatos apontam que isso não é o bastante, e que as consequências dessas perdas do território e daquilo que ele tinha a oferecer são notáveis.

Os Kaingang do Chimbanguê, apesar de vitoriosos nas duas demarcações de terra que pleitearam, se encontram em um território não apenas com as fronteiras reduzidas pelo desenrolar da história e da colonização, mas também dramaticamente diminuído em recursos. É um cenário que afeta também as questões relativas ao trabalho Kaingang, que tem se distanciado dessa terra indígena que foi brutalmente

¹³ Dados bibliográficos confirmam o que alguns moradores do Toldo Chimbanguê relataram a respeito da recuperação das matas: “Nas terras do Toldo Chimbanguê, Toldo Pinhal e Aldeia Condá já ocorrem significativos processos de recuperação ambiental. Contribuem para tal recuperação a diminuição da área utilizada para o cultivo, especialmente motivadas pelas restrições das lideranças indígenas tem por objetivo a garantia da qualidade ambiental para as futuras gerações. De algum modo, a recuperação ambiental é o caminho para recuperar os cenários do passado, da tradição” (Fernandes e Piovezana, 2015, p. 121).

modificada em direção a espaços urbanos e locais como as indústrias frigoríficas. São alguns dos mais importantes aspectos a serem abordados no decorrer desse texto.

1.2 Os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chibanguê

Quem chega ao Toldo Chibanguê o faz pela rodovia SC-484, que passa pela Terra Indígena e liga Chapecó a Paial, uma cidade próxima. Doze quilômetros da rodovia ficam dentro do perímetro de Paial; na parte do município de Chapecó são 9,8 quilômetros, sendo que 6,3 destes se encontram dentro dos limites do Chibanguê. A viagem é breve, cerca de 18 quilômetros separam a cidade de Chapecó da terra indígena, e o trajeto pode ser feito de ônibus¹⁴. O início da aldeia é marcado pela presença do cemitério e, logo depois, no lado posto da estrada, pela casa do cacique Idalino e sua família.



Figura 3: A construção branca quase totalmente encoberta ao lado esquerdo da rodovia pertence ao cemitério, que marca o início da Terra Indígena.

¹⁴ Existem três horários de ônibus que passam pela terra indígena: próximo das sete horas da manhã um ônibus sai do ponto da cidade, no terminal central, passa por vários pontos até que chega no Chibanguê e retorna em seguida. Às 13 e às 18 horas o mesmo percurso se repete. Várias crianças da terra indígena estudam em escolas na cidade e utilizam esse transporte, e algumas pessoas que têm empregos na cidade também, mas, às vezes, os horários não batem (como é o caso de quem possui turnos noturnos nos frigoríficos). Outras vezes não existe tempo hábil para descer do ônibus no terminal, pegar outro e chegar a tempo no trabalho.

Um grande número de residências fica mais ou menos concentrado ao longo desse trecho da rodovia, bem como a igreja católica e a escola de ensinos fundamental e médio. Depois de alguns dias de permanência no Chimbangue, conheci algumas das casas que se encontram mais afastadas desse aglomerado. Em certo ponto, as casas acabam e a rodovia segue com seu entorno desabitado, ocupado apenas com plantações, até que alcança o chamado Chimbangue Velho. Velho, porque foi a porção de território indígena demarcada primeiro. Ali estão a escola de educação infantil e o posto de saúde, que oferece os serviços de um médico e o de uma dentista.

Atualmente, 560 Kaingang e 100 Guarani¹⁵ habitam a Terra Indígena Toldo Chimbangu, segundo o cacique Idalino¹⁶. Muitos dos Kaingang, no entanto, vêm de outras aldeias para o Chimbangue e também partem com considerável facilidade, o que confere certas variações na composição da comunidade e no número de moradores. Conforme fui informada no início da pesquisa de campo por Idalino, haviam chegado mais duas famílias de outra aldeia que precisavam ser contadas e passar pela sua aprovação para poderem permanecer no Toldo Chimbangue, o que significa, basicamente, um tempo em que as pessoas estão sujeitas a desaprovações caso venham a oferecer algum problema.

Historicamente, os Kaingang foram sendo gradualmente expulsos de suas terras, o que causou não só a perda territorial como também uma significativa dispersão dos grupos. Assim, quando em 1982 tem início o processo de retomada de terras, a população Kaingang no Toldo Chimbangue estava reduzida a 90 pessoas, distribuídas em 18 casas (Nacke et al. p. 60). Com a demarcação do Toldo Chimbangue, as pessoas foram aos poucos retornando e, segundo Idalino, “às vezes ainda tem gente espalhada por aí, que era daqui, mas arrumou outro lugar”, ou mesmo pessoas que não são do Toldo Chimbangue, mas que “às vezes vêm de outra aldeia porque lá não tá bom, e aqui a gente tá melhorando, tá fazendo as coisas”.

Mesmo antes de serem forçados a deixar seu território, os Kaingang já praticavam uma intensa mobilidade, passando “semanas ou mesmo meses em diferentes espaços de caça, coleta e pesca” (Almeida e Tommasino, 2014, p. 25). Esses aspectos

¹⁵ A comunidade Guarani vive no Toldo Chimbangue temporariamente desde 2001, enquanto aguarda a demarcação de seu território, a Terra Indígena Araçá’i, localizada entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, no Extremo-Oeste de Santa Catarina.

¹⁶ Os dados do Instituto Socioambiental falam em 531 Kaingang (2010) na T.I. Toldo Chimbangue I e mais 84 habitantes (entre Kaingang, Guarani Mbya e Guarani Nandeva) na T.I. Toldo Chimbangue II, totalizando 615 indivíduos (dados disponíveis em <<https://terrasindigenas.org.br>>. Acesso em 18 de Abril de 2017).

do modo de vida Kaingang teriam perdido a vez para uma vida definitivamente sedentária, fixa, delimitada pelas fronteiras das terras indígenas e cada vez mais dependente de produtos e oportunidades de trabalhos externos (Almeida e Tommasino, 2014).

Diferentemente dos povos Jê-Bororo centrais e setentrionais, que são bastante conhecidos pela forma de suas aldeias, os Kaingang não construíam ou constroem aldeias circulares ou semicirculares: segundo Veiga (1994, p. 90), as casas Kaingang são distribuídas ao longo de trilhas obedecendo aos interesses de quem às constrói. No caso do Toldo Chimbangue, existem outros fatores envolvidos na organização das casas neste modelo. Quando o território indígena foi recuperado pelos Kaingang, estes passaram a ocupar as residências de alvenaria que até então pertenciam aos colonos.

Vale mencionar uma mudança nas antigas casas de colonos que vêm sendo feitas pelos indígenas para que as residências – e aí “residência” tomada em um sentido um pouco mais amplo, a casa e seu entorno – continuem a tornar-se casas Kaingang. A mudança é o plantio das árvores, frutíferas ou não, e em alguns casos, flores, para ocupar o espaço do quintal que, segundo os Kaingang, os colonos mantinham “limpo”, no sentido de vazio. E os Kaingang dizem que ainda estão plantando, de modo que parece válido pensar nessa mudança no tipo das residências – casas de colonos para casas de Kaingang –, como um processo que segue sendo feito; ou que precisa ser retomado quando uma árvore morre, por exemplo, para que os quintais não voltem a ficar sem plantas, o que significa que uma casa Kaingang precisa ser mantida Kaingang através de determinados esforços e ações.

Além disso, é possível identificar habitações construídas pelos próprios indígenas, de madeira¹⁷, e algumas que foram fornecidas pelo governo¹⁸, estas também de alvenaria. De modo geral, como disse, as casas estão concentradas ao longo da rodovia que corta a Terra Indígena.

Exceto quando se trata de algum evento de maior porte, não se utiliza um local específico para a realização de reuniões; a política Kaingang é feita nas casas (Veiga, 1994, p. 15). No caso do Toldo Chimbangue, posso afirmar que ela ocorre principalmente na casa da atual liderança, o cacique Idalino. Quase sempre no período

¹⁷ As casas de madeira feitas pelos Kaingang podem possuir ou não um banheiro feito de alvenaria. Em todo caso, este quase sempre está localizado do lado de fora da casa. Normalmente, para a construção de uma casa, reúnem-se os familiares homens mais próximos para cortar a madeira e construir a casa. Esta costuma ser apoiada em grandes toras de madeira e não assentar-se diretamente no chão.

¹⁸ Mais especificamente, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

na noite chegam pessoas para resolver assuntos diversos e conversar sobre acontecimentos na aldeia. Da mesma forma, ainda que menos frequentemente, o cacique se deslocava até outras residências para tratar de assuntos pertinentes ao Chimbangue. Nestes casos, normalmente se dirige até a casa do capitão. De qualquer forma, não costuma ser importante o lugar da sede quando se trata de beber chimarrão, este é um elemento bastante presente, e circulante, na maioria das conversas.

As casas também são o espaço de realização de cultos evangélicos. O Toldo Chimbangue possui dois locais que funcionam como sedes de igrejas evangélicas: a casa da família do cacique, sede da Igreja do Evangelho Quadrangular, e a casa de Alcides, que abriga a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Pude presenciar alguns cultos, e eles podem ser executados por algum pastor ou pastora que veio de fora da terra indígena – e que, nesse caso, não era Kaingang –, ou por alguém do próprio Chimbangue¹⁹.

Até o início do século XX, a presença católica entre os Kaingang era predominante (cf. Amoroso, 2014), se não a única, uma vez que a atuação de outros grupos religiosos passou a acontecer somente a partir da década de 1950, o que, nos últimos anos, tem se intensificado com o ingresso de denominações pentecostais nas aldeias (Almeida K., 2004, p. 27). Ao abordar principalmente a religião católica entre os Kaingang, Brighenti (2012, p. 267) aponta para o fato de que ela se constitui enquanto uma prática complementar e não contraditória à cultura Kaingang.

Entre os moradores do Toldo Chimbangue, as religiões cristãs são consideradas como parte da tradição “antiga”, no sentido de ser realmente “original”, e não algo que foi trazido posteriormente pelos colonizadores, e isso segundo meus próprios interlocutores. Embora faça referência à religião católica, a reflexão do autor parece bastante pertinente mesmo para o Toldo Chimbangue, em que a maioria se declara evangélico, mas também não encara esse aspecto como um problema ou uma contradição em relação a outras práticas reconhecidas como tradicionais. De fato, quando questionados algumas vezes sobre o mito de origem (reproduzido no Anexo 1) dos irmãos Kamé e Kairu, os Kaingang do Chimbangue argumentavam que esta versão dos fatos era “uma lenda” ou “a lenda”, normalmente aprendida na escola, e que, na verdade, a criação do mundo e de todos os seres se passou de acordo com o que prega o cristianismo. Nas palavras de Almeida K. (2004)

¹⁹ A sede da Igreja Católica, próxima da escola, abre um domingo por mês, quando recebe o padre, mas não é tão frequentada quanto os cultos evangélicos, o que os próprios Kaingang reconhecem.

a partir dos primeiros contatos com os colonizadores até hoje, a aproximação dos Kaingang com algum tipo de missão é constante. Por isso, a prática religiosa cristã não está desvinculada do universo social e cultural indígena, mas pertence à própria história desse povo (Almeida K., 2004, p. 287).

A presença de religiões cristãs no Toldo Chimbangue está bastante consolidada. Quando da pesquisa de campo, a comunidade evangélica da terra indígena encontrava-se organizada para a construção de uma sede para os cultos evangélicos, para que não precisassem mais ser realizados nas casas e dispusessem de uma melhor estrutura.

Segundo fontes bibliográficas (Veiga, 1994, 2000; Tommasino, 2000, 2004; Nacke et al. 2007), os Kaingang têm, idealmente, suas comunidades organizadas por metades que se opõem e se complementam, denominadas *Kamé* e *Kairu*²⁰. Cada metade possui sua marca específica, evidenciada principalmente em pinturas corporais – traços para aqueles que são *Kamé*, e pontos para os que são *Kairu* – e relacionam-se, ainda, a um ponto cardinal específico – a metade *Kamé* se relaciona ao oeste, e a *Kairu* ao leste. Também os casamentos, exogâmicos, se organizam segundo essa divisão, devendo os *Kamé* casar-se com pessoas *Kairu* e vice versa.

Não somente os membros das comunidades são classificados em duas metades, mas também a “natureza” (os seres não humanos) é percebida a partir dessa perspectiva dualista, com animais e plantas sendo reconhecidos como pertencentes a esta ou aquela metade. A complementaridade e reciprocidade das duas metades seria evidenciada em diversos momentos. Os mortos de uma pessoa só podem ser zelados e enterrados por membros da metade oposta; os animais de uma metade devem ser caçados por homens da metade oposta, pois a presa sente o cheiro daqueles que pertencem ao seu mesmo grupo; e devem ser consumidos também pela outra metade, e nunca pelo próprio caçador (Veiga, 1994).

Atualmente as metades *Kamé* e *Kairu* não operam de modo a prescrever os casamentos no Toldo Chimbangue. Conforme me informaram, as pessoas não sabem mais ao certo a qual metade pertencem e os casamentos ocorrem mais livremente, inclusive com pessoas consideradas não indígenas e da cidade. Nesse mesmo sentido,

²⁰ Embora esta seja a distinção principal nos grupos Kaingang (e a única a que fizeram referência os Kaingang do Chimbangue), segundo Veiga (1994) a metade *Kamé* teria ainda duas subdivisões – *Kamé* e *Wonhéty* –, assim como a metade *Kairu* – *Kaiuru* e *Votor*.

também as questões referentes ao parentesco e à descendência estão tendo uma presença menos significativa²¹, segundo alguns relatos, o que é normalmente visto de maneira negativa, por se tratar de condições cruciais para se definir quem é Kaingang. Segundo Juracilda Veiga:

Idealmente [...], é Kaingang quem tem como genitor um homem Kaingang, fala a língua e guarda fidelidade aos costumes do seu povo. Ou seja, respeita o conhecimento dos mais velhos. A última condição suficiente para ser Kaingang é ter uma ascendência Kaingang: “eu sou índio porque meu pai é índio, minha avó era índia”. Ou seja, reconhece-se como uma continuidade no tempo e no espaço, de uma maneira de ser e de estar no mundo (Veiga, 2000, p. 69).

A questão da descendência é, de fato, bastante acionada, conforme mostra a fala de Idalino diante da minha pergunta sobre o que faz um Kaingang ser um Kaingang: “A descendência, os antepassados dele. Que nem eu, a minha mãe tem pai índio e mãe negra, então eu tenho vô índio”. E o que se lamenta é que os Kaingang mais jovens não tenham mais tanto conhecimento a respeito de seus antepassados e de suas origens enquanto pessoas indígenas, conforme foi apontado por um Kaingang em uma conversa na casa de Idalino: “Tem aluno aqui que não sabe nem a descendência dele! E o antropólogo trabalha em cima da descendência”, se referindo à minha presença enquanto pesquisadora. Não é, pois, somente uma preocupação em ter para si os conhecimentos sobre a própria ancestralidade, mas de tê-los reconhecidos pelos demais. Como aponta Veiga, “ao se definir enquanto povo, os Kaingang estão olhando também as expectativas da sociedade envolvente, incluindo os antropólogos que são seus interlocutores” (Veiga, 2000, p. 69).

Segundo diversos relatos, atualmente é muito difícil saber a qual metade pertence uma pessoa no Toldo Chimbangue. O conhecimento sobre as metades *Kamé* e *Kairu*, segundo um professor Kaingang daquela aldeia, vem sendo retomado pelos professores indígenas de modo que possa ser minimamente transmitido aos estudantes.

²¹ Apesar disso, pude verificar algumas referências às metades durante a realização de uma dança das crianças na escola: nesta ocasião, elas estavam pintadas com esferas e traços; em uma reunião política, através de cartazes de divulgação margeados pelos mesmos símbolos; por fim, em uma representação fixa, em uma grande cruz pintada também com esferas e traços na frente da igreja católica localizada na aldeia.

Nesse mesmo sentido, o ideal para a minha pesquisa, de acordo com meus interlocutores, era buscar um professor, pois mesmo os indígenas mais velhos não teriam certas informações, principalmente sobre histórias antigas e alguns termos na língua Kaingang sobre os quais às vezes eu indagava.

De acordo com Veiga e D'Angelis (2002), os Kaingang falam uma língua classificada na família linguística Jê Meridional, família que inclui também o Xokleng (Laklanõ, estes também em Santa Catarina). Falado nos três estados do sul do país e em São Paulo (e, antigamente, também na Argentina. Cf. Ambrosetti, 2006), o idioma Kaingang apresenta variações em cinco dialetos regionais²² que estão constantemente passando por transformações, segundo Wisemann (2002). A mesma autora aponta que, apesar de possuírem variações dialetais, os Kaingang preferem ter somente uma língua escrita para uso generalizado nas escolas, por exemplo (Wisemann, 2002, p. 7).

O processo de colonização e contato vivido pelos Kaingang significou, além da invasão e perda territorial, um contexto em que a língua portuguesa passou a ser de grande importância para a sobrevivência dos Kaingang, ao mesmo tempo em que seu idioma tradicional tornou-se um lembrete de sua condição estigmatizada de indígena, sendo abandonada pouco a pouco, principalmente pelas gerações mais novas. Assim, não se trata somente de uma questão de bilinguismo, mas do abandono gradual da língua Kaingang. Segundo Veiga e D'Angelis (2002), o percentual de indígenas Kaingang que conhecem e falam no idioma indígena tem diminuído quase proporcionalmente ao aumento populacional registrado nas últimas décadas. Especificamente sobre a terra indígena pesquisada, outros autores confirmam as informações:

Ainda que não atingidas na totalidade, nem de modo homogêneo, o processo que provocou perdas linguísticas foi particularmente acentuado em comunidades como Votouro, Guarita (RS), Chimbangue e Chapecó²³ (SC), Mangueirinha e Palmas (PR) (Vaz, Cardoso e Sponchiado, 2013, p. 131-132).

²² “- o dialeto **São Paulo**: falado ao norte do rio Paranapena, no Estado de São Paulo;

- o dialeto **Paraná**, falado na área compreendida entre os rios Iguacú e Uruguai;

- o dialeto **Central**, falado na área entre os rios Iguacú e Uruguai;

- o dialeto **Sudoeste**, falado ao sul do rio Uruguai e ao oeste do rio Passo Fundo;

- o dialeto **Sudeste**, falado ao sul do rio Uruguai e ao leste do rio Passo Fundo.” (Wisemann, 2002, p. 8). De acordo com essas divisões, os Kaingang do Toldo Chimbangue possuem o Dialeto Central.

²³ Aqui acredito que se trata de um erro de grafia, pois, como os autores estão mencionando somente nomes de terras indígenas, deve tratar-se da TI Xaçepó, e não do nome da cidade de Chapecó.

Atualmente, na escola dindigena do Toldo Chimbanguê, existe uma aula por semana especificamente voltada para o aprendizado da língua Kaingang, mas as afirmações de alguns alunos e pais é que aulas pontuais não são capazes de realizar um aprendizado significativo do idioma enquanto, no cotidiano, todas as pessoas seguem falando apenas o português.

Dois aspectos importantes para a definição do modo de ser e de existir Kaingang, que procuro apresentar nos capítulos que se seguem, são a questão do trabalho vinculado ao território indígena, e (associado a este e a outros) e a alimentação e a relação com os animais. Voltarei a essas questões no terceiro capítulo, pois elas estão diretamente ligadas, como se pode notar desde já, à questão da subsistência Kaingang, e ao fato de que, para garanti-la, faz-se cada vez mais necessário deixar o território indígena para trabalhar com/os animais. Esse sair constante do território, de um lugar de onde foram expulsos e depois retornaram, como vimos, tem um impacto direto na relação dos Kaingang no Toldo Chimbanguê com as indústrias frigoríficas na sua região. Antes de concluir este primeiro capítulo, é preciso falar um pouco desta dinâmica.

* * *

Como procurou-se apresentar, a história dos Kaingang no Brasil meridional após a chegada da colonização tem sido uma trajetória de deslocamentos. Com os habitantes do Toldo Chimbanguê não foi diferente: com suas terras cada vez mais tomadas pelas companhias colonizadoras e migrantes vindos de outras regiões, eles acabaram deixando o território que vieram, tempos depois, recuperar, em duas etapas distintas. É neste território reconquistado que os Kaingang de hoje lutam para realizar as “coisas de índio” e, deste modo, “fazer-se Kaingang de verdade”, como veremos detalhadamente adiante. Mas, nisso, encontram as limitações de uma terra que, espoliada e intensamente explorada nos séculos passados, torna o viver dela uma tarefa difícil. Encontram, também, os obstáculos impostos por uma política indigenista que pouco investe nos índios, e que os deixa quase completamente desprovidos de investimentos.

Sair, portanto, deixar a terra onde se nasceu e se criou, aparece como uma necessidade, como se verá. É preciso buscar emprego e renda. No caso em tela – assim como em outras regiões do estado e do país – eles são buscados majoritariamente nas

principais indústrias que oferecem “oportunidades” a esses trabalhadores de baixa qualificação e pouca escolaridade: os frigoríficos, a indústria da carne. Mesmo que as condições de trabalho nessas empresas sejam perigosas, estafantes e degradantes, os Kaingang, como os outros 750 mil trabalhadores brasileiros no setor²⁴, seguem procurando empregos ali.

Não obstante, como será discutido mais à frente, o movimento de sair da aldeia em busca de trabalho é contrabalançado pelo ideal, sempre afirmado pelos Kaingang do Chimbangue, de se permanecer na terra, no interior da aldeia, cuidando das chamadas “coisas de índio” e se produzindo ou “se fazendo” como índio, como Kaingang. Tudo se passa como se ficar na aldeia fosse necessário, ao fim e ao cabo, para reforçar as características da aldeia e os laços que unem seus moradores, entre si e com a terra, as matas, os animais de caça e de criação. Trabalhar entre outros tem como finalidade a produção ideal do viver entre si: estaríamos, aqui, talvez – e esta é uma hipótese que caberá, futuramente, explorar – diante de uma dinâmica identitária tipicamente Jê, em que o “nós” se produz em contraste direto com o “outro”, sendo que “nós” somos aquilo que os “outros” não são (Carneiro da Cunha, 1978; Coelho de Souza, 2002), no que Sylvia Cayubi Novaes (1993) chamou de “jogo de espelhos”. Deixa-se a aldeia, vai-se ao exterior, para buscar condições de existência fora dela, mas o que está em jogo, idealmente e como projeto a ser continuamente realizado, é a vontade de construção e de fortalecimento do interior, do ser Kaingang de verdade. O exterior deve servir ao interior. E, assim, mesmo com todas as críticas, os Kaingang continuam deixando a aldeia para trabalhar; voltam, ao final, porque é só na aldeia que podem se fazer efetivamente Kaingang. Mesmo com todas as brutais alterações vividas por esta sociedade indígena ao longo dos séculos de colonização, os Kaingang continuam a fazer-se Kaingang.

Esta sugestão deve nos alertar, ainda, para como as narrativas dos moradores do Chimbangue a respeito dos frigoríficos e do trabalho realizado em suas linhas de produção contestam a celebração corrente do agronegócio no Brasil. Com efeito, a procura dos Kaingang pelos frigoríficos tem a ver com o esgotamento dos recursos e oportunidades de trabalho e produção na terra indígena, e não com a atração irresistível que exercem essas empresas manifestamente destinadas a crescer e se multiplicar. Dito de outra forma, o sucesso dos frigoríficos não se explica por sua qualidade e poder

²⁴ Ver <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf> Acesso em 09 de maio de 2017.

inerentes, e pelos benefícios pessoais e estruturais que propala difundir, mas depende de outros processos regionais de formação de uma mão de obra sedenta de trabalho, localizada em territórios esgotados por séculos de exploração desenfreada. Assim, os Kaingang contam uma história do agronegócio muito distinta daquela em que nos é usualmente apresentada, que afirma que tudo estava decidido desde o começo, e que a região oeste de Santa Catarina sempre esteve destinada a ser um polo do agronegócio, e que esse destino alcançou-se concomitantemente à expansão das oportunidades de trabalho e ao incremento da qualidade de vida da população regional. Isso, sabemos, não foi, e não é, assim. E esta narrativa oficial começa a ser desconstruída no capítulo que segue.

2 - O TOLDO CHIMBANGUE NA CIDADE DO AGRONEGÓCIO

“Então a sua pesquisa vai ser fácil. Porque o difícil é encontrar alguém aqui no Chimbangue que nunca trabalhou num frigorífico”.

Mesmo que tenha sido por poucos meses, ou até poucas semanas, a maioria dos Kaingang do Toldo Chimbangue de fato já esteve empregada em algum frigorífico da região e uma grande parte deles ainda trabalha nas indústrias de carne. Como foi apontado por uma moradora da aldeia, pessoas com esse histórico, ou presente, não faltam. Ainda que existam as razões atuais que expliquem alguns aspectos dessa maciça contratação de mão de obra indígena pelos frigoríficos, as questões referentes à ocupação e exploração do Chimbangue por não indígenas, mas também a delimitação de um território reduzido para os Kaingang, são aspectos importantes a serem considerados. Assim, se hoje a falta de transporte para a cidade e a baixa escolaridade sejam os principais motivos para o emprego de mão de obra indígena, faz sentido pensá-los como consequência de processos anteriores e mais amplos.

Historicamente, a região onde está localizada a terra indígena foi alvo da ação de empresas colonizadoras que adquiriram grandes extensões de território para revender, em lotes, para colonos, principalmente imigrantes europeus provenientes de pequenas propriedades gaúchas²⁵. Nas primeiras décadas do século XX o oeste catarinense sofreu intensa exploração madeireira, promovida, principalmente, pelas empresas colonizadoras a fim de desocupar as terras a serem vendidas, mas também pelos colonos que passaram a ocupar os locais (Bellani, 1991). As matas da região eram constituídas por espécies como “cedro, caneleira, angico, sassafrás” (CIMI, 1984, p. 61), mas o que tinha destaque, como visto, era a presença maciça de pinheiros do Paraná, ou araucárias (*Araucaria angustifolia*), fundamentais na manutenção do modo de vida Kaingang. Os pinheiros forneciam imensa quantidade de pinhões, um dos principais alimentos dos Kaingang e também dos animais que faziam parte de sua dieta (Mota, 2000, p. 86). Tais árvores foram também massivamente derrubadas, o que acabou por torná-la uma espécie em perigo crítico de extinção, de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN²⁶).

²⁵ Segundo Arlene Renk (1991), as companhias colonizadoras responsáveis pela colonização do oeste, arregimentaram colonos de origem europeia no Rio Grande do Sul para a ocupação.

²⁶ Informação recolhida em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Arauc%C3%A1ria#cite_note-iucn-1 > Acesso em 19 de Abril de 2017.

O atual território do Toldo Chimbangue, antes de ser oficialmente reconhecido e demarcado, foi ocupado por colonos que seguiram com esse modelo de exploração do território. Há de se levar em conta, portanto, a impossibilidade da terra indígena continuar sendo o único meio da comunidade do Toldo Chimbangue obter o seu sustento. Trabalhos na cidade de Chapecó, como o dos frigoríficos, tornaram-se uma das alternativas importantes para os Kaingang na região.

Tendo em vista que o processo de destruição e redução das terras indígenas foi o que alavancou e manteve a economia da região, esse segundo capítulo se dedica primeiramente, a explorar esse processo de formação econômica. É importante destacar que, ao narrar essa história, não se pretende glorificar o agronegócio, apontando para uma virtual “inevitabilidade” de seu sucesso na região e para uma trajetória sem conflitos ou contradições, conforme as próprias empresas gostam de anunciar quando contam suas próprias histórias (Pertile, 2008 e Siqueira, 2016), ou mesmo como é apresentado pela própria administração do município, que afirma que Chapecó possui “vocação” para essa economia agroindustrial²⁷. A intenc o, aqui, é sugerir que a história da expansão das agroindústrias no oeste de Santa Catarina pode ser usada para explicar, por exemplo, o vínculo de trabalho que, atualmente, liga os Kaingang a essas empresas, ao apontar que elas se tornaram praticamente a única possibilidade de trabalho que restou aos indígenas em suas terras exauridas. Essa “exclusividade” só foi alcançada por meio do processo de ocupação e de devastação dos territórios indígenas, processos que são sempre ocultados nas narrativas que o agronegócio na região produz sobre si mesmo. Isso indica, seguramente, que a história da constituição do oeste catarinense – e de Chapecó, mais particularmente – como pólo da produção de carne no Brasil, se observada da perspectiva Kaingang, é uma história de perdas, de destruição e de violência, mas que não se desenrolou sem luta. Além disso, do ponto de vista Kaingang, o trabalho nos frigoríficos não constitui um atrator irresistível – como se fosse também inevitável ocupar postos de trabalho atraentes em um ramo industrial consolidado – mas figura como parte das estratégias propriamente Kaingang de reprodução de seu modo de vida na região hoje. O que será recuperado no capítulo final.

Hoje, a agroindústria é algo que não passa despercebido na região. O município de Chapecó é classificado como um polo regional nível B pela pesquisa *Cidades do IBGE* (2008), o que significa que é uma cidade capaz de atender as demandas dos

²⁷ Informa o encontrada no site da Câmara Municipal de Chapecó. <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio/historia>> Acesso em 27/07/2017.

municípios vizinhos, tanto na prestação de serviços quanto no beneficiamento dos insumos agropecuários produzidos na região oeste, o que lhe confere o rótulo de capital nacional da agroindústria ou do agronegócio²⁸ (Oliveira e Piccinini, 2013, p. 6). Atualmente, o oeste catarinense é responsável por 8,9% da população de Santa Catarina, sendo que sua maior cidade é aquela onde está localizada a Terra Indígena Toldo Chimbangue, Chapecó (FIESC²⁹, 2014, p. 20). Entre as exportações catarinenses, carnes e miudezas comestíveis são o primeiro produto (FIESC, 2014, p. 13), o que faz com que o setor seja o segundo maior empregador no estado dentre os segmentos industriais, perdendo somente para a indústria de vestuário (FIESC, 2014, p. 154).

Nesse processo de tornar-se um setor cuja produção tem alcance nacional (e mesmo internacional), as agroindústrias foram passando por mudanças sensíveis em sua cadeia produtiva, que vão desde os métodos de criação dos animais até os procedimentos de abate e processamento da carne e derivados. Essas questões, abordadas nesse segundo capítulo, mas também no seguinte, são importantes, uma vez que é por terem conhecimento desse modo de funcionamento que os Kaingang consideram as carnes compradas nos mercados urbanos – que são produzidas nessas indústrias – com qualidade inferior, e é em função da organização do trabalho nas linhas de produção que muitos Kaingang encaram esta como uma atividade distante do modo de vida e trabalho propriamente Kaingang.

Aqui destaco os dois alicerces principais para a construção dessa segunda parte do texto: a obra de Dias (2009), que explora o funcionamento das linhas de produção de a partir de três estudos de caso – Chicago (nos Estados Unidos), Berisso (na Argentina), e Barretos, no estado de São Paulo (Brasil) –, e a minha própria pesquisa anterior, realizada em um frigorífico de pequeno porte no interior paulista (Stefanuto, 2014). Esta experiência permitiu que eu pudesse observar, muito na prática, os movimentos repetitivos, os problemas sanitários diversos, a linha de produção pedindo velocidade dos trabalhadores e as pessoas em pé o dia todo sem poderem abandonar seus postos. Portanto, ainda que sem uma pesquisa de campo especificamente nos frigoríficos de Chapecó, quando eram narrados pelos Kaingang os processos de adoecimento, as durezas do trabalho e as aflições com a qualidade duvidosa da carne, eu sabia muito bem sobre o que estavam falando. Não apenas por meio da bibliografia, o que foi

²⁸ Título que compartilha – ou disputa – com outros municípios, como Sorriso (MT) e Ribeirão Preto (SP), segundo Siqueira (2016, p. 15).

²⁹ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

certamente crucial, mas sobretudo por conta de um contato direto que experimentei com uma linha de produção de carne.

2.1 A economia do oeste catarinense e a formação das agroindústrias

A análise do processo de formação econômica do oeste catarinense pode partir do mesmo referencial histórico cujos desdobramentos resultaram na formação do Toldo Chimbanguê, conforme apresentado no capítulo anterior: a invasão dos Campos de Guarapuava e, posteriormente, dos Campos de Palmas. A conquista das tais regiões de campos naturais foi impulsionada, principalmente, pela expansão da criação de gado, que exigia novas pastagens para atender os mercados ligados à mineração em Minas Gerais e, mais tarde, também à lavoura cafeeira no sudeste do Brasil (CIMI, 1984).

Nesse primeiro momento, a ocupação das terras do oeste de Santa Catarina se deu principalmente através de fazendas de gado, na chamada “fase pecuária” da ocupação. Os animais, gado e muare, comprados no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, eram conduzidos até a feira de Sorocaba, em São Paulo, onde eram negociados (Corazza, sd). Os trajetos percorridos com esse objetivo constituem o chamado *tropeirismo* na região. Nos caminhos de ida e volta, eram inevitáveis as paradas para os pousos, e muitos desses locais (invernadas) foram a base para a formação de povoados e, posteriormente, cidades. Assim, as primeiras ocupações pelos colonizadores ocorreram a partir das fazendas de criação de gado, estas beneficiadas pela existência de campos naturais que ofereciam pasto para os animais. As ocupações que se encontravam nas proximidades dos caminhos dos tropeiros acabavam fornecendo excedentes de suas lavouras e criações, além da erva mate, o que originou uma importante rota de comércio (Pertile, 2008).

Por volta de 1870, o início da construção de ferrovias fez com o que o ciclo das tropas começasse a entrar em declínio, e, junto com ele, as fazendas de criar, resultando num movimento de dispersão das famílias fazendeiras e na fragmentação de grandes áreas através de heranças e partilha (Siqueira, 2016). Em 1910 é inaugurada a Ferrovia do Contestado, projetada para ligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelo interior e meio oeste catarinense, possibilitando, assim, a conexão do Rio de Janeiro às regiões fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Se, por um lado, isso promoveu um melhor escoamento da produção, também

implicou na expulsão daqueles que habitavam as áreas do entorno da ferrovia, os colonos e indígenas (Pertile, 2008).

A construção da ferrovia se insere no contexto da Guerra do Contestado. Este conflito foi impulsionado, principalmente, pela insatisfação da população da região com a recém-instaurada República, que repassou as decisões sobre as terras devolutas para os Estados, acelerando a colonização e a expulsão dos antigos moradores, além de ter como uma das causas a indefinição dos limites entre Santa Catarina e Paraná. O conflito veio fazer coro às ideias de que a região era mal aproveitada e deveria ser ocupada por aqueles que fossem capazes de contribuir com o desenvolvimento do país, principalmente colonos de origem européia (Valentini e Radin, 2012). Segundo os autores,

Vista na perspectiva da expansão capitalista na região, a guerra do Contestado promoveu uma ampla “limpeza” na região de sua abrangência, o que serviu para garantir o avanço da exploração madeireira, da comercialização da terra e do avanço do processo de colonização (Valentini e Radin, 2012, p. 148).

A população nativa, dispersada pelo declínio dos caminhos de tropas e pela ação das empresas responsáveis³⁰ pela construção da ferrovia, deslocou-se para as áreas de matas, dentre elas a região de Chapecó, e voltou-se para a agricultura de subsistência e para a extração de erva-mate, principalmente (Siqueira, 2016).

A exploração da erva mate não implicou diretamente na ocupação do território do Toldo Chimbangue, uma vez que os Kaingang, “não possuindo ervais nas escarpadas serras que habitavam, próximos ao Irani, (...) seguiam sua vida tradicional, sem serem molestados” (CIMI, 1989, p. 37). Contudo, a intensificação da exploração da erva propiciou o contato dos Kaingang dessa localidade com brasileiros, argentinos, paraguaios e mesmo outros Kaingang que exploravam esse recurso³¹.

³⁰ Foram quatro empresas responsáveis pela ferrovia: Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, por último, a Brazil Railway Company (Pertile, 2008).

³¹ “Os Kaingang do Irani abasteciam de erva mate no lugar denominado de Aterrado, a alguns quilômetros das suas moradas, na direção do Passo dos Índios. Posteriormente, o contato deles com os Kaingang do Passo dos Índios, e com os que situavam-se no Passo do Carneiro e na Serrinha – onde habitaram-se ao trabalho de ervateiros – os Kaingang do Irani passaram a frequentar, algumas vezes, também os ervais do Passo do Carneiro, onde teriam contato com brasileiros, argentinos e paraguaios que ali vinham. Isso, porém, ocorreria praticamente na última década do século XIX” (CIMI, 1989, p. 37).

Assim como a erva-mate, a criação de suínos também estava presente na economia de subsistência dos colonos, associada aos períodos de cultivo. Referindo-se ao sudoeste do estado do Paraná, Lazier (1983, p. 45) afirma que “a criação de porcos na região é tão antiga quanto a extração da erva-mate. De maio a outubro cuidavam da colheita da erva-mate e de novembro a abril dedicavam-se mais à criação de suínos”.

Nesse mesmo período, ainda no século XIX, a política indigenista foi marcada pela utilização de mão de obra indígena na prestação de serviços públicos e particulares, como trabalhar na agricultura e na construção e manutenção de estradas. Isso se deu através do estabelecimento dos aldeamentos, que objetivavam principalmente instruir os indígenas ao trabalho, miscigenar os grupos através do casamento com brancos e estabelecer a fé católica (Carneiro da Cunha, 1992; Souza Lima, 1995; Brighenti, 2012; Amoroso, 2014).

Os Kaingang do Toldo Chimbangue não foram diretamente afetados pelos aldeamentos. Mas as reduções contínuas de seu território pelas frentes de ocupação e pela ação das empresas colonizadoras (ver capítulo primeiro) implicaram em outras relações de trabalho. Segundo alguns autores (Nacke et al., 2007), quando da redução do território do Toldo Chimbangue, a manutenção dos Kaingang no território restante foi possível pelos contratos entre eles e os colonos, quando “as famílias indígenas residiam nas terras adquiridas pelos colonos, para os quais prestavam trabalhos na condição de agregados ou meeiros” (Nacke et al., 2007, p. 60).

Nesse caso, os indígenas forneciam a terra e, por vezes, a força de trabalho em determinadas etapas de produção, como a limpeza das lavouras e a colheita, em troca de percentual da produção que, na maioria das vezes, dada à situação de miserabilidade das famílias indígenas, era recebida antecipadamente em gêneros alimentícios (Nacke et al., 2007, p. 51).

Ao contrário do que ocorre atualmente, com os Kaingang tendo que sair do Chimbangue em busca de trabalho, os indígenas permaneciam em suas terras, mas trabalhando para aqueles que então a ocupavam, os colonos. Em ambas as situações, o trabalho Kaingang era e é realizado para o outro, dentro ou fora dos limites das aldeias.

A venda da força de trabalho tem sido recorrente em todas as terras indígenas³², cujos moradores trabalham como diaristas ou por empreitada nas lavouras dos regionais em serviços como colheita do milho e feijão, limpeza das roças, corte de erva-mate e colheita de maçãs, serviços que normalmente são combinados informalmente e não implicam em vínculos empregatícios (Nacke et al., 2007). Além disso, segundo os mesmo autores, há aqueles que trabalham em aviários como carregadores de frango (Nacke et al., 2007, p. 97-98). O que indica que, antes das contratações para trabalhar na linha de produção dentro dos frigoríficos, os indígenas trabalhavam para as mesmas agroindústrias, mas ainda do lado de fora delas, nas etapas iniciais dos processos de industrialização dos alimentos.

A área a que se refere esta pesquisa só seria efetivamente ocupada a partir de 1916 e 1917, anos em que foram resolvidas as questões de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, e em que o município de Chapecó foi criado, respectivamente. A ocupação territorial desta região no século XX ocorreu por meio das ações de empresas colonizadoras, que ganharam a concessão para a exploração e comercialização das terras, sendo que a maior parte dos lotes foi vendida a migrantes descendentes europeus vindos das colônias gaúchas, a partir de 1920 (Bellani, 1991; Fujita, 2013).

De acordo com Pertile (2008), parte daqueles que ocupavam as terras e que foram expulsos no decorrer do processo de colonização passaria, já no final do século XX, a formar grande contingente de mão-de-obra disponível, que será finalmente apropriado em outras atividades, como na agroindústria regional, como é o caso dos Kaingang atualmente empregados pelos frigoríficos.

Nesse processo de colonização, exigiu-se dos colonos a ocupação rápida da terra através do cultivo ou povoamento a partir da criação de animais, principalmente os porcos (Siqueira, 2016). Além disso, a criação suína já era praticada pelos imigrantes gaúchos antes de chegarem ao oeste catarinense. Ao chegarem em Santa Catarina, procuraram fazer o mesmo e comercializar seus excedentes. Como a gordura animal era largamente consumida no Brasil, as criações de suínos visavam, principalmente, a produção de banha para atender o mercado paulista (Pertile, 2008), e eram realizadas de duas formas principais:

³² Outras formas de obtenção de renda foram indicadas pelos Kaingang das Terras Indígenas no oeste catarinense, sendo sempre lembrados “os ‘benefícios’ do INSS (aposentadorias rurais), as pensões, os auxílios natalidade e deficiência física como recursos indispensáveis para a sobrevivência, além dos salários dos indígenas que pertencem aos quadros de funcionários da Funai, os contratos da Funasa, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação” (Nacke et al. 2007, p. 97).

Uma das formas era o "porco alçado", ou a criação de porcos soltos no mato, quando eram alimentados daquilo que a vegetação fornecia, principalmente de pinhão. O único trato era fornecer sal aos suínos. O outro modo de criação de suínos era o sistema de "safra". O safrista plantava grandes áreas de milho e depois soltava o porco na roça, onde ele era parcialmente engordado. (Lazier, 1983, p. 45)

Tanto o sistema de safra quanto o de porco alçado exigiam grandes áreas de terra pouco povoadas para serem postos em prática, o que se tornaria cada vez mais difícil com o avanço dos colonos, a venda de lotes menores pelas empresas colonizadoras, a concorrência por terras e, mais adiante, modos de criar mais eficientes e rentáveis para o mercado. Renk (2006) aponta, inclusive, para uma obrigatoriedade, imposta aos colonos, em se criar os animais presos por cercas. E, assim como os colonos se viram obrigados a abandonar certas práticas de criação, os Kaingang veriam os pinheirais que forneciam alimento para “cevar” os porcos do mato serem esgotados.

O estabelecimento das fronteiras definitivas entre Paraná e Santa Catarina também estimulou a retirada maciça das reservas de madeira da região. Mesmo que as terras, sob domínio do Paraná, estivessem sendo ocupadas, a exploração limitava-se às áreas dos campos de Guarapuava e Palmas e aos caminhos das tropas. Assim, com a área incorporada ao estado de Santa Catarina, intensifica-se o processo de colonização, e o corte de madeiras vai atender principalmente às demandas das empresas colonizadoras, para limpar e liberar os lotes a serem vendidos aos colonos (CIMI, 1984).

A exploração e exportação da erva-mate e da madeira possibilitaram alguma integração da região do oeste aos mercados nacionais e internacionais. Mas não provocaram, contudo, grandes alterações na agricultura, que se manteve majoritariamente enquanto produção de subsistência (Pertile, 2008). Conforme é apontado pela mesma autora:

Até esse momento, os agentes hegemônicos regionais estavam associados ao comércio de terras e a extração vegetal. Ou seja, eram os madeireiros extrativistas e os colonizadores os principais condutores da organização desse espaço (Pertile, 2008, p. 80).

A exploração de madeira não conseguiu atingir de imediato os Kaingang do Toldo Chimbanguê, mas algumas famílias de caboclos, expulsos de suas terras pelas empresas colonizadoras, procuraram os Kaingang solicitando abrigo, e foram recebidas pela comunidade indígena do Toldo Chimbanguê (CIMI, 1984). Mais adiante, essa demanda pelos recursos madeireiros irá atingir diretamente os Kaingang do Chimbanguê, quando, nos anos cinquenta, estas terras indígenas constituíam as últimas porções de florestas ainda não exploradas (Fernandes e Piovezana, 2015).

Com a intensificação da exploração da madeira, houve uma grande valorização das propriedades e um grande número de colonos – que, diferentemente do caboclo e do indígena, tinha tomado posse das terras pela compra de títulos – começou a penetrar na região. Alguns colonos já conseguiam se inserir no mercado de maneira mais significativa, controlando a exploração de erva-mate e as indústrias madeireiras (Poli, sd). Assim, tomava forma um perfil socioeconômico baseado na cultura da produção de excedentes, ainda que de modo artesanal, do qual estavam excluídos os antigos habitantes, indígenas e caboclos, agora expropriados de suas terras, pois estas haviam sido compradas pelos colonos de origem europeia ou do Rio Grande do Sul (Renk, 1997).

A diversidade produtiva das propriedades, associada à distância e à dificuldade do transporte de grãos produzidos na região serviram de base para a dinâmica do sistema agroalimentar, já que os grãos produzidos serviam de alimento para a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, nas propriedades. A intermediação entre o produtor e o consumidor era exercida pelo comerciante que comprava os excedentes e os vendia nos estabelecimentos comerciais, agregando crescente influência econômica, de modo que foi a partir dela que foi gerado o capital investido na estruturação das agroindústrias (Fujita, 2013, p. 316).

Outros autores corroboram esses apontamentos. Segundo Paim (2016), o solo fértil da região favorecia o cultivo ao mesmo tempo em que dificultava a comercialização dos produtos, pois a oferta era bastante grande. Como forma de absorver o excedente, muitos colonos criavam suínos para consumir a grande quantidade de grãos. Os animais aos poucos começaram a ser comercializados em Curitiba e São Paulo (Paim, 2016, p. 126). Além disso, alguns dos colonos passaram a

intermediar as relações entre os produtores da região e os mercados das cidades do Centro-Sul e, dessa forma, passaram a acumular o excedente produzido pelas propriedades rurais. Foi o caso de Atilio Fontana (Espíndola, 1996) – mais tarde fundador e proprietário do Grupo Sadia –, que comprava produtos dos colonos em Santa Catarina e os revendia em São Paulo, onde se abastecia de mercadorias para as casas comerciais localizadas na região. No início da década de 1940, vendeu suas casas comerciais e obteve o capital inicial necessário para investir em outros negócios, especialmente nos frigoríficos (Pertile, 2008).

A colonização no oeste de Santa Catarina foi freada durante a Segunda Guerra Mundial e retomada apenas com o fim do conflito, quando houve uma reabertura dos mercados e um reaquecimento econômico que trouxeram para a região um novo surto colonizador, com imigrantes vindos majoritariamente do estado gaúcho vizinho (Pertile, 2008). É nesse cenário de pós-guerra que a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. acelera a venda dos últimos territórios ocupados pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê.

Embora a economia da madeira ainda fosse significativa, a suinocultura começava a despontar como atividade viável, mostrando-se uma alternativa econômica promissora diante da crise pós-Segunda Guerra Mundial (Fujita, 2013). De fato, estudos apontam para um aumento expressivo no consumo global de carne logo após o encerramento do conflito, com o fim do racionamento (Fiddes, 1991, p. 25-27). Mas foi, em alguns casos, o lucro obtido com a venda de madeiras que possibilitou a instalação de frigoríficos (Bellani, 1991, p. 157).

A concorrência com frigoríficos paulistas foi um fator importante que tornou mais viável realizar o abate em solo catarinense sem ter que enviar os suínos vivos para serem abatidos em São Paulo. O transporte desses animais até então era realizado pela estrada de ferro com apoio governamental, que emitia requisições gratuitas para esse fim, e foi nas proximidades dessas linhas de ferro, ainda distantes de Chapecó, que surgiram os primeiros frigoríficos da região oeste (Pertile, 2008).

Em 1939, passa a funcionar em Xaxim, então distrito de Chapecó (hoje município vizinho), o Frigorífico Diadema. A empresa produzia banha, salame e fiambre que eram vendidos nos mercados catarinense, paulista e carioca, entre outros. Em 1963 o frigorífico foi vendido para S/A Indústria e Comércio - SAIC (Xaxim, 2007) que havia sido criada no ano de 1952.

Em 1956 a cidade de Seara passa a sediar um frigorífico de mesmo nome, o primeiro de grande porte na cidade, também no oeste catarinense. A empresa foi

inaugurada pelo casal Artêmio e Antônia Paludo; Artêmio era então prefeito da cidade. Em 1980, 25 anos depois, a Seara foi vendida para a Ceval, que pertencia à Cia Hering, então maior indústria têxtil da América Latina. Mais tarde, em 1997, foi vendida para a multinacional Bunge (Centro de Memória Bunge, sd). Em setembro de 2004, a empresa trocou de mãos outra vez, sendo vendida para a americana Cargill por US\$ 130 milhões. E em 14 de setembro de 2010, a Seara ganhou novo dono: a Marfrig³³.

Durante a década de 1940 surgiram duas das que viriam a se tornar as maiores empresas frigoríficas do Brasil: a Sadia e a Perdigão. A família Brandalise, possuidora de vários empreendimentos comerciais, adquiriu um frigorífico na cidade de Videira em 1940, fundando a Perdigão S. A. Comércio e Indústria. Na cidade de Concórdia, foi fundado o frigorífico da Sadia em 1944, como resultado da expansão do capital comercial de Atílio Fontana (Siqueira, 2016). Assim, o oeste catarinense passou de uma região comercializadora de porcos vivos e banha desses animais para uma região processadora de carnes suínas e de comercialização de produtos cárneos (Pertile, 2008), tornando-se conhecida nacionalmente por sediar algumas das marcas mais conhecidas do setor.

No final dos anos 1950 e início dos 1960, as agroindústrias Sadia, Perdigão, Coopercentral, Seara e SAIC já se estabeleciam enquanto as maiores do estado de Santa Catarina (Pertile, 2008). Se a indústria frigorífica começava a dar demonstrações significativas de crescimento na década de 1940, os Kaingang lidavam, na mesma época, com os sinais violentos do desaparecimento de seu território, que ficou reduzido a somente 100 hectares nas margens do rio Irani.

A partir do estabelecimento dos primeiros frigoríficos, iniciou-se a implantação de uma infraestrutura básica mais efetiva que atendesse às necessidades de tais empreendimentos, o que envolveu apoio estatal por diversos meios. No ano de 1961 foi criado o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul – BRDE e, dois anos mais tarde, o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Fundesc, com o objetivo de fornecer financiamento e crédito subsidiados a longo prazo para implantação, ampliação e modernização das indústrias catarinenses (Pertile, 2008). Em 1967, o incentivo estatal à produção agrícola se traduziu no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e atingiu, também, a região oeste de Santa Catarina; empresas formadas a partir da acumulação de capital de pequena produção passaram a usufruir de

³³ Ver site da empresa Marfrig: <<http://www.marfrig.com.br/pt/documentos?id=633>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

crédito subsidiado, favorecendo a propulsão da produção agroindustrial (Hansen, 2013). Mesmo que, idealmente, os subsídios governamentais abrangessem outros setores e atividades além daquelas de industrialização de carne, tinham estas como as maiores beneficiadas, direta ou indiretamente: foi o setor de alimentos aquele que captou a maior parte dos recursos, sendo que as empresas processadoras de carne na região foram as principais beneficiadas³⁴ (Pertile, 2008).

Aquilo que caracterizou o processo de modernização das indústrias frigoríficas, foi a chamada Revolução Verde³⁵, da qual fizeram parte estratégias agrícolas que disseminavam sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos agrícolas. Nesse mesmo sentido, os animais de corte criados foram sendo substituídos por outros de raças distintas, com o objetivo de que fornecessem mais carne e menos gordura, pois a demanda desta última vinha diminuindo, ao passo que a demanda pela carne mais “magra” só fazia crescer. Além disso, as indústrias passam a adotar, à exemplo da Sadia, o modelo de integração para criar e engordar os animais de corte (Siqueira, 2016); essas questões serão melhor abordadas mais adiante.

A mesma autora, em sua pesquisa na região de Chapecó, avalia de que maneira o processo de modernização da suinocultura implicou em conflitos entre o modo de criação tradicional praticado pelos pequenos agricultores e aquele trazido e, afinal, imposto pelas agroindústrias. No primeiro caso, o suíno é comumente chamado de *porco crioulo*, os animais vivem cercados e são alimentados com sobras de refeições e produtos das plantações, além de produzir uma quantidade maior de banha, que é utilizada para diversos fins, alimentícios ou não. No segundo caso, as agroindústrias impõem um tipo específico de alimentação que é consumida por animais em confinamento, e que produzem mais carne e menos gordura. Segundo a autora, nos dias atuais, ainda persiste uma resistência de diversas pessoas, tanto do meio rural quanto do urbano, em consumir o chamado *porco branco* que é favorecido pelas indústrias frigoríficas. Um episódio histórico que é utilizado por aqueles que se recusam a comer

³⁴ Sobre o oeste do Paraná, Heck (2014) afirma: “A participação do Estado na expansão e consolidação do agronegócio frigorífico no Oeste Paranaense tem sido fundamental, já que entre 2004 e 2007, mais de 1 bilhão de reais foram injetados nas cooperativas do Oeste Paranaense principalmente para a cadeia de abate de frangos/suínos.” (p. 47) Mas o mesmo autor adverte que “antes de qualquer comemoração com as cifras estatísticas de crescimento do emprego, observa-se que o investimento do Estado se dá num dos setores que mais gera acidentes e doenças relacionadas ao trabalho” (2014, p. 41)

³⁵ No contexto da Guerra Fria, o bloco dos países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, criou estratégias para consolidar o modelo capitalista de produção agrícola no mundo, implementado em vários países, inclusive na América Latina a partir da década de 1940 (Siqueira, 2016, p. 45).

ou evitam consumir a carne do porco branco foi o caso da Peste Suína Africana, uma doença que teria afetado amplamente as criações tradicionais de porcos, que precisaram ser sacrificados diante da inexistência de tratamento e para controle do microorganismo responsável. Na visão daqueles que criavam e criam esses animais, entretanto, a Peste Suína não teria existido – não haveria provas de sua existência e do alegado surto –, tendo sido uma estratégia utilizada para dizimar as espécies de porcos indesejáveis para o mercado, desestruturando as criações locais e forçando os criadores locais a adotarem os porcos brancos e, por fim, sua integração com as grandes agroindústrias (Siqueira, 2016, p. 24-57). Como se vê, narrativas menores contestam a eficácia e o destino manifesto da produção industrial de carne e derivados no oeste de Santa Catarina.

Não é, portanto, sem conflitos e resistências que as agroindústrias irão progressivamente se instalando e ganhando força nesta região. Nas décadas seguintes, as indústrias de carne e os setores a ela associados vão não só se estabelecendo como se aprimorando em seus processos produtivos. É no início da década de 70 que a região vive

acelerado crescimento da agroindústria, atrelada ao modelo econômico exportador. Incrementa-se sobremaneira a produção de aves (frangos e perus) e suínos, e consolida-se o milho como principal produto agrícola da região, atendendo à demanda daquelas criações (CIMI, 1984, p. 76).

A partir segunda década dos anos 1970 a agroindústria direciona seus investimentos em melhoramento genéticos e na otimização do modelo de integração, através de etapas cada vez mais específicas e fragmentadas do sistema de parcerias (Siqueira, 2016), como será mostrado na seção seguinte. Além disso, o milho se consolida como principal produto agrícola da região, associado à alimentação dos animais das agroindústrias.

A contrapartida dessa história de sucesso, para os Kaingang do Toldo Chimbangue, foi um processo de espoliação via concentração de terras mais intenso, com a incorporação de todo o território que ainda não atendia às necessidades do mercado, o que levaria à tomada dos últimos hectares de terra livre ainda em poder dos Kaingang (CIMI, 1984).

A agroindústria não se estabeleceu na região do oeste catarinense sem que fossem praticadas violências contra aqueles que ocupavam as terras necessárias para abastecer os animais de corte, ou que criavam os animais de uma forma não sistematizada e eficiente da perspectiva mercadológica. Caboclos, colonos e indígenas tiveram suas terras roubadas e seus modos de vida, criação e plantio em grande parte impedidos de serem praticados e mesmo inviabilizados. Explorados alguns desses aspectos, o que se pretende, a seguir, é analisar algumas das mudanças que foram ocorrendo no funcionamento dos frigoríficos no decorrer da modernização em sua linha de produção e nos processos anteriores a ela, a criação e a engorda. A intenção é a de apresentar as questões que serão recuperadas no último capítulo, em que muitos desses aspectos industriais serão colocados em relação, às vezes em oposição, ao modo indígena de encarar o trabalho, os animais e as carnes produzidos por essas indústrias, tal como contado pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê.

Antes, porém, é preciso saber um pouco mais sobre como o trabalho de abate de animais e de processamento de seus corpos para a produção de carne e outros derivados se organiza internamente em um frigorífico. Para isso, lanço mão de minha experiência anterior em um abatedouro no interior paulista, como disse, além da bibliografia especializada. Não desejo, com isso, sugerir que as coisas sejam absolutamente idênticas se comparados um frigorífico de pequeno porte no estado de São Paulo com uma enorme planta industrial de processamento de suínos no interior catarinense. Não obstante, as semelhanças são muitas, pois a produção moderna (século XX) de carne parece ser um fenômeno *escalável* (Tsing, 2004): ou seja, as formas maiores reproduzem, em escalas ampliadas, as formas menores. Assim, em certo sentido, contar a história de um frigorífico serve para contar a história de todos os demais, grandes ou pequenos, familiares ou internacionais. Além disso, como será possível verificar, os relatos – dos Kaingang, dos trabalhadores paulistas que estudei anteriormente, e de outros apresentados a partir de fontes bibliográficas ou jornalísticas – apontam para uma similaridade no modo como trabalhadores são explorados nos frigoríficos, tanto nos pequenos quanto nas grandes plantas industriais.

2.2 Do abate industrial de animais e a produção de carne

Esta seção desse capítulo procura explorar alguns aspectos referentes ao modo de funcionamento interno dos frigoríficos (algumas mudanças importantes no lado de fora deles, na criação e engorda dos animais, e que acompanham a fragmentação do trabalho nessas empresas, serão discutidas na terceira seção). Apesar disso, nenhuma visita aos frigoríficos mencionados aqui foi realizada; ou seja, não fiz trabalho de campo nos frigoríficos de Chapecó e região, e existem três razões principais para isso. A primeira é que, de fato, o foco dessa pesquisa recai sobre o modo como o frigorífico interfere nas vidas na Terra Indígena Toldo Chimbangue: como as indústrias de carne se fazem presentes nas falas e nas experiências dos moradores da aldeia; não se trata, portanto, de esmiuçar as funções na linha de produção ou as relações com os animais e com o trabalho no interior dos frigoríficos.

A segunda questão é que, considerando que muitos Kaingang trabalham ou trabalharam em algum momento em vários dos frigoríficos regionais – Bondio, Ecofrigo, Sadia, Aurora e Seara –, seria necessário uma dedicação de tempo muito maior para explorar o funcionamento de cada um dos frigoríficos, os animais abatidos em cada um deles, e investigar mais a fundo também a história dos estabelecimentos, algo demasiado abrangente para esta pesquisa.

Por fim, ainda que fosse essa a proposta dessa pesquisa, as empresas frigoríficas, especialmente as de maior porte, são muito reservadas e impeditivas quando se trata de receber pesquisadores, o que provavelmente dificultaria ou inviabilizaria grande parte da investigação. Timothy Pachirat (2011), por exemplo, que estudou um grande abatedouro no Nebraska (Estados Unidos), precisou ser contratado como funcionário pela empresa para lograr realizar sua etnografia!

A não realização de uma pesquisa de campo dentro dos frigoríficos não significa, quero defender, um empecilho na compreensão daquilo que representa o trabalho das indústrias de carne para os Kaingang, e tampouco deprecia os resultados dessa investigação. O funcionamento interno das indústrias frigoríficas já foi explorado anteriormente (Stefanuto, 2014), durante uma pesquisa de iniciação científica, também antropológica, a respeito de um frigorífico de pequeno porte do interior paulista, o que permitiu alguma familiaridade e conhecimento sobre a linha de produção de carne. Além disso, da mesma forma que na pesquisa anterior, esta se utiliza de autores que realizaram pesquisas similares anteriormente. Aqui, como disse, pretendo combinar a

literatura (etnográfica e teórica) que trabalha com os processos industriais de produção de carne com minhas próprias observações em campo (na pesquisa anterior já mencionada) de modo a oferecer um panorama daquilo que ocorre cotidianamente no interior de um matadouro, abatedouro ou frigorífico moderno. Na seção seguinte, concentrar-me-ei especificamente nas empresas catarinenses, sobretudo naquelas que vêm, há alguns anos, contratando funcionários no Toldo Chimbanguê.

Em sua pesquisa de mestrado sobre grandes frigoríficos – especificamente em Chicago (nos Estados Unidos), Berisso (na Argentina), e Barretos, no estado de São Paulo (Brasil) –, Juliana Dias (2009) aponta Chicago como a cidade que deu origem ao modelo da exploração industrial de corpos animais no setor de alimentos, entre o fim do século XIX e o começo do XX, modelo que se estendeu, rapidamente, para os demais países capitalistas. O modo de funcionamento dos abatedouros não se desenvolveu por acaso: segundo a mesma autora, ele surgiu em um momento de intensas mecanização e fragmentação do trabalho e teve como consequência a desvalorização do trabalho individual. Esse cenário implicou uma padronização também sobre o abate, o processamento dos corpos animais e o trabalho desempenhado nas linhas de produção (Dias, 2009).

Apesar de lidarem cotidianamente com animais de corte, os trabalhadores o fazem a partir de uma linha de produção fragmentada, e a maioria assim também encontram os animais: em pedaços. Durante minha pesquisa de iniciação científica, pude explorar algumas diferenças no modo como os trabalhadores de um frigorífico encaram os animais com os quais trabalham, dependendo de sua posição na linha produtiva e da tarefa que executam. Nesse sentido, trabalhadores do início da linha, onde os animais são conduzidos ainda vivos, possuíam relatos e percepções diferentes daqueles que, no final da produção, por exemplo, lidam com vísceras e dejetos, os últimos resíduos, por assim dizer, do que foi, antes, um ser vivo (Stefanuto, 2014).

Vialles (1994) defende, antes de percepções distintas, uma possibilidade de o trabalhador se abster de refletir sobre a linha de produção. Segundo a autora, a fragmentação das tarefas permite a cada trabalhador permanecer ignorante daquilo que a totalidade daquelas ações significam, quer seja, a morte dos animais e suas muitas consequências materiais e simbólicas.

Segundo Dias (2009), fragmentar as funções e as partes dos animais permite que se aproveite ao máximo cada uma dessas partes de corpos, atribuindo-lhes destinos cada vez mais específicos, através da criação dos chamados subprodutos. Como nos mostrou Campos, isso já se realizava no Brasil do século XIX, onde mesmo “o couro e carne sendo os mais importantes subprodutos das reses bovinas, havia ainda outros usos das mesmas, como o sebo a banha, os adubos de cinzas de ossos, os chifres, as unhas e os miúdos” (Campos, 2007, p. 164). As técnicas que visam ao total aproveitamento dos animais, e levam ao seu virtual “desaparecimento”, acarretam num alimento produzido que, ao chegar ao consumidor, guarda muito pouca (ou nenhuma) semelhança com o animal que havia antes dele: a carne que se serve e come é completamente desvinculada do animal de onde foi extraída. As afirmações da autora nesse sentido são voltadas para aquele que, afastado dos frigoríficos, consome a carne sem tomar conhecimento do que ela envolveu para ser produzida. O consumidor tem, assim, diante de si, o resultado de uma “invisibilização eficiente dos corpos animais, dos quais nada resta para falar da realidade de sua existência e de sua morte” (Dias, 2009, p. 29).

Pensando aqueles que trabalham nos frigoríficos, não é possível defender uma invisibilização dos animais e da morte tão eficaz como parece ser para os consumidores afastados das indústrias, como defendeu Dias (2009), ou como sugeriu Vialles (1994), partindo da fragmentação das atividades laborais nos matadouros. Os relatos da pesquisa de iniciação científica mostram que a linha de produção não apaga os animais ao transformá-los em carne, mas produz outros tipos de relações com os animais abatidos, que se manifestam no próprio trabalho, em mudanças da alimentação e mesmo na vida doméstica dos trabalhadores (Stefanuto, 2014). Relatos semelhantes foram encontrados no Toldo Chimbangué no que diz respeito à alimentação: o conhecimento sobre a produção de determinadas carnes e derivados fez alguns Kaingang deixarem de consumir ou diminuir o consumo de determinado produto. Além disso, aquilo que ocorre dentro dos frigoríficos é lembrado constantemente nos relatos e nas comparações com as criações de animais da aldeia.

Parece válido explorar com mais atenção o interior do frigorífico que tive a chance de conhecer e pesquisar. Apesar de o frigorífico investigado ser de pequeno porte, alguns relatos similares entre trabalhadores indígenas e não indígenas – a questão da baixa escolaridade, da repulsa diante dos critérios industriais sobre o que é consumível ou não, e as conseqüentes mudanças alimentares daí derivadas – indicam percepções similares dos trabalhadores, apesar das diferenças entre as indústrias. Além

disso, considerando os aspectos teóricos, esta pesquisa se apóia em trabalhos sobre indústrias da carne que abatem animais em larga escala, como Pachirat (2011), Dias (2009) e Vialles (1994). Desse modo, dedico esta seção do segundo capítulo àquilo que pude vivenciar no interior de um frigorífico. Espero que os dados aqui apresentados sirvam como uma espécie de modelo que permita uma melhor compreensão da apreciação que fazem os Kaingang de seu trabalho na atividade de abater e processar animais em escala industrial.

No início da linha de produção, os animais são conduzidos das baias de espera por um estreito corredor de concreto até a insensibilização (ou atordoamento). Esse processo de condução mostrou-se bastante desgastante para os trabalhadores, principalmente por conta da pressão para não parar o abate e da recusa e resistência dos animais para caminharem em direção à morte. Quando isso finalmente ocorre, os suínos sofrem um choque nas laterais da cabeça e os bovinos têm o crânio perfurado por uma pistola pneumática.

Ainda que os métodos de insensibilização possam variar de um estabelecimento para outro, a lei brasileira estabelece condições mínimas para o atordoamento ser realizado, de modo que é possível pensar em adequações básicas à lei e uma padronização das indústrias. O documento principal que traz essas condições de abate é a Instrução Normativa nº 3 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, de 17 de janeiro de 2000:

1.1. Objetivo: Estabelecer, padronizar e modernizar os métodos humanitários de insensibilização dos animais de açougue para o abate, assim como o manejo destes nas instalações dos estabelecimentos aprovados para esta finalidade.

1.2. Âmbito de Aplicação - Em todos os estabelecimentos industriais que realizam o abate dos animais de açougue (Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2000).

Além dessas diretrizes gerais o documento também se dedica a classificar e descrever os métodos de insensibilizações dos animais de corte: mecânicos, como é o caso da pistola pneumática; elétricos, que, neste caso, se aplica aos suínos; e exposição à atmosfera controlada. Sobre a sangria, que é a etapa subsequente, o mesmo documento destaca que “a operação de sangria deve ser iniciada logo após a insensibilização do

animal, de modo a provocar um rápido, profuso e mais completo possível escoamento do sangue, antes que o animal recupere a sensibilidade (Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2000).

Os trabalhos de Vialles (1994) e de Pachirat (2011) abordam de maneiras distintas o funcionamento e as implicações dessas duas etapas, bastante problemáticas, do abate. Ao tratar do momento de maior tensão dentro do frigorífico – a insensibilização e a sangria dos animais – Vialles (1994, p. 45) afirma que o fato de o primeiro da linha de produção insensibilizar o animal, e este chegar *como se estivesse morto* para o segundo operário, faz com que a responsabilidade se dissolva e que não exista uma certeza e um marco exato para a morte do animal. Pachirat (2011), por sua vez, trabalha com a ideia de que a culpa não é dissipada, pois quem sangra marca o começo da morte de fato, o que acarretaria uma concentração da responsabilidade naquele que primeiro maneja uma faca³⁶.

O sangramento dos animais ocorre já na chamada “área suja” ou “sala de matança”, onde os animais são pendurados pelos pés e os bovinos sangrados. A área suja foi descrita por Vialles como “o reino do quente, o úmido, o viver, de cheiros e secreções, da ameaça biológica que precisa constantemente ser contida e limpa” (Vialles, 1994, p. 35, tradução minha), principalmente por meio da diluição do sangue pela água da limpeza. Depois do sangramento, os suínos perdem os pelos e os bovinos, o couro e a cabeça.

À medida em que avançam na linha de produção, os animais e seus corpos sofrem aquilo que Vialles (1994) chama “desanimalização”, uma série de medidas que eliminam sucessivamente as pernas, a cabeça, as vísceras, bem como o couro, com a finalidade de obter uma figura mais próxima dos cortes de açougue, apresentando o animal sob a forma de carne. Nesse mesmo sentido, Dantas (2008) aponta que descaracterizar os animais implica em retirar progressivamente as características que remetem a um ser vivo, para que possam ir sendo tornando cada vez mais carne e menos animal. Nas palavras da autora, aquilo que ela chama desanimalização “compreende uma sequência de tentativas, por parte do marchante³⁷ e seus assistentes, de retirar do

³⁶ Os trabalhadores do frigorífico investigado encaravam de maneiras distintas as insensibilizações de bovinos e suínos, posto que elas são feitas com técnicas e instrumentos distintos. A morte que aparecia mais incerta, naquele cenário, é a dos suínos, que recebem somente um choque antes de serem sangrados.

³⁷ *Marchante* é o nome que se dá, no sertão do Seridó (e em outras partes do Nordeste) ao especialista no abate e corte dos animais. No dicionário constam “negociante de gado para açougue” e “proprietário ou empregado de açougue”.

corpo do animal aquilo que remete à animalidade no imaginário humano” (2008, p. 187).

Em seguida, já um tanto descaracterizados, os corpos podem adentrar na chamada “área limpa”, onde os órgãos internos são retirados – alguns destes serão descartados, outros serão analisados e separados para consumo. Os corpos dos animais são, então, serrados ao meio, e cada metade passa a ser chamada de “carcaça”. Estas são limpas com jatos de água morna e seguem para as câmaras frias onde passam cerca de um dia para então, depois de congeladas, a carne poder ser separada dos ossos nos cortes específicos e seguir para o último processo ao qual a carne é submetida na indústria: a embalagem.

Essa trajetória, da área suja para a área limpa e, em seguida, para a sala de embalagem, é marcada por espaços e cuidados que visam cada vez mais higiene, ao contrário do que ocorre na sala de matança. Se acompanharmos os apontamentos de Sordi (2013), isso se deve à importância que possui a carcaça para a indústria da carne, cujos esforços na área de alimentação, genética e manejo são voltados, desde o nascimento do animal de corte, para que ele produza uma carcaça ideal. As técnicas de manejo, especificamente, são direcionadas para que se preserve a integridade de cada carcaça, a partir da qual é avaliada a qualidade da carne (Sordi, 2013). Não é diferente com as preocupações e medidas de higiene, pois é da carcaça que saem os principais cortes dos animais, inclusive os de maior valor comercial, o que a torna, como apontou Sordi (2013, p. 119), a verdadeira matéria prima na produção de carne.

O contraste feito por Pachirat (2011), entre espaços de maior higiene e a sala de matança, ilustra bem essa diferença:

A câmara fria e a sala de embalagem trabalham com sólidos, o que faz deles lugares mais limpos do que a sala de matança, onde o vazamento de fluidos – como sangue, urina, fezes, vômito, pedaços de cérebro ou bile – tem uma presença constante no chão; em contraste com o ar frio e fresco da fabricação, o ar da sala de matança é vaporoso e úmido; cada vez que a carcaça é aberta ela emite mais calor e umidade para dentro da sala. (Pachirat, 2011, p. 39-40, tradução minha).

É preciso lembrar que, apesar de ser aparentemente óbvio, o consumo da carne não é a justificativa única para os cuidados de higiene: não é simplesmente porque os

cortes da carcaça serão consumidos que eles são cuidados. No caso do frigorífico investigado, outras carnes, que também são consumidas, são produzidas na mesma indústria, mas com bem menos zelo. É o caso dos mocotós (patas) e dos estômagos (ou buchos) dos bovinos, ambos limpos e cozidos em tanques na mesma sala apertada e extremamente precária (para não dizer insalubre) onde são retiradas as fezes dos intestinos dos animais.

Essa diferença de tratamento que recebe a carcaça, que avança para espaços cada vez mais higienizados, em oposição ao cuidado com outras partes, que ficam prontas no local mais sujo e precário das instalações, pode ser pensada a partir da distinção que faz Sahlins (2002) sobre valor de cada corte ou parte animal. Segundo o autor, aquilo que faz as carnes serem mais ou menos valorizadas é a divisão entre as partes internas e externas do animal. Aquilo que compõe a carcaça, externa (e, então, material e simbolicamente de maior valor), é, por esta mesma razão, produzida com maiores cuidados que as partes internas dos animais.

A distinção entre os valores dos cortes de carne e a correspondente distinção entre os espaços que processam cada um deles guarda também relação com a percepção dos trabalhadores sobre os animais e sobre o próprio trabalho que executam, dependendo da posição ocupada. Este último aspecto foi melhor explorado na pesquisa anterior. De modo geral, o que ficou em evidência foi o fato de que, apesar de estarem ambos, trabalhadores e animais, sujeitos a uma mesma linha de produção que os explora, os trabalhadores percebem os animais enquanto principais responsáveis pelas condições do trabalho e não como vítimas não humanas de uma mesma indústria. Em vários momentos pude registrar exemplos da culpabilização dos animais pelas condições duras e degradantes a que são submetidos os trabalhadores: não à toa, “são eles (isto é, os animais) que fazem isso comigo” foi escolhida como frase emblemática daquele trabalho. E muito dessa percepção tem relação com as tarefas desempenhadas na linha produtiva, que a pesquisa buscou explorar (Stefanuto, 2014).

Enquanto o foco da pesquisa de iniciação científica recaiu, grosso modo, sobre as particularidades das etapas da linha de produção e sua relação com a percepção dos trabalhadores (Stefanuto, 2014), essa dissertação se debruça menos sobre a função de cada trabalhador Kaingang e mais sobre a relação dos frigoríficos e abatedouros, olhados de uma maneira mais geral, com o modo de vida hoje na terra indígena Toldo Chimbangue. Apesar das diferenças das duas pesquisas, a primeira sem dúvida rendeu importante corpo de conhecimentos sobre e experiências no interior de uma indústria de

carne que, sustento, podem ser utilizados como modelo para a compreensão do trabalho em indústrias de maior porte, como aquelas instaladas em Chapecó. Como é amplamente documentado pela literatura (Pachirat, 2011; Graf & Coutinho, 2012; Bosi, 2014), as condições perigosas, estafantes e degradantes do trabalho o processamento industrial de carnes se repetem por toda parte, no Brasil e em outros lugares do mundo.

2.3 Os frigoríficos do oeste catarinense e os Kaingang

Brevemente descrito e analisado – uma vez que este não é o objetivo central desta dissertação – o processo moderno de abate e processamento de produtos cárneos, passo, nesta última seção do capítulo, a descrever os frigoríficos no oeste de Santa Catarina, região de Chapecó, com foco especial naqueles que, sabemos – por fontes documentais e bibliográficas e por menções dos próprios indígenas –, contratam indivíduos Kaingang residentes no Toldo Chimbangue. Esta parte do capítulo busca situar os Kaingang no cenário regional de formação de gigantescos conglomerados agroindustriais, bem como destacar os problemas enfrentados pelos trabalhadores – indígenas e não indígenas – nesta região do país conhecida nacional e internacionalmente pelos derivados de carne que produz.

Conforme já alertei acima, a intenção, aqui, ao descrever os grandes produtores de carne no oeste catarinense, não é a de subscrever as narrativas de glorificação deste setor, julgado motor do desenvolvimento da região e estratégico para a economia nacional. Conforme os autores de uma coletânea que estuda a constituição da cadeia avícola no oeste do Paraná – região bem próxima a que esta dissertação se refere –, devemos escapar da “visão hegemônica” que enxerga como “positivo” o trabalho nas indústrias da carne, exibindo o processo como “exclusivamente como progresso, sublinhando sistematicamente o volume de empregos formais e os recordes de produção e de produtividade” (Bosi, 2014a, p. 9-10). As narrativas dos operários do setor expressam uma outra imagem, de um trabalho degradado e degradante, apresentando, deste modo, visões alternativas àquelas oferecidas pelo agronegócio. As histórias contadas pelos Kaingang empregados nos frigoríficos de Chapecó e região vão num mesmo sentido, ainda que guardando suas especificidades, como se verá no resto deste capítulo e no capítulo seguinte.

A exemplo do que já ocorria nos Estados Unidos, o Grupo Sadia foi pioneiro em instalar, na cidade de Concórdia³⁸, o modelo produtivista de integração, que delega para grupos familiares a criação dos animais de corte. Nesse modelo, os pequenos produtores recebem assistência técnica e insumos por parte das empresas e, mais adiante, vendem os animais prontos para o abate com os valores dos insumos adiantados descontados dessa venda. Obviamente, essa relação envolve a garantia de compra pelos abatedouros e a obrigatoriedade do produtor integrado cumprir as orientações técnicas que emanam das indústrias (Espíndola, 1999). Esse sistema constitui-se no chamado ciclo completo, uma vez que todo o processo de crescimento e engorda dos animais é realizado em uma mesma etapa – os animais nascem e engordam em um mesmo local, criados pelo mesmo grupo familiar.

Essa mudança também permitiu, na ótica da grande indústria, uma melhor organização da produção de carne, uma vez que, até então, a oferta de suínos na região era sazonal, concentrada nos meses de setembro, outubro e novembro, o que fazia com que os frigoríficos praticamente suspendessem as atividades nos meses restantes. Com sistema de integração, a oferta dos animais de corte se ajustou para e pelas agroindústrias, que necessitavam de suínos o ano todo num cenário de demanda crescente (Siqueira, 2016).

Apesar de precisarem cumprir normas técnicas, o chamado ciclo completo não envolve procedimentos tão especializados e sofisticados, de modo que ainda é possível certa autonomia e controle por parte dos produtores sobre os processos produtivos que ocorrem em suas propriedades. Posteriormente, este sistema se espalhou pela região e pelo país, o que seguiu provocando impactos locais e regionais (migração para os centros urbanos, por exemplo), na medida em que implicou na exclusão de muitos produtores rurais – e aí acrescento, levando em conta dados especificamente do Toldo Chimbanguê, indígenas que gostariam de ser produtores associados às agroindústrias – que não se adequaram às exigências modernizantes do novo modelo produtivo (Fujita, 2013).

Mais adiante, ocorreram mudanças no processo de criação que se acentuaram nos anos 90. Do sistema de integração de ciclo completo instituiu-se o sistema de

³⁸ Mais especificamente, no ano de 1951, Atílio Fontana instalou tal modelo de criação de porcos na fazenda Santa Luzia, nascendo assim o sistema de integração naquela região. (Espíndola, 1999).

parcerias, no qual, inicialmente, a criação foi dividida em duas etapas, que se tornavam especializadas na medida em que cada produtor desenvolvia em sua propriedade apenas uma delas: a primeira delas de produção de leitões a partir fêmeas denominadas “matrizes” e machos denominados “reprodutores”, e a segunda delas chamada “terminação”, última fase de engorda antes do abate. Ainda nos anos 90, outra etapa intermediária foi implantada, chamada de “creche”, pois trata-se da fase de crescimento de leitões já desmamados (Siqueira, 2016). Assim, ainda que a criação e engorda dos animais seja transferida para terceiros cada vez mais especializados, associados às agroindústrias, a forma como cada etapa deve ocorrer é sempre determinada pelas empresas.

As famílias que estão associadas às agroindústrias, atuando na criação cada vez mais especializada de animais, se veem, segundo Bosi, presas a essas agroindustrias. De acordo com o autor,

Elas não perderam seus meios de produção, mas sua situação é de grande dependência do capital que controla a cadeia avícola. Muitas delas se veem obrigadas a estabelecer contratos com frigoríficos da região para a criação de porcos e frangos, financiando a renovação dos meios de produção e entrando numa espiral sem retorno (...). As exigências de melhoramentos nos aviários e a diminuição do rendimento por quilo de frango engordado pressionam os avicultores a contraírem mais dívidas e a aumentarem a produção sem alternativa de escapada deste circuito (Bosi, 2016 p. 102).

Foi nesse sentido de fragmentação e especificação que as grandes agroindústrias passaram a estruturar sua base produtiva da criação de porcos, principalmente. Assim como o interior das indústrias de carne iam tornando-se progressivamente mais fragmentadas de modo a acelerar a produção (e, claro, a diminuir o controle da produção por parte dos trabalhadores), o exterior dos frigoríficos também foi passando por modernizações que tornaram as etapas anteriores ao abate mais separadas e especializadas. O campo se fragmenta, assim como as cidades.

A fragmentação do trabalho não parece ter implicado, entre os Kaingang do Toldo Chimbangue, no desconhecimento daquilo que se passa na linha de produção em toda a sua extensão, conforme indicado por Noëlie Vialles (1994). Ao contrário, as

peças se mostram bastante cientes dos processos que ocorrem no interior das instalações industriais, pois realizam esse trabalho cotidianamente e pensam sobre ele a partir das práticas de criação e abate realizadas na terra indígena. E é por terem tal conhecimento, e tomando como referência os modos de criar realizados na aldeia, que os Kaingang colocam em dúvida a qualidade daquilo que é produzido ao longo da linha de produção de carne, como se verá pelos relatos.

No caso de minha pesquisa anterior sobre o frigorífico no interior de São Paulo, foi preciso repensar essa atuação dos mecanismos industriais de abate que eram insuficientes para retirar a morte, o sangue e os dejetos animais das atividades cotidianas dos trabalhadores. Mesmo assim, havia percepções específicas desses operários sobre os animais e o próprio trabalho, que variavam de acordo com algumas funções ou posições na linha de produção. Grosso modo, os trabalhadores do início da linha, com os animais ainda vivos ou ainda inteiros, tinham noções diferentes daqueles que permaneciam no trato dos cortes, da carcaça congelada, em áreas mais limpas, que se diferenciam, ainda, daqueles que, conforme já acima citado como exemplo, lidavam com as fezes e outros restos animais (Stefanuto, 2014). Assim, se os mecanismos de produção não se mostram tão eficazes em subtrair a morte e suas consequências (Vialles, 1994; Dias, 2009) da percepção e do cotidiano do trabalhador dos frigoríficos, não se pode negar que essa mesma organização produtiva tenha provocado, no caso dos trabalhadores paulistas que estudei, relações específicas com os animais. No caso dos Kaingang, esse modelo de produção vem de encontro a um modo distinto de pensar a criação de animais, a alimentação e o trabalho.

De modo geral a fragmentação e o conseqüente aproveitamento de todas as porções e restos dos animais transmitem uma imagem de eficiência produtiva, em que nada é desperdiçado ao mesmo tempo em que pouco permanece para recuperar a ideia de animais mortos (*ex-vivos*). Para os Kaingang que trabalham nos frigoríficos, contudo, os chamados subprodutos representam um critério questionável sobre o que pode ser consumido. Do ponto de vista da criação, as medidas adotadas pelas agroindústrias, que visaram aumentar e aperfeiçoar a criação de animais, acarretaram, na perspectiva dos Kaingang do Toldo Chimbangue, um processo de engorda demasiadamente acelerado e feito através de alimentos considerados fracos e artificiais, o que termina por produzir uma carne com essas mesmas características.

Atualmente, são quatro empresas frigoríficas na região de Chapecó que, pode-se afirmar, correspondem aos apontamentos feitos acerca do modo industrial de produção

de carne: a BRF – resultado da fusão, em 2009, entre a Perdigão e a Sadia, e que se tornou uma das maiores indústrias alimentícias do planeta –, a Cooperativa Aurora, a empresa Seara, esta localizada em um município vizinho de mesmo nome, e o frigorífico Ecofrigo.

Com exceção da Cooperativa Aurora, as demais apresentam uma trajetória comum em diversos aspectos. As três nasceram a partir da criação de suínos, foram fundadas mais ou menos na mesma época – entre as décadas de 30 e 50 do século passado – e na mesma região, o oeste de Santa Catarina. Tornaram-se grandes empresas do setor brasileiro de alimentos; décadas depois, no entanto, sob o risco de quebrar, acabaram sendo vendidas por suas famílias fundadoras. Os Brandalise venderam a Perdigão para oito fundos de pensão. As famílias Furlan e Fontana passaram a ocupar uma posição secundária na gestão da Brasil Foods (BRF) depois de 65 anos à frente da Sadia e, nos anos 1980 Seara também foi vendida pela família Paludo, sua fundadora, para a Ceval Alimentos (Costa, 2009).

A Aurora Alimentos surgiu depois, a partir de uma ideia baseada no Cooperativismo, em 1969. Começou com a distribuição de cereais em Santa Catarina, e em 1988 criou a unidade frigorífica da cidade de Maravilha (SC) (Junior, 2012, p. 5). Abrange o mercado de carnes suínas, de aves, pizzas e laticínios, com um leque de produção que envolve mais de 650 produtos. Atualmente, possui instalações nos municípios de Chapecó, Maravilha, Quilombo, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Joaçaba, Xaxim e Guatambu. (FIESC, 2014, p 69). Este último, em Guatambu, era o frigorífico Bondio, e foi adquirido pela Aurora em 2013, tornando-se Frigorífico Aurora Guatambu³⁹. Alguns Kaingang do Toldo Chimabngue trabalharam e trabalham lá e seguem chamando o frigorífico de Bondio.

As instalações da Aurora são numerosas⁴⁰. A empresa mantém 42 estabelecimentos: oito unidades industriais de suínos, das quais duas se encontram no município de Chapecó. Sete unidades industriais de aves, seis fábricas de ração, com uma delas instalada em Chapecó, oito unidades de vendas, a empresa matriz localizada

³⁹ Informação disponível no site da empresa Aurora: <<http://www.auroraalimentos.com.br/sobre/aurora>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

⁴⁰ Apesar disso, não soube de nenhum Kaingang trabalhando em outras unidades que não fossem as de abate. Talvez, em alguns casos, as pessoas se refiram genericamente ao emprego em “frigoríficos”, mas isso é só uma suposição.

em Chapecó, e mais 13 unidades que incluem granjas e incubatórios, dentre os quais três granjas de suínos estão também em solo chapecoense⁴¹.

A Sadia, por sua vez, tem a cidade de Concórdia como local de origem e lá manteve sua sede, tendo iniciado o abate industrial de frangos em 1961. Dez anos depois, quando resolveu criar e abater perus, instalou uma planta industrial em Chapecó, que, inaugurada em 1973, já abatia 3,8 milhões de perus em 1980 (Dalla Costa, 2005, p. 9). Hoje, a BRF – fusão da Sadia com a Perdigão – emprega 24.416 trabalhadores e possui unidades produtoras na Argentina, Holanda, Inglaterra e China (FIESC, 2014, p. 69).

A Perdigão, empresa também catarinense, foi fundada por duas famílias de imigrantes italianos – os Ponzoni e os Brandalise – e começou a partir de um pequeno negócio de secos e molhados, em 1934. Em 1939 a empresa inaugurou um abatedouro de suínos e passou a fabricar produtos industrializados de carne. No dia 19 de maio de 2009 foi anunciada sua fusão com a Sadia, formando, então, a Brasil Foods (atual BRF), a maior produtora de alimentos processados do país; com isso, a Perdigão deixava de ser uma empresa para se tornar uma marca dentro de um conglomerado. Nos anos seguintes, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) exigiu que a Perdigão suspendesse a venda de diversos produtos e que a BRF não criasse marcas novas para compensar essa perda, a fim de evitar uma concentração ainda maior da produção do setor (Amato, 2011).

Há que se mencionar, ainda, o grupo empresarial Bugio, empresa mais recente e que detém um frigorífico que contrata alguns Kaingang do Toldo Chimbanguê: o Ecofrigo. Segundo dados da própria empresa, o grupo Bugio é composto pela Bugio Agropecuária, ramo mais antigo, fundado em 1986; a Fazendas Bugio; Bugio Tratores; a São Valentim Geração de Energia, iniciada mais recentemente, em 2012 e, por fim, a Ecofrigo, a qual pertence o frigorífico Ecofrigo, localizado na estrada entre Seara e Chapecó e que funciona desde os anos 2000⁴².

O setor econômico ao qual pertencem tais frigoríficos não raro é alvo de processos por descumprimento de normas trabalhistas. Segundo dados do Ministério da Previdência, o setor de carnes é um dos mais desgastantes, com recordes de depressão e

⁴¹ As informações estão disponíveis no próprio site da empresa: <<http://www.auroraalimentos.com.br/sobre/unidades>> Acesso em 02 de maio de 2017.

⁴² <<http://www.grupobugio.com.br/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

lesões entre os trabalhadores. As condições de trabalho de três grandes empresas⁴³ do ramo de frigoríficos foram investigadas em 2012 pela ONG Repórter Brasil, que apresentou os resultados em uma reportagem digital sugestivamente intitulada *Moendo Gente*⁴⁴. Além de apresentar dados gerais alarmantes sobre os riscos aos quais estão submetidos os trabalhadores de frigoríficos, a reportagem traz informações a respeito da cidade de Chapecó. Segundo os dados apresentados, 20% dos seis mil funcionários locais que trabalham na BRF receberam benefícios previdenciários em razão de doenças ao longo de cinco anos, e cerca de 80% do público atendido no INSS é proveniente dos frigoríficos.

Nesse mesmo sentido, os relatos que se seguem alertam para o fato de ser equivocado pensar o agronegócio na região de Chapecó sem considerar que ele se sustenta, em grande parte, das condições em que mantêm seus trabalhadores. Contudo, os relatos daqueles que vivem ou viveram o interior de um frigorífico vão de encontro a (e são, via de regra, desqualificados por) um discurso dominante que constrói como bastante positivo o crescimento dos setores agroindustriais e os postos de trabalho daí decorrentes (Bosi, 2014a, p.9). Segundo Bosi (2014a, p. 9), essa visão hegemônica celebra as taxas de crescimento do setor como se isso tivesse alguma correspondência direta com a melhoria das condições de vida para seus trabalhadores (Bosi, 2014a, p. 9). Como será mostrado, é justamente o contrário que, em muitos casos, se verifica.

Vou retomar brevemente alguns pontos da história da empresa Seara. Em 1995, quando pertencia à Ceval Alimentos, foram adquiridas pela empresa as plantas industriais de abate e processamento de Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul, e de Forquilha, em Santa Catarina. Mais à frente, em 2004, a norte-americana Cargill comprou a Seara⁴⁵ e foi durante este período – antes da Seara ser novamente comprada, dessa vez pelo Grupo JBS, em 2016⁴⁶ – que as duas unidades mencionadas, em Forquilha e Sidrolândia, foram marcadas por duas histórias particularmente trágicas vividas por dois trabalhadores. A primeira delas, apesar de se tratar de uma trabalhadora não indígena, ocorreu em outro município do mesmo estado de Santa Catarina e não deixa de ser um exemplo cruel da exploração do trabalho pelas indústrias de carne.

⁴³ Brasil Foods (BRF), JBS e Marfrig

⁴⁴ Informações disponíveis em <<http://moendogente.org.br/#lat=-23.378341326108416&lng=-49.881663489746245&z=5>>. Acesso em 23 de julho de 2015.

⁴⁵ Fonte: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,cargill-compra-controle-da-seara-alimentos-por-cerca-de-us-130-mi,20040901p611>> Acesso em 03 de maio de 2017.

⁴⁶ Informações encontradas no próprio site da empresa: <<http://www.seara.com.br/seara>> Acesso em 20 fevereiro de 2017.

O caso de Valdirene João Gonçalves da Silva, a ex-trabalhadora da unidade de Forquilha, foi trazido pela já mencionada reportagem da *Revista Caros Amigos* sobre o trabalho indígena nos frigoríficos (Primi, 2013). De acordo com os dados apresentados pela revista, depois de trabalhar por 11 anos na unidade de processamento de frango, o braço da trabalhadora endureceu, o cérebro passou a não mais reconhecer a existência do membro e os dedos se fecharam sobre a palma da mão, causando ferimentos. Depois de várias tentativas malsucedidas de tratamento para que o cérebro voltasse a reconhecer o braço de Valdirene, a mulher decidiu finalmente amputar o braço (Primi, 2013, p. 22).

O segundo caso ocorreu no interior do Mato Grosso do Sul, em 2007, na cidade de Sidrolândia, e envolveu o Terena Marcos Antônio Pedro. Com 29 anos e pai de três crianças, Marcos era funcionário do setor de limpeza e higienização do frigorífico Seara. Durante a checagem de resíduos no tanque de resfriamento de frangos (*chiller*), Marcos, sem nenhuma segurança, caiu e começou a ser sugado pela espiral que puxa os frangos para a água. Quando os mecânicos chegaram, queriam cortar o tanque e tirá-lo por baixo, mas o controle de qualidade da empresa impediu e determinou que se invertesse o movimento de rotação das espirais. A medida não deu certo, Marcos foi puxado para baixo e as hélices do *chiller* praticamente fatiaram-no vivo⁴⁷.

Apesar de localidades distintas e do pertencimento a grupos sociais diferentes, a exploração promovida pelas grandes empresas produtoras de carne e outros produtos de origem animal infelizmente é algo bastante comum nas suas muitas unidades de processamento e que aproxima, da pior maneira, as narrativas de não indígenas, como Valdirene, daquelas vividas e contadas pelos Terena e os Kaingang.

Na época de minha pesquisa de campo, uma moradora Kaingang do Chimbangue estava na Sadia havia três anos, período suficiente para que precisasse tirar licença do trabalho para repousar e realizar um tratamento, pois “não conseguia caminhar, os pés ficavam muito inchados”. O motivo, segundo o médico, era o fato de ela passar todo o período do expediente em pé, o que é inevitável para alguém que compõe a equipe de limpeza do frigorífico. Quando do relato, a moradora do Chimbangue já havia realizado breve tratamento, repousado e sua volta ao trabalho já mostrava sinais de que o problema persistiria. Mas, como ela me informou, não há possibilidade de parar.

⁴⁷ Fonte: < <http://www.cut.org.br/noticias/seara-cargill-mata-mais-um-d9fc/> > Acesso em 10 de maio de 2017.

Outros relatos apontam para ritmos e condições de trabalho cruéis também por terem pouco ou nenhum espaço para as ações não cronometradas, não mecanizadas. O caso mais marcante é o de um funcionário que perdeu os dedos de uma das mãos em uma máquina na linha produtiva; seus dedos caíram pela tubulação até o setor seguinte onde a filha do funcionário acidentado exercia sua função. Ao ver o resultado do acidente, soube que a vítima era seu pai, pois era ele que ocupava o posto de trabalho anterior ao seu, e desmaiou.

O acontecimento narrado não foi presenciado por nenhuma pessoa do Toldo Chimbangue, pois todos trabalhavam em outros setores. Outra história, no entanto, envolveu principalmente um casal Kaingang e seu filho já falecido, e foi mencionada por quase todas as pessoas com as quais conversei sobre o trabalho nos frigoríficos. O referido rapaz, durante o expediente no frigorífico, teve seu braço “moído até a altura do cotovelo” por uma máquina. Levado ao hospital, o atendimento mostrou-se demasiadamente precário e negligente, o que resultou em uma amputação. Além da demora, a família enfrentou diversos outros problemas, como a recusa da empresa em pagar os gastos hospitalares e a indenização devida. O pai, que já trabalhava e ainda trabalha na Seara, argumenta, “é um trabalho duro, mas a gente não tem muita escolha, porque é um trabalho que não precisa ter estudo”.

Principalmente pela exigência de pouca escolaridade, mas também pela questão do transporte, os indígenas Kaingang do Toldo Chimbangue têm sido contratados pelos frigoríficos mencionados para ocuparem diversas funções na linha de produção⁴⁸. Uma reportagem publicada na revista *Caros Amigos* (Primi, 2013) investigou a situação dos indivíduos Kaingang que trabalham em frigoríficos em Santa Catarina, com enfoque na terra indígena em questão, ainda que existam outras terras indígenas no mesmo município e em municípios vizinhos⁴⁹ que também fornecem mão de obra para as empresas. Como está relatado na referida reportagem, o alcance dessas contratações são desconhecidos, uma vez que os indígenas

⁴⁸ A baixa escolaridade e a prática de os frigoríficos fornecerem transporte de ida e volta para seus funcionários também caracteriza a cadeia produtiva da carne de frango no oeste paranaense (Bosi, 2014b). O autor aponta, ainda, para pesquisas que mostram que os frigoríficos têm dificuldades em contratar nas cidades onde estão instalados, sendo, por isso, tão frequente a busca por trabalhadores nas cidades vizinhas e nas zonas rurais da região (Bosi, 2014b, p. 25-26), o que também confere com o cenário do oeste de Santa Catarina e do Toldo Chimbangue.

⁴⁹ <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/293>>. Acesso em 07 de outubro de 2013.

são contratados como qualquer outro trabalhador brasileiro, [então] não há registros de quantos estejam nos frigoríficos. O sociólogo Jandir Santos, professor aposentado, estima que já sejam mais de 500 na região de Chapecó. (Primi, 2013, p. 22).

Uma das maneiras de se estimar a quantidade de trabalhadores indígenas nos frigoríficos é por meio das ações trabalhistas movidas contra as empresas. Mesmo assim, são números⁵⁰ certamente abaixo dos reais, uma vez que nem todos iniciam disputas judiciais. Os próprios Kaingang se deparam com dificuldades para mensurar o número de contratações, até porque, conforme foram indicando os relatos ao longo da pesquisa, muitas vezes o trabalho nos frigoríficos é esporádico ou intermitente, de modo que existem constantes variações.

Nem o cacique do Toldo Chimbangue sabe dizer quantos índios, dos poucos mais de 600 que vivem na aldeia, estão empregados nos frigoríficos. “Sei que só na unidade da minha filha são pelo menos 40”, diz. (Primi, 2013, p. 23).

É sabido, contudo, que o começo das contratações, pelo menos nessas quantidades mais expressivas, se deu há cerca de nove anos – sendo o ano de 2015 o marco inicial. Desde então, segundo apontamentos da referida reportagem, os indígenas têm sido preferidos enquanto empregados pelas indústrias frigoríficas porque, diante de condições exaustivas e degradantes, “trabalham calados” (Primi, 2010, p. 21). A reportagem refere-se, especificamente, ao fato dos indígenas normalmente não darem início a processos judiciais ou realizarem reclamações sobre os problemas de saúde e os direitos negados. Isso é de interesse de uma indústria que explora sua mão de obra ao máximo e é também indicativo das condições daqueles que precisam se manter em tais empregos.

Se, em um primeiro momento, a exploração a que foi submetido o território Kaingang garante para os frigoríficos uma mão de obra que não tem outros meios para se sustentar em sua terra indígena, num segundo momento esses mesmos frigoríficos se veem beneficiados por trabalhadores que pouco se queixam e permanecem atendendo as

⁵⁰ Durante a minha pesquisa de campo, entrei em contato com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carne (Sintracarnes) em Chapecó, buscando alguma estimativa sobre o número de trabalhadores indígenas contratados, mas eles também não possuíam esta informação.

demandas de uma linha de produção acelerada, que adocece, às vezes silenciosamente, às vezes brutalmente, seus corpos. Sem perder isso de vista, o capítulo que se segue procura se debruçar sobre o fato de ser um trabalho calado, mas calado de outra forma. Calado porque tira os trabalhadores da aldeia, e os fixa em certas posições laborais específicas, impedindo as relações sociais, as trocas, as experiências e os aprendizados. Calado porque não permite a expressão das “coisas de índio”. Calado porque silencia o modo Kaingang de trabalhar.

3 - SE A PESSOA PLANTASSE ERA SERIA LIVRE

“Meu trabalho é pesado, mas não é ruim. No começo eu trabalhava lá dentro, no abate. Mas agora trabalho fora. Eles [os perus] batem no rosto da gente, mas pelo menos é fora, dentro parece uma prisão. Fora é melhor, ar livre, né? Aí fica mais parecido com o Chimbangue”.

O trabalho executado do lado de fora é o de pegar as aves, no caso perus, e pendurá-las pelos pés na esteira de produção para que elas sejam insensibilizadas e degoladas, no início da linha. O trabalhador Kaingang que faz essa tarefa começou a trabalhar na Sadia logo que as contratações tiveram início, com os carros de som da empresa indo até o Toldo Chimbangue divulgar o interesse em empregar os indígenas. Segundo ele, estar na parte externa das indústrias permite deixar um pouco de lado o fato de se estar fora da terra indígena.

O que se pretende apresentar, nesse último capítulo, são os modos como os frigoríficos se opõem ao Toldo Chimbangue, e que parecem partir de uma mesma distinção principal, que é a do trabalho. O trabalho das indústrias frigoríficas é distante da terra indígena, implicando na necessidade de sair do lugar onde estão as memórias de luta e onde são feitas as “coisas de índio”, e onde se produz ou se faz o que propriamente Kaingang; o trabalho nos frigoríficos resulta em uma carne inferior àquela da terra indígena, porque nele não cabem os critérios Kaingang de criação e de definição da comestibilidade; o trabalho nos frigoríficos deixa os corpos doentes, porque é exaustivo, degradado e degradante.

Desse modo, este último capítulo procura retomar as questões apresentadas anteriormente – acerca dos processos históricos da formação do Toldo Chimbangue e da constituição do trabalho nos frigoríficos catarinenses, principalmente (processos que, como vimos, estão vinculados historicamente e desenrolam-se concomitantemente ao longo de boa parte do século XX) – a fim de contrapor o que se faz nas linhas de abate de seres vivos e produção de carne aos conhecimentos e práticas dos Kaingang sobre criação, nascimento, alimentação e trabalho. Tais elementos se apresentam intimamente relacionados com a terra indígena, e com o fato dela ser o lugar possível para que todas essas coisas “de índio” existam: por isso, lutou-se tanto para reaver ao menos parte dos territórios dos quais os Kaingang foram continuamente espoliados durante mais de 300 anos. Esse conjunto de práticas e atividades são aquelas aparentemente responsáveis por caracterizar e formar, em grande medida, os Kaingang do Toldo Chimbangue enquanto

tais, e são trabalhos que não cabem na linha de produção dos frigoríficos a qual os indígenas precisam cada vez mais frequentemente se sujeitar.

A utilização de mão de obra indígena data do período colonial, e a implantação dos chamados aldeamentos na região sul no século XIX serviu também para atender a essa demanda: sabemos como a questão do trabalho é central no Brasil oitocentista, que vê a escravidão desmoronar ao mesmo tempo em que se desenvolve economicamente, criando-se, assim, uma intensa “fome de braços”, da qual os povos indígenas certamente não escaparam (Porto Alegre, 1986). Aldear os indígenas significava, via de regra, reuni-los e sedentilizá-los num mesmo local que estivesse sob controle missionário ou leigo, para que fosse possibilitada sua catequização. Além disso, a localização dos aldeamentos era pensada de modo a favorecer questões produtivas e econômicas, com os indígenas reunidos e aldeamentos próximos de propriedades de colonos que neles podiam se abastecer de mão de obra farta e barata. A política oficial também pretendia que se estabelecessem não índios nos aldeamentos, “uma tentativa de assimilar física e socialmente os índios ao resto da população, criando uma população livre brasileira, substrato de uma nação viável” (Cunha, 2009, p. 143).

Os aldeamentos não alcançaram todas as populações indígenas. No caso dos Kaingang na região sul do país, por exemplo, a existência de áreas ainda não ocupadas pelos colonizadores – aliada à intensa mobilidade dos grupos locais – permitiu que muitos grupos permanecessem “livres” em locais como o Toldo Chimbangue e ainda outras terras indígenas do oeste catarinense, como Toldo Imbu e Toldo Pinhal (Brighenti, 2012a). A colonização atingiu o Chimbangue apenas nos fins do século XIX, quando o que se buscava eram principalmente as terras indígenas e não mais seu trabalho propriamente dito (Silva A., 2014).

Ainda que, neste momento, tenha diminuído o interesse pela força de trabalho indígena, voltando-se, agora, para a apropriação e conquista de terras, os aldeamentos continuaram sendo de grande serventia para o processo de colonização. Primeiro porque já haviam realizado o movimento de concentrar os indígenas em determinados locais, liberando lugares de maior interesse para as frentes de ocupação pastoris ou agrícolas. Segundo porque, ainda que as terras dos aldeamentos pertencessem e fossem garantidas por lei aos indígenas, elas passaram a ser tomadas pelos colonos, com argumentos de que os indígenas eram errantes, não faziam bom uso da terra, tampouco tinham noções de propriedade, entre outros argumentos que buscavam serrar o vínculo entre as comunidades e suas bases territoriais (Cunha, 2009, p. 142).

É essa mudança de interesse que caracteriza o século XIX, momento em que “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras” (Cunha, 2009, p. 133). Onde existiam povoamentos mais antigos, as terras dos aldeamentos foram sendo tomadas dos índios; nas frentes de expansão, são a conquista territorial e os novos caminhos que impulsionam a colonização (Cunha, 2009). Contudo, como é apontado pela mesma autora, não é possível dissociar totalmente a política de terras de uma política de trabalho. Restringir o acesso às terras nos aldeamentos também visava a converter os indígenas e outras populações independentes – libertos, negros e brancos pobres – em assalariados, a fim de atender as demandas por mão de obra das grandes propriedades (Cunha, 2009, p. 141). Assim, o crescente interesse pelas terras tem consequências diretas sobre o trabalho indígena, consequências que se mantêm até os dias atuais.

Para avaliar estas consequências, e os modos como os Kaingang no Toldo Chimbague encaram o trabalho assalariado nos frigoríficos fora de sua aldeia e como lidam com ele, faz-se necessário conhecer mais da vida na terra indígena. Começamos, pois, com alguns apontamentos acerca da alimentação e das relações com os animais.

3.1 Alguns apontamentos sobre a alimentação Kaingang

Sustentam-se de caça, peixe mel e fructas; plantam também algum milho e feijão. Do milho fazem uma espécie de pão, para o que põem de mólho na água até apodrecer, e depois socam ao pilão, ou o amassam com as mãos e cuspo, fabricando uma roda de bom tamanho para assarem-na embaixo da cinza (Taunay, 1888, p. 259).

O trecho acima apresenta elementos que dizem respeito aos Kaingang no sul do Brasil no período oitocentista. Os Kaingang que vivem hoje no Toldo Chimbague preparam, em certas ocasiões, o que eles chamam de “bolo de cinza” ou “bolo de índio”. Parecem existir três receitas possíveis do bolo: uma feita com milho verde ralado para obter farinha, e outra feita com milho duro colocado na água por alguns dias antes do preparo. A terceira, que me pareceu mais comum, é feita com farinha de trigo branca. De qualquer forma, depois de preparada a massa, ela é embrulhada em folhas de bananeira e colocada nas cinzas de uma fogueira. O bolo não cresce, e se vier com algumas cinzas não há problema, pois, segundo me informaram os Kaingang, elas são

boas para limpar o organismo. O bolo de cinza é preparado principalmente durante a Semana Cultural, quando a terra indígena recebe visitas principalmente de escolas e são apresentadas peças de artesanato, danças e comidas típicas da culinária Kaingang. Cotidianamente, os Kaingang costumam comer pães caseiros preparados pelas próprias mulheres no forno a gás⁵¹ ou comprados de ambulantes que passam pela terra indígena.

Apesar de não ser mais possível para o Kaingang “sustentarem-se de caça, peixe, mel e frutas”, conforme apontado pelo autor supracitado (Taunay, 1888, p. 259, meu negrito), uma vez que os recursos naturais foram explorados ao máximo no processo de colonização do oeste catarinense, tais práticas ainda se encontram presentes no Toldo Chimbangue, mantidas, às vezes à duras penas, pelos Kaingang. Isso, é certo, fala de sua importância contínua na vida desta população indígena. Nesta seção, trago algumas informações sobre a comida e os modos de comer dos Kaingang no Toldo Chimbangue; minha intenção é, além de deixar o registro etnográfico de certas práticas, sugerir de que modos a produção local e/ou tradicional de alimentos e sua produção industrial (realizada fora da aldeia) se relacionam para os Kaingang, tendo-se em mente o fato de que o trabalho nas indústrias frigoríficas destina-se à produção de um alimento principal, a carne, além de seus muitos outros produtos de origem animal.

Uma fruta bastante mencionada, e apreciada, pelos Kaingang é a bergamota – (*Citrus bergamia*), fruta cítrica similar à tangerina, mas com o formato próximo de uma pêra –, que é bastante conhecida na região. Outra fruta bastante consumida é o “ariticum” (Araticum do Mato⁵², *Rollinia sylvatica*), mas que parece vir de uma árvore pouco cultivada. Não soube de alguém plantar uma árvore desse tipo ou de ter algum exemplar nos arredores da casa, ela é mais presente em pequenas matas um pouco mais afastadas das casas; a bergamota, ao contrário, é encontrada nos quintais e nas proximidades das residências.

De modo geral os Kaingang plantam diversas flores e árvores, frutíferas ou não, em torno das residências e, quando se trata de uma casa que era de um colono, alguns Kaingang se orgulham em dizer que antes não havia plantas ou árvores, que “era tudo chão batido”; um cenário que vem mudando com a presença dos moradores indígenas.

Para além das frutas, os Kaingang do Chimbangue mencionaram o *fuá*, um arbusto que produz frutinhas pretas e redondas, cujas folhas mais novas são cozidas,

⁵¹ As mulheres costumam ter dois fogões, um a gás e um a lenha. Muitas comidas são preparadas, ou esquentadas, nesse segundo.

⁵² Apesar de encontrar as referências à fruta sempre com o nome araticum, no Chimbangue pronuncia-se ariticum.

escorridas e temperadas. E o *kumí*, feito também das folhas mais novas da mandioca brava e que envolve um preparo semelhante, embora antes do cozimento as folhas precisem ser batidas no pilão. O *kumí*, segundo me disseram, é feito mais raramente que o *fuá*, por conta dessa tarefa adicional de socar no pilão. Tommasino (2004, p. 182) também menciona algo que os Kaingang do Chimbangue disseram que consumiam “mais antigamente”, ou em outras terras indígenas com mais recursos naturais: as larvas chamadas corós, importante fonte de proteína encontrados em madeiras velhas e apodrecidas. Hoje, no entanto, perdeu-se o costume desse consumo nesta terra indígena específica⁵³.

Os pinhões, fruto dos pinheiros e fundamentais na dieta Kaingang, ainda permanecem presentes, mas com muito menos frequência, dada a já mencionada destruição dessas árvores pela exploração madeireira. Para serem consumidos pelos Kaingang, os pinhões precisam ser, em grande parte, adquirido nos mercados da cidade de Chapecó, pois somente algumas pessoas têm pinheiros próximos de suas residências⁵⁴. Antes, quando a oferta dos pinhões era maior, eles não apenas podiam ser consumidos diretamente pelos Kaingang, como também “forneciam alimento para os pássaros e, mais recentemente, para animais de criação doméstica, como porcos, por exemplo.” (Oliveira, 1996, p. 21).

Segundo o CIMI (1984), foi após o deslocamento dos índios Kaingang para próximo do Rio Irani – por volta do ano de 1855 – que eles “adquiriram o costume de cercar um sítio em que haja pinheiros e para ali atrair porcos-do-mato, que pretendiam e deixavam engordar” (CIMI, 1985, p. 35). Essa prática de caça/criação foi mencionada por alguns caçadores Kaingang do Toldo Chimbangue como sendo o processo de “cevar” (isto é, alimentar, nutrir, fazer engordar) os animais. Não é, contudo, mais utilizada, não só pela falta de pinheiros, mas também pela falta dos animais.

A caça segue sendo praticada de outras maneiras. Envolve sempre o uso de armas de fogo e, às vezes, a ajuda de cães caçadores. Tal parceria, segundo consta, é antiga, como se pode perceber no trecho seguinte:

⁵³ Alguns Kaingang disseram ter parentes e conhecidos em outras comunidades, no Paraná, que ainda consomem os corós.

⁵⁴ A respeito da Aldeia Xapécó, Oliveira (2009) relata a mesma falta de pinhão: “muitas pessoas afirmam que hoje em dia é necessário comprar até mesmo o pinhão, devido à escassez de araucárias, e ao fato de que muitas pessoas colhem pinhão quando ainda está verde (período entre abril e junho)”. (Oliveira, 2009, p. 54,55).

o cão é seu animal predilecto, e fazem com prazer todo o sacrifício para obterem este logartenente do homem, que lhes é da maior utilidade. Seguem para Curityba daqui distante umas sessenta léguas, e ultimamente foram até á cidade da Fachina ainda mais longe, sómente com o fim de alcançarem esses animaes, que lhes servem de companheiros em suas viagens e auxiliar nas caçadas.” (Taunay, 1888, p. 258).

Durante minha pesquisa de campo, soube de um cachorro que havia sido ferido por um quati em sua última ida à floresta. Este e os demais cães costumam ficar presos para que não disparem sozinhos para o mato e para não haver o risco de morderem pessoas. Da mesma forma, são todos eles bastante magros, apesar de valorizados por seus donos enquanto companheiros de caçada. Segundo os Kaingang, se os cães de caça ficam muito gordos ou bem alimentados, podem não procurar animais com o mesmo desempenho do que quando estão famintos. É o que indica os relatos do mesmo autor supracitado:

depois da caça morta não repartem com os cães, nem mesmo os ossos, dependurando-os ou enterrando-os, para que não se tornem preguiçosos; por isso sempre andam estes magros e prestes a morrer de fome (Taunay, 1888, p. 260).

Os animais mais caçados atualmente no Chimbangue são o quati e o tatu, pois animais maiores são raros. Isso se deve, segundo os moradores do Toldo, ao fato de suas terras terem sido ocupadas por muito tempo por colonos, que destruíram as matas para a prática da agricultura. Atualmente, esses espaços mais distantes de mato e florestas vêm sendo recuperados e, conseqüentemente, espera-se um aumento gradual dos animais de caça.

Para a maioria dos moradores do Chimbangue, a carne de caça, ocupa um lugar no imaginário daquilo que é uma vida e uma alimentação consideradas *tradicionalis*. A caça é tida como alimentação verdadeiramente Kaingang e, quando tempos mais antigos são recordados, ela é sempre mencionada como aquilo que se consumia cotidianamente, assim como o peixe. Os moradores do Toldo Chimbangue afirmam que os mais velhos são mais saudáveis e alcançam idade mais avançada porque, durante toda a vida, e ainda hoje, se alimentaram e se alimentam de “comida do mato”, que envolve não somente a

carne de caça e as folhas colhidas na própria Terra Indígena, mas também uma comida mais simples e preparada como antigamente, sem gorduras ou sal, e com a carne assada diretamente na brasa. Os Kaingang de algumas outras Terras Indígenas, que são considerados pelos próprios moradores do Toldo Chimbangue como “mais puros”, o são em parte porque “comem diferente, comem folha do mato”, e se alimentaram, e se alimentam ainda hoje, de “animais de verdade”, que são os de caça.

Em seu trabalho, Oliveira (2009) encontra relatos semelhantes quando aborda as mudanças na alimentação entre os Kaingang na Terra Indígena Xapecó. Como o autor aponta, os mais velhos encaram as comidas compradas em supermercados como “mais fracas” que as comidas indígenas, estas “mais fortes”, obtidas por meio da caça ou do plantio sem o uso de agrotóxicos.

Hoje, no entanto, as mulheres declaram ter *enjoado* do sabor da carne de caça, alegando que é muito marcante e que comeram muito dessa carne quando crianças, nas margens do rio Irani. Além disso, é um alimento considerado suspeito pelas mulheres, uma vez que não se sabe ou não se tem controle do modo como ela é produzida, como o animal de caça *se criou* ou *se fez* no mato. Há uma preocupação com a alimentação do animal a ser consumido e, no caso do animal selvagem, não há como saber da sua alimentação e dos seus hábitos.

O consumo da carne de caça fica mais restrito aos homens. Estes podem caçar os animais ou comprar a carne de alguém que o fez, neste último caso, são homens mais jovens que caçam e vendem a carne para “fazer algum dinheiro”, nas palavras de um rapaz Kaingang. Apesar de não consumirem, as mulheres quase sempre preparam a carne de caça – assim como as demais refeições. E a demanda pelo preparo vem dos homens mais velhos: é quando estes (normalmente o marido) querem comer especificamente a carne de caça que ela é preparada.

Os animais de caça têm sido inseridos em um discurso de preservação, acompanhando o esforço para recuperar as matas da área indígena. Como me informaram alguns Kaingang, normalmente já existe uma preocupação em não caçar filhotes, por exemplo. Mais do que isso, algumas pessoas alegam que têm pena de matar ou consumir esses animais, e afirmam que eles precisam ser preservados, assim como seu habitat. Por consequência, muitas vezes eles não são considerados verdadeiramente consumíveis, ainda que sempre se faça referência ao seu consumo no passado.

Assim como a caça, a pesca é uma atividade predominantemente masculina. Antigamente, e ainda hoje em algumas terras indígenas, os Kaingang pescavam empregando a técnica do *pari*:

Os *paris* são artefatos de taquara, armados nas corredeiras, e requerem uma verdadeira engenharia: eles escolhem um trecho mais raso do rio, onde constroem uma espécie de cinturão com pedras para represar o curso do rio e, ao mesmo tempo, orientá-lo para que desemboque sobre a armadilha: onde os peixes caem e não podem sair. Quando armavam os *paris*, os Kaingang costumavam ficar vários dias acampados na beira de um rio, comendo apenas peixe assado. Os *paris* ainda estão em uso, mas a diminuição de peixes nos rios vem gradativamente desencorajando a sua feitura, que requer sabedoria e um trabalho considerável (Mello, 2015, p. 66).

Técnicas semelhantes à do *pari* são conhecidas em todos os continentes desde tempos imemoriais, sendo uma das formas de pescaria mais comuns nos cursos de água do planeta. Sobre tais armadilhas confeccionadas e utilizadas especificamente pelos Kaingang, as informações estão presentes a partir do século XVIII e até o século XX. São relatos de viajantes, religiosos, integrantes de expedições militares ou científicas, chefes de aldeamentos indígenas e cronistas. Existem referências sobre os *pari* em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Misiones (Argentina) e Paraguai (Mota, Noelli e Silva, 1996, p. 21,22).

Atualmente, no Toldo Chimbanguê, pesca-se quase exclusivamente com vara, linha e anzol, uma mudança em relação ao *pari* que já havia sido notada em outras comunidades Kaingang, como mostram os autores a respeito de Palmas, na divisa de Santa Catarina com o Paraná. Sobre a pesca nos anos de 1930, apontam: “Utilizam-se hoje de anzóis, tendo primitivamente empregado as flechas com pontas de madeira” (Mota, Noelli e Silva, 1996, p. 24). Alguns Kaingang relataram um interesse em transmitir as técnicas necessárias para se construir uma armadilha para peixes, não só para que o conhecimento não se perca, mas também como uma forma de garantir a alimentação em determinadas situações, pois não necessitam de ferramentas ou quaisquer outros materiais que não possam ser encontrados “no mato”. Não foram encontrados maiores impedimentos ao retorno dessa prática, ao contrário do que foi apontado por Brighenti. O autor traz um relato de uma Kaingang que se queixa da

fiscalização do Ibama, que proíbe o uso do *pari* por considerá-lo uma forma de pesca predatória, mesmo que seja utilizada para subsistência (Brighenti, 2012, p. 58).

O tempo em que se pescava com o *paris*⁵⁵ é ainda bastante lembrado, fazendo referência à época em que as terras ainda não estavam demarcadas e os Kaingang moravam nas margens do Rio Irani. Segundo os indígenas, que eventualmente se deslocam até o Irani para pescar, o rio não fornece mais peixes tão grandes e tão abundantes quanto antigamente. Algumas mulheres também me disseram lembrar-se de quando moravam mais próximos ao Rio Irani, época em que os peixes eram ainda tão grandes que, por vezes, continuavam nadando para tentar escapar mesmo com a lança atravessada no corpo.

A carne mais apreciada entre os Kaingang, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, é a de animais de criação, que costumam ser os suínos. Os suínos são criados em baias ou chiqueiros e são alimentados com sobras das refeições familiares e, às vezes, com parte das plantações de milho e mandioca. Os Kaingang asseguram que a alimentação e o tempo de engorda dos animais são “naturais”, em oposição aos animais das indústrias frigoríficas. Segundo os Kaingang, os animais de criação têm um processo de engorda mais lento, “que é o tempo que ele leva pra engordar mesmo”, e feito através de alimentos considerados naturais, não processados – como arroz, farinhas, legumes, verduras e frutas –, quase sempre sobras das refeições da residência da família a qual pertencem.

A alimentação tem uma importância fundamental. Algumas vezes, indaguei sobre o tipo de suíno criado na aldeia ser diferente daquele das indústrias e perguntei sobre a raça do porco crioulo, mencionado e apreciado na região de Chapecó por ser um porco com mais banha e mais natural do que o chamado porco branco das indústrias⁵⁶. Segundo alguns Kaingang, a raça, enquanto definição genética, não é um fator determinante:

Crioulo não é uma raça, né? É o porco que a gente cria, que a gente faz. Se você pegar um porco do frigorífico pequenininho, qualquer porco, e cuidar dele, dar comida normal pra ele todo dia, ele vai ficar com a carne boa também.

⁵⁵ Quando os Kaingang com quem conversei fizeram referências à armadilha, sempre pronunciaram com o “s” no final, *paris*, portanto, mesmo que no singular.

⁵⁶ Sobre isso ver o trabalho de Siqueira (2017).

Em sua pesquisa na mesma região de Chapecó, Siqueira (2017) encontrou, entre não indígenas, certas práticas relativas à criação de suínos que vão um pouco nesse mesmo sentido. As famílias integradas – aquelas que estão inseridas na criação ou engorda dos animais para a agroindústria – separam para si um ou outro porco branco para que este se alimente de comidas consideradas “mais naturais” até o ponto do abate. Apesar dos interlocutores da autora destacarem a questão das diferenças de raça entre o porco crioulo – com mais banha – e o porco branco – característico das indústrias frigoríficas, resultado de cruzamentos que favorecem o percentual de carne (e não de gordura) no corpo do animal –, um processo de engorda distinto pode fazer a diferença diante dessas características genéticas, e tornar o animal um porco mais saudável e, aí sim, consumível pelas famílias que discordam do modo de criação industrial (e que julgam os animais produzidos pela agroindústrias como não saudáveis). Assim, como argumentaram alguns Kaingang, é o processo de alimentação em um tempo adequado que parece ser fator crucial na qualidade da carne, mais do que a raça do suíno. É o modo como o suíno *se faz*, e não sua genética, que é decisivo.

Durante o trabalho de campo, pude presenciar alguns dos desdobramentos de um abate, realizado na casa de uma das filhas de Idalino, Alcione. Infelizmente, fui surpreendida pelo evento e não tive chance de realizar nenhum registro fotográfico, tenho apenas uma imagem da casa em outra ocasião:



Figura 4: uma mesa de madeira foi posta no espaço entre a casa, a caixa d'água, o chiqueiro ao fundo e o racho para guardar ferramentas à direita, mas mais próxima da casa. Ali o porco estava sendo sangrado quando cheguei.

O porco já havia sido abatido pelas mãos de Alcione e o marido. A filha, adolescente, depois de terminado o processo de abate, contou que pediram para que ela ficasse dentro de casa e não presenciasse a cena que acontecia alguns metros à frente. “Porque eu tenho dó, e quando a gente tem dó o porco sente e demora mais pra morrer e fica sofrendo”, explicou. O irmão, de idade próxima, e outro menino vários anos mais novo, puderam não só presenciar como participar, fornecendo alguma ajuda, segundo me contaram. Dantas (2008) encontrou condições semelhantes a respeito disso em sua pesquisa sobre a fabricação do chouriço no Seridó potiguar:

O ato de “derrubar” o animal para depois sangrá-lo precisa ser sumário e eficaz, para se abreviar seu sofrimento (...). Para que isso ocorra como o previsto, os participantes da matança não podem sentir pena do animal. Há uma crença recorrente em praticamente todas as matanças de porco assim como de outros animais domésticos de que, quando um bicho demora a morrer tem alguém naquele local que está com pena dele. Geralmente, essas “acusações” são dirigidas às mulheres (Dantas, 2008, p. 174).

O porco, já abatido, estava em uma mesa de madeira e uma das crianças segurava uma mangueira para lavar a carne ou os utensílios, quando requisitado. Uma pequena fogueira havia sido acesa ao lado da mesa, já destinada ao preparo do animal. Alcione e o marido lamentavam a sangria não ter sido feita corretamente, pois queriam ter coletado o sangue para fazer “mursia”. De acordo com Alcione, mursia é uma linguiça feita a partir do sangue do animal, um “enchido” (ou embutido⁵⁷), pois se utilizam o sangue fervido e a banha suínos pra encher os intestinos do animal. Dantas (2008) também menciona essa receita, mas com outra pronúncia – *morcela* – e aponta que a diferença mais óbvia entre os dois pratos é que o chouriço é doce, e a morcela, neste caso, mursia, é salgada. Como Alcione havia me explicado, mursia é uma linguiça feita com o sangue do porco.

Apesar da feitura da mursia ter sido inviabilizada pela sangria incorreta e não serem mais necessários os intestinos do animal, estes precisam ser retirados com cuidado na etapa seguinte do abate, para não serem perfurados e contaminar a carne com fezes. Feito isso, o animal começou a ser desmembrado. Nesse momento, Alcione

⁵⁷ Os Kaingang disseram-me que antes muitos deles faziam salame, mas agora é difícil ter que alguém que faça, apesar de ser algo bastante apreciado.

disse que eu deveria provar a carne feita “igual antigamente, na brasa”; cortou um tira de carne do porco e colocou em cima de uma brasa da fogueira, deixou por alguns instantes, mudou o lado e me serviu com um limão. Disse que antigamente se comia sem o limão, mas como já estava sem sal para ser o mais parecido com a comida de antigamente, um limão era necessário para temperar. Ao final, um pouco do porco foi preparada para aquela mesma refeição e o restante congelado.

Diferentemente de uma linha produtiva com trabalhadores engessados em suas posições, o abate de um porco pelos Kaingang – e por outras populações camponesas não indígenas (Froehlich, 2012; Dantas, 2008; Siqueira, 2016) – envolve questões como impedir que o momento da morte fosse assistido por uma determinada criança, o estabelecimento de um ritmo próprio e não ditado pela esteira de produção, e a necessidade decidir sobre o aproveitamento ou não do sangue para o preparo da mursia, o que não pode ocorrer nos frigoríficos, onde aquilo que é aproveitado é determinado apenas segundo critérios industriais.

Mesmo sendo bastante apreciados, às vezes os animais de criação são poupados do abate e têm sua carne substituída por aquela adquirida nos supermercados. Um bom exemplo é o de uma moradora do Chimbanguê que cria muitas galinhas; elas são alimentadas com o milho colhido na própria plantação e, mesmo que ele acabe e que os animais tenham todo o espaço para buscar alimento, são alimentados com arroz, para que não corram o risco de “passar fome”. Ela contou-me que, quando joga o milho ou o arroz, mal se pode ver o chão de tantas aves, um dos motivos pelo qual se recusa a comê-las ou vendê-las para tal fim: elas são “enfeites” do quintal. Segundo alguns Kaingang, é interessante manter esses animais, patos e galinhas, para que os arredores da casa não fiquem “vazios”, o que aponta, tal qual a satisfação em manter galinhas que preenchem todo o espaço do quintal, para a intenção de embelezar o entorno das casas especialmente com pássaros. Tal prática não parece, no entanto, restrita aos Kaingang do Chimbanguê. A respeito dos Karitiana em Rondônia, Vander Velden aponta: “Diz-se de araras e papagaios, mas também de galinhas da égua (...) e dos coelhos que eles *enfeitam a aldeia*. A simples presença da égua serve, diz-se, de “*efeite*”, ou para “*enfeitar o quintal*” de casa” (Vander Velden, 2012, p. 136).

Essa função de ornamento é comumente atribuída às aves, principalmente aos passarinhos, por conta de seu canto; mantidos em gaiolas, são expostos durante o dia e recolhidos durante a noite. Em diversas ocasiões, isso se torna ainda mais nítido e marca uma diferença de tratamento entre as aves e os cães. Em momentos de receber visitas ou

mesmo celebrar alguma data especial, as gaiolas de pássaros podem ser colocadas em locais ainda mais à mostra, para “ficar mais bonito”. Os cães, por sua vez, são enxotados dos quintais e dos arredores por serem “feios” e se comportarem de maneira inadequada.

Da mesma forma que brevemente mencionado no capítulo primeiro sobre as casas, cujos quintais precisam ser feitos e mantidos Kaingang com o plantio de árvores, em alguma medida é possível pensar que os enfeites são, também, uma forma de fazer as casas serem Kaingang. Assim como, para se caracterizar enquanto o quintal de um Kaingang, ele não pode estar limpo, sem plantas, da mesma forma não deve ficar vazio desses enfeites que são os bandos de galinhas, os pássaros nas gaiolas e outros animais que possam circular.

Se a carne de caça está restrita a um consumo masculino mais específico, e a carne de criação está presente principalmente em datas comemorativas ou finais de semana, quando há mais tempo para o preparo, a carne que é consumida cotidianamente pelos Kaingang é a carne dos frigoríficos, comprada nos mercados ou supermercados da cidade. Ao que tudo indica, as razões são principalmente de ordem prática e disponibilidade, pois a carne das indústrias passa longe de ser considerada um bom produto, na ótica indígena.

Entre os Kaingang do Chimbangue é sabido que a carne, seja ela de frigoríficos ou de animais de criações locais, precisa estar presente nas refeições para que estas não sejam consideradas fracas ou incompletas⁵⁸. Uma história –, mas que expressa, seguramente, a visão Kaingang do que constitui o alimento por excelência – contada durante uma refeição na escola indígena parece indicar exatamente a importância desse alimento. Na ocasião, um rapaz contou a outro o brevíssimo diálogo entre um pai e sua filha:

“ – Filha, de quem você gosta mais: do pai ou da mãe?”

“– Eu gosto de carne!”.

É a carne das indústrias, processada, e comprada nos mercados da cidade, que atende às demandas cotidianas de consumo de carne. Mas, apesar de consumirem-na diariamente, os Kaingang do Chimbangue admitem que ela não é a melhor opção.

⁵⁸ Como relataram os Kaingang da terra indígena Xapecó: “se não tem carne, não tem comida” e, sobre ocasiões de comemoração, “se não tem churrasco, não tem festa” (Oliveira, 2009, p. 89).

A começar pelos processos de criação: os Kaingang acusam as formas industriais de acelerarem demasiadamente a engorda dos animais por meio do uso de hormônios e da alimentação artificial, as rações. Os indígenas levam em conta a demora para conseguir engordar e abater um porco, ou mesmo um leitão, na terra indígena, uma demora que, segundo afirmam, não poderia ser vencida pelas agroindústrias senão por meios artificiais. A linha de produção de carnes também é vista pelos Kaingang como responsável por fornecer produtos de baixa qualidade.

Outros Kaingang diziam que as carnes dos frigoríficos eram aprovadas para consumo mesmo estando “manchadas” ou “doentes”. Algumas pessoas haviam interrompido o consumo das carnes que manuseavam no trabalho logo depois de serem contratadas, e outras dizem evitar ou, definitivamente, não comer determinadas carnes por terem tido contato com os métodos de produção nas indústrias. Nesse mesmo sentido, a feitura dos chamados subprodutos é constantemente comparada com o consumo de animais criados na terra indígena, conforme mostrado pelo relato de uma Kaingang que já trabalhou nos frigoríficos:

As pessoas falam pra mim que comem mortadela porque é feito caprichado. Mas eu via, eu trabalhava lá e via eles fazendo a mortadela. E eles não jogavam nada fora, as carnes estragadas eles colocavam tudo na mortadela. Mortadela serve pra botar tudo de ruim dentro. Caprichado pra mim é o porco que a gente cria em casa, que a gente sabe o que que é. Por isso que eu não como mortadela.

Vários funcionários, ou ex-funcionários, dessas plantas industriais relataram momentos, nas linhas de produção, em que consideraram as práticas sanitárias condenáveis. Um dos apontamentos mais significativos veio de uma Kaingang que trabalhou em um dos frigoríficos por pouco tempo:

A carne era tudo podre. De fora o porco parece perfeito, né, mas a gente abria e tinha... não sei como vocês chamam, aqui a gente chama de “abacate”: umas bola de inflamação, de doença que quando estourava saía umas coisa verde de dentro. Aí mandava cortar isso e o resto da carne continuava [na linha de produção].

Mesmo já tendo lidado com carnes consideradas estragadas, a trabalhadora do frigorífico não deixou de consumir suínos comprados em supermercados, o que aponta para uma interrupção no consumo de carnes apenas em situações específicas e pontuais. Isso nos faz voltar para a preocupação das mulheres com a origem da carne de caça: por ser desconhecida, não era nunca, ou era pouco, consumida. Sobre a carne proveniente dos frigoríficos, por sua vez, ainda que sejam apontadas falhas no processo da sua produção, ela segue sendo consumida pelos Kaingang. O que indica que conhecer a origem dos alimentos é essencial: se as indústrias frigoríficas produzem carnes fracas, às vezes doentes e podres – e os Kaingang o sabem –, é precisamente por isso que eles também conhecem de onde esta carne vem.

De qualquer forma, os critérios de aproveitamento da carne, mas também de engorda e criação dos animais, são industriais, o que faz com que os frigoríficos, da perspectiva Kaingang, produzam outra carne que não a criada ou caçada na aldeia, feita a partir de outros tipos de animais, porque criados e alimentados de outra maneira.

O processo de criação é de grande importância, uma vez que os próprios Kaingang afirmam que uma mudança nesse sentido é capaz de fazer a carne dos suínos das indústrias tornar-se melhor e mais natural. Se não é uma questão de espécie ou raça, é todo um processo de engorda com comidas específicas num determinado tempo, um modo específico de se *fazer* os animais.

Se os frigoríficos produzem uma carne artificial, muitas vezes “doente” e principalmente “fraca”, fracos também saem os corpos dos Kaingang que trabalham nos frigoríficos. Os relatos daqueles que já trabalharam ou ainda trabalham nos frigoríficos acusam condições de trabalho prejudiciais à saúde, muitas vezes de maneira crônica. Mas os relatos vão para além disso, e apontam para um trabalho que parece produzir pessoas *menos* Kaingang, por ser uma atividade desvinculada das práticas consideradas mais tradicionais, realizadas na própria terra indígena e em contato com a comunidade do Toldo Chimbanguê. São elementos que as funções desempenhadas nos frigoríficos não podem oferecer, por tratar-se de uma linha de produção engessada, que lida com animais e carnes considerados suspeitos e de baixa qualidade pelos Kaingang, e que repele, com seu ritmo industrial, as relações que ocorrem no trabalho feito no interior da terra indígena e entre as parentelas que compõem sua população.

3.2 “O índio tem que virar um pequeno agricultor”

O título desta parte da dissertação faz referência à fala de um Kaingang sobre uma das possibilidades possíveis para os moradores do Toldo Chimbangue atualmente, e a que é apresentada como a mais sensata: a pequena agricultura. E *pequena*, porque a grande, ambiciosa, agroindustrial, não costuma ser tolerada, como será mostrado. Nas palavras completas deste homem Kaingang: “De cultura ninguém vive. Hoje não adianta, o índio tem que virar um pequeno agricultor”.

Tornar-se um pequeno agricultor vai de encontro e se contrapõe ao trabalho que tem sido bastante recorrente entre os indígenas do Toldo Chimbangue, aquele realizado nos e para os frigoríficos. As mudanças no modo de vida Kaingang – ocasionadas pela expulsão dos indígenas de suas terras e pela exploração de seus recursos ambientais e humanos – resultaram em um território reduzido, incapaz de fornecer caça, pinhões, pesca ou taquaras suficientes, o que faz com que empregos nos frigoríficos e na cidade sejam bastante frequentes. Ao mesmo tempo, os processos históricos de demarcação e reconhecimento, ainda que de uma parte reduzida, do território indígena, permitiram que em alguma medida as práticas Kaingang permanecessem, como algumas formas de confecção de artesanato, a caça de animais de menor porte (que ainda existem na área), a criação de animais e as plantações. Essas práticas, e os conhecimentos que elas envolvem, são o que caracterizam os Kaingang atualmente, como eles mesmos reconhecem. Nesse sentido, é preciso voltar a atenção para as diversas atividades e trabalhos executados no interior da Terra Indígena Toldo Chimbangue, a fim de compreender de que maneira tais práticas se relacionam, e se opõem, aos frigoríficos.

Atualmente, uma das formas de se obter renda entre os Kaingang no Toldo Chimbangue é buscando ocupações temporárias nas plantações, na própria aldeia ou fora dela, atividade que costuma ser esporádica, quando o agricultor⁵⁹ precisa pulverizar alguma plantação, ou necessita-se de ajudantes no plantio ou na colheita. Nesses casos, os homens, que são as pessoas normalmente contratadas, recebem pelo trabalho diário um valor previamente combinado. Alguns Kaingang trabalham também como professores nas duas escolas da aldeia, e às vezes acabam circulando por outras terras indígenas. Atualmente, a escola de educação infantil possui uma professora que mora na

⁵⁹ São agricultores conhecidos dos moradores do Toldo Chimbangue, cujas plantações ficam nas proximidades da terra indígena, ou são outros Kaingang que contratam alguém temporariamente para ajudar na colheita.

aldeia e a escola Fen'nó possui quatro professores indígenas, sendo que uma delas não reside no Toldo Chimbanguê.

A licenciatura é algo que tende a crescer entre os moradores do Toldo Chimbanguê, uma vez que a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) oferece a modalidade em Licenciatura Intercultural Indígena, com bolsas de estudos integrais. Durante minha pesquisa de campo, algumas pessoas já estavam cursando a licenciatura, com aulas na própria Terra Indígena.

É preciso destacar a venda, realizada por muitas mulheres do Toldo de roupas, adquiridas de fornecedores diversos. Elas revendem os produtos na aldeia e ganham em dinheiro, ou trocam por algum bem a combinar. Os negócios ocorrem quase sempre entre mulheres, elas são as vendedoras e as que compram roupas para todos os membros da família, além dos utensílios e acessórios para as casas, como panelas, tapetes e cortinas. Ir até as casas de compradores em potencial, ou de devedores, mas também receber quem quer vender, é bastante frequente, de modo que esse comércio envolve uma circulação significativa das mulheres e das crianças pequenas que muitas vezes as acompanham nas vendas. Além de movimentar pessoas e ser a causa da maior parte das visitas e conversas entre as mulheres, esse comércio também é uma fonte de renda, ainda que pequena, para muitas delas. Aquilo que elas não conseguem vender é devolvido aos fornecedores, e elas recebem em dinheiro ou produtos o proporcional correspondente às vendas. Mulheres que possuem filhos menores, que não são assalariadas, costumam ser as principais vendedoras, mas não necessariamente.

A venda de artesanato é uma atividade econômica presente em outras terras indígenas Kaingang, mas no Toldo Chimbanguê ocorre praticamente apenas durante a Semana Cultural, quando a aldeia recebe a visita de alunos de escolas da cidade de Chapecó com proposta de serem apresentados ao modo de vida indígena. Neste caso, as pessoas se mobilizam e preparam artesanato para vender durante a semana; mas, no restante do ano, as mulheres muitas vezes vão visitar parentes de outras terras indígenas para trazer o artesanato feito por eles, que têm uma produção mais constante, mas não necessariamente melhor, conforme avaliam: enquanto estive no Toldo Chimbanguê, indicaram-me uma mulher de quem eu poderia comprar algum balaio, pois ela os faz muito bem. Acabei trazendo como lembrança, e presente, duas pulseiras e um pequeno balaio feitos por Beatriz. Segundo a esposa de Idalino, antes, no passado, a base das pulseiras era feita com uma taquara mais grossa, coberta com tiras de taquara mais fina; mas as que eu ganhei, assim como as outras feitas atualmente, são feitas de uma base

plástica coberta com tiras de taquara, pois a matéria-prima crucial já não está mais tão disponível.

A confecção de cestos também pode ter outros objetivos, como a utilização na agricultura. Assim como os demais artefatos do artesanato Kaingang, sua feitura implica em coletar o material necessário: a taquara. Segundo os Kaingang, existem tipos diferentes de taquaras e cada um destina-se a uma utilidade específica, dependendo de sua maleabilidade ou resistência. A taquara utilizada nos cestos não existe mais nas proximidades das casas do Toldo Chimbanguê, por conta da ocupação pretérita e predatória do território por colonos e da agricultura presente em praticamente todos os espaços.



Figura 5: Processo de confecção de um cesto. Para sua confecção foi preciso buscar taquara nas margens do rio, mas vale a pena: se bem cuidado, o cesto pode durar por várias colheitas carregando milho (foto da autora, março de 2015)

No que diz respeito à agricultura, essa terra indígena depende do fornecimento de sementes e insumos agrícolas junto aos órgãos governamentais. As plantações, que são majoritariamente destinadas à comercialização, são as de soja, milho e feijão. Diversas vezes ouvi queixas de moradores que têm roças na beira da rodovia que corta a terra indígena, sobre pessoas que param seus carros à noite na estrada para roubar milho das plantações. Não tive notícia de nenhuma roça comunitária. Os produtos são comercializados localmente, em Chapecó. A compra dos produtos é feita principalmente pela Cooperativa Alfa – Cooperalfa – que comercializa farinha, feijões, óleo de soja e ração animal. Alguns dos produtos Kaingang que não se enquadram nas atividades da cooperativa, como a mandioca, por exemplo, podem ser vendidos no centro cidade, às vezes “de porta em porta”, segundo fui informada na Funai de Chapecó. De acordo com

alguns relatos dos Kaingang, esse comércio de produtos agrícolas rende menos que os valores pagos pelos frigoríficos, mas não logrei obter valores exatos.

Aquelas plantações que costumam ter menor dimensão e servem principalmente para atender às demandas familiares são as de mandioca, amendoim, abóbora e batata. Mas, frequentemente, as pessoas pegam milho e feijões das plantações maiores caso precisem ou desejem preparar alguma refeição. Existem também as hortas, onde são plantadas várias verduras e legumes. A localização das plantações para consumo familiar costuma ser mais próxima das residências, as plantações maiores podem ser mais afastadas, dependendo da necessidade de espaço e da disponibilidade de terrenos. E, circulando pela aldeia, os moradores sempre sabiam informar de quem era esta ou aquela plantação, além de saber onde ficam as árvores frutíferas das redondezas.

Independentemente do cultivo para consumo próprio, todas as famílias do Toldo Chimbanguê têm que comprar gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis. Os principais produtos adquiridos na cidade são aqueles de limpeza (detergentes, buchas, sabão em pó e desinfetantes). Os alimentos comprados são principalmente o arroz – que, até onde pude verificar, ninguém cultiva na aldeia – macarrão, mate para fazer chimarrão, óleo vegetal, feijão, sal, açúcar, refrigerantes, farinha para o preparo de pães, carnes e banha. Eventualmente, quando se mata um suíno, pode-se retirar a banha para uso no preparo dos alimentos, mas esta não é a regra.

Os moradores do Chimbanguê possuem um trator para realizar algumas atividades de plantio, máquina que, aparentemente, pode ser solicitada e utilizada por qualquer pessoa que dele necessite. No entanto, provavelmente por uma questão de controle e cuidado, a máquina fica sempre em frente à casa do cacique. Parece ser o cacique, também, quem possui uma maior quantidade de ferramentas, bastante solicitadas por outros moradores e com uma circulação por toda a aldeia, às vezes nem retornando para as mãos do dono antes de serem emprestadas pelo próximo morador.

Aqueles que cuidam das plantações quase sempre são os homens da família, sejam eles ainda jovens ou adultos, e é esperado que os meninos mais velhos – por volta dos 13 anos – comecem a auxiliar nos processos de plantio e colheita, para aprender. Enquanto responsáveis pelo preparo das refeições, são as mulheres que colhem pequenas quantidades das plantações para preparar e, eventualmente, são elas também responsáveis pelo plantio de roças menores. As hortas, quando existem, também são responsabilidade feminina.

A respeito da divisão das atividades de trabalho, há que se destacar que a produção de milho e feijão, potencialmente destinadas ao mercado, é uma atividade desenvolvida pelos homens (...) [e] cabe às mulheres Kaingang cuidar da produção agrícola para o autoconsumo, o que não as libera de prestar ajuda nas lavouras de milho e feijão (Nacke et al. 2007, p. 91).

A ajuda nas plantações também pode vir de familiares mais distantes ou de outros moradores do Chimbangue e, muitas vezes, sem ser requisitada, o que não implica em ser indesejada. Uma ocasião foi muito significativa. Um dos moradores próximos da casa do cacique, cuja casa fica bem em frente à rodovia, estava com uma boa quantidade de milho da sua própria plantação secando⁶⁰ ao sol sobre uma lona. Um dos filhos do cacique disse à Idalino que iria até lá para ver se o dono do milho iria precisar de ajuda para guardar os grãos depois da secagem. A iniciativa foi aprovada: primeiro, porque se tratava de um rapaz justamente na fase considerada própria para aprender as tarefas das plantações e, segundo, porque, pelas falas a respeito, o auxílio implicaria em poder contar com ajuda também, no futuro, caso ela fosse necessária.

Para além de produzir relações e a transmissão de conhecimentos, parece importante pensar a prática da agricultura no território do Toldo Chimbangue como uma atividade que, ao mesmo tempo que faz pessoas Kaingang por inseri-los nas chamadas “coisas de índio”, produz a terra indígena. A ocupação dos colonos, como os Kaingang bem se recordam, envolveu uma exploração mais intensiva da área, e nesse sentido, a agricultura Kaingang é de outro tipo, pois está relacionada com a formação dessas pessoas enquanto tais, mas também porque produz outro tipo de território, um território onde mais espaços de matas podem ser poupados e recuperados, e um território que, por estar sendo trabalhado por indígenas Kaingang, torna-se também Kaingang. Nesse sentido, se os Kaingang tornam-se Kaingang somente naquele território fazendo as “coisas de índio”, que envolvem conhecimentos, tarefas práticas e relações, o território do Toldo Chimbangue também só se mantém terra indígena enquanto os Kaingang permanecem fazendo uma agricultura Kaingang, principalmente, mas também enfeitando a casa e plantando em seus quintais, como mencionado anteriormente.

⁶⁰ O ponto de colheita do milho é quando ele já está seco na espiga. Essa secagem a qual me refiro foi necessária porque aquele milho pegou umidade. Tratou-se, então, de secar a água, e não de uma secagem do grão que ainda estaria verde ou maduro.

A prática de agricultura vem enfrentando diversas dificuldades no Toldo Chimbanguê, principalmente no que diz respeito à pouca capacidade de investimentos que os indígenas são capazes de realizar. A prática da atividade agrícola segundo os moldes produtivistas prevê investimentos consideráveis em insumos, fertilizantes e agrotóxicos, além de demandar tecnologia, principalmente através de maquinário agrícola; isso fica ainda mais patente numa cidade como Chapecó, famosa pelo intenso calendário de feiras de tecnologia agropecuária e agroindustrial (Siqueira, 2016, p. 84-85). Isso se apresenta como um problema para diversos grupos Kaingang, que não podem arcar com tais gastos, mas que são, como também o são os pequenos produtores rurais da região e do país como um todo, reféns de um modelo que privilegia a monocultura e exige inúmeras aquisições para que o processo produtivo aconteça e se modernize constantemente (Nacke et al. 2007, p. 90).

No caso específico da TI Chimbanguê constatou-se que a atividade agrícola dos grupos domésticos depende do fornecimento de sementes, insumos que são obtidos junto a órgãos estaduais, municipais e federais. Esses grupos executam as lavouras com o auxílio de um trator em terras de topografia adequada para tal, mas em grande maioria indicam que há insuficiência de equipamentos agrícolas, de créditos e de incentivos (Nacke et al., 2007, p. 93).

O cacique Idalino aponta para um orçamento disponibilizado anualmente que, bastante reduzido, dificilmente cobre os gastos corriqueiros – como consertos de máquinas e combustível – e impede investimentos maiores na produção agrícola. Do outro lado, as iniciativas sem o auxílio do governo também são impedidas por outros obstáculos que se apresentam. A seguir, exibo parte de um diálogo que tive com o cacique em que ele se posiciona muito abertamente sobre tais aspectos.

Idalino: “Hoje o governo não investe nas comunidades indígenas, mas precisaria de muito mais, de projetos, parcerias...”.

Eu: “Quais projetos exatamente?”.

Idalino: “Produção de leite, produção de mel, e gado de corte que aqui nessas terras que não são planas e é ruim plantar a gente pode fazer isso. E parceria pra trazer aviário, criação de galinha, de porco”.

Eu: “Mas as parcerias não dependem da verba do governo”

Idalino: “Não, mas as pessoas têm preconceito em se associar com índio porque elas falam: ‘Ah, os frangos vão estar no ponto pro abate os índios vão comer tudo’. Eu já tentei conversar pra ter criação de porco aqui, mas eles querem garantia e o que é que a gente tem pra dar de garantia?”.

Em seu trabalho a respeito dos Karitiana, Vander Velden (2012) aponta, também, para algumas tentativas de implementação de criação animal na Terra Indígena deste povo, em Rondônia, como forma de suprir as necessidades alimentares diante de uma alegada diminuição de oferta de animais de caça e pesca, principalmente nas proximidades das aldeias. O autor aborda mais especificamente a instalação de um galinheiro que, ainda que tenha ido mais adiante que os desejos de criação dos Kaingang, e chegado a se concretizar, veio, finalmente, a fracassar. Sobre isso, existem duas versões distintas: a contada pelos Karitiana aponta para um comportamento canibal das galinhas de raça fornecidas para habitar o galinheiro, que acabaram comendo umas às outras e morrendo. A versão de técnicos da Funai alega que os indígenas ficaram descontentes por ter que plantar o milho para alimentar as galinhas e, por conta dessa insatisfação, comeram-nas, sem se preocupar minimamente com as consequências futuras (Vander Velden 2012, p. 145,146). Sem decidir por uma ou outra versão, os dados do autor sugerem que a noção comum de que os povos indígenas são incapazes de criar animais porque acabarão por comê-los – desincentivando, assim, os investimentos muitas vezes requisitados pelos próprios índios, como é o caso dos Kaingang no Chimbangue – encontra-se difundida, literalmente, de norte a sul do país.

Tal como registrado entre os Karitiana, existem ruídos na comunicação entre os indígenas do Chimbangue e aqueles com os quais eles desejam negociar, ruídos que impedem ou inviabilizam a criação de animais em ambas as terras indígenas, talvez também em muitas outras mais. Como acusa a fala de Idalino, os Kaingang são considerados inaptos para o trabalho – tropo já antigo na forma como a sociedade brasileira enxerga o índio; prevalece a ideia de que seriam pouco prestativos – apesar de serem maciçamente contratados por uma indústria que, reconhecidamente, explora seus empregados até o limite – e oportunistas, aproveitando-se da criação de animais apenas para comê-los – mesmo que os Kaingang tenham suas próprias criações e muitos conhecimentos de tais práticas.

Em sua pesquisa de mestrado na mesma região, Siqueira (2016) aponta algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias que trabalham associadas às agroindústrias através do esquema de parcerias, conforme apresentado no capítulo anterior. Segundo a autora, as famílias tornam-se reféns de horários e cuidados muito específicos que alteram a dinâmica familiar dos trabalhadores e chegam a dificultar as interações e a convivência entre os parentes. Os Kaingang, que afirmam que o sistema de parcerias é uma boa alternativa ao trabalho dentro das agroindústrias, têm conhecimento dessas condições, pois têm contatos com outros trabalhadores e agricultores não indígenas que trabalham no esquema de parcerias. O que parece estar em questão é, principalmente, a localidade em que o trabalho é realizado. Mesmo que seja parte das mesmas indústrias frigoríficas, e que venham junto diversas dificuldades e imposições (muitas vezes excessivas), seria uma alternativa melhor por ser um trabalho possível de ser realizado dentro da terra indígena, ao contrário das ocupações nas linhas de produção, que estão todas localizadas fora e longe do lugar em que residem os Kaingang, implicando em sair da aldeia, o que não parece agradar á maioria dos moradores do Toldo Chimbanguê.

Enquanto as possíveis parcerias com as agroindústrias não acontecem, alguns Kaingang seguem mantendo suas criações de animais. São bastante comuns as pequenas criações de suínos – que são abatidos ali mesmo e cuja carne costuma circular na própria Terra Indígena –, mas há também alguns criadores de galinhas e, mais raramente, de patos. Os suínos são criados presos e existe um maior controle da criação; já as galinhas são menos controladas, ficam soltas e andam por todos os lugares. É possível também encontrar algumas vacas para a produção de leite, que pode ser consumido puro, depois de fervido, mas também pode ser transformado em queijo pelas mulheres. Quando há leite suficiente para fazer queijos para além do consumo familiar, eles são vendidos com facilidade para outros moradores do Toldo Chimbanguê.

Em todos esses casos de criação animal, são normalmente as mulheres ou as crianças que cuidam da alimentação dos animais, sendo responsáveis por levar os restos de comida aos suínos, por mover as vacas ou os bezerros para pastos diferentes e para locais com água (embora a ordenha seja feita exclusivamente por mulheres). Os homens ficam com as tarefas de construir as baias para os suínos, ou os galinheiros, de abater os suínos para que as mulheres preparem a carne e, eventualmente, de capturar algum porco mais agressivo que tenha escapado. Se as crianças auxiliam ou dividem as tarefas das criações com as mulheres, os meninos mais velhos passam a ajudar os pais nas

plantações e passam a trabalhar esporadicamente nas plantações de outros moradores do Chimbanguê.

Quando se trata de trabalhos assalariados, as indústrias frigoríficas despontam como as principais empregadoras de mão-de-obra indígena nos dias atuais. As consequências desses trabalhos, abordadas no capítulo anterior, não são desconhecidas dos Kaingang do Chimbanguê. Apesar da importância dessas constatações, o que tem se buscado apresentar nessa pesquisa são os modos como o trabalho nos frigoríficos é diferenciado e posto em oposição ao trabalho da terra indígena. O que parece ser feito a partir de questões referentes à alimentação, à criação dos animais e, principalmente, à ideia de trabalho associada ao território Kaingang.

Nesta seção procurei apresentar, de maneira geral, as principais atividades que ocorrem dentro da terra indígena, a fim de caracterizar aquilo que é chamado de “coisas de índio”. A questão da agricultura merece uma atenção maior, principalmente por ser ela que aparece no discurso Kaingang como alternativa econômica viável condizente com o modo de vida indígena, ao contrário das agroindústrias; no mesmo sentido, a criação de animais também apresenta características específicas que se opõem aos frigoríficos. Mas outras atividades, como a venda de roupas pelas mulheres, também implicam em uma série de relações e uma significativa circulação de pessoas, bens e dinheiro pela aldeia.

Abordar brevemente as chamadas “coisas de índio” tem a intenção de estabelecer a o quê o frigorífico se opõe quando os indígenas argumentam pelas diferenças entre o trabalho nas indústrias de carne e os trabalhos possíveis, mas principalmente a agriculturan e a criação de animais, na terra indígena. Esse é um aspecto importante para os Kaingang que, mesmo tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas por aqueles que trabalham criando e engordando animais para as agroindústrias, consideram isso uma alternativa mais viável do que a saída diária para os frigoríficos, uma vez que manteria os indígenas dentro dos limites da aldeia.

Nos parágrafos que se seguem, procuro dar continuidade à ideia Kaingang de que é preciso, ou pelo menos, ideal, que se permaneça no próprio território, majoritariamente por questões históricas, mas também por outros vínculos importantes construídos entre os Kaingang e as terras do Toldo Chimbanguê.

3.3 O lugar das *coisas de índio*

O trabalho nos frigoríficos é considerado por muitos dos Kaingang, que estão empregados ou não por essas indústrias, como “um trabalho que ninguém mais quer”. As principais razões já foram apresentadas acima: são os recorrentes problemas de saúde associados aos esforços diários e repetitivos realizados nos frigoríficos, mas também ao desrespeito e a supressão de direitos associados à emergência dessas enfermidades. Os Kaingang, contudo, possuindo normalmente uma baixa escolaridade, se sujeitam a tais linhas de produção. E aí, para além dos motivos pelos quais “ninguém mais quer” trabalhar nos frigoríficos, existem as razões por que especificamente os Kaingang não deveriam trabalhar no abate e processamento de carne.

Por mais que seja recorrente, o trabalho realizado nas indústrias de carne difere daquele que se executa na própria Terra Indígena, no sentido de que o primeiro não pertence, de fato, ao modo de vida Kaingang. As práticas agrícolas e de criação de animais são as que ocupam a posição de caracterizar a vida Kaingang no Toldo Chimbanguê, não só enquanto aquilo que ainda se pratica – apesar das inúmeras dificuldades –, mas como algo que também se busca como forma de evitar a saída de indígenas da aldeia. Além disso, outras atividades, como o artesanato e mesmo o comércio de roupas, feitos pelas mulheres, ainda que em menor proporção, dependem ou estão associadas à vida Kaingang e ao seu território no Chimbanguê. Assim como as plantações e as criações, parecem constituir aquilo que frequentemente é chamado de “coisas de índio”.

Ainda que praticar a agricultura e criar animais não seja condição para ser Kaingang, é algo que tem caracterizado a vida no Toldo Chimbanguê, e que constitui, para muitos, como um ideal daquilo que é ser Kaingang. Quando colocado em relação ao emprego nos frigoríficos, o trabalho de plantar e criar tanto para consumo próprio quanto para comércio é percebido como mais indígena, mais Kaingang.

No discurso dos moradores do Chimbanguê, a preocupação com o desenvolvimento de uma economia agrícola difere de outras Terras Indígenas, em especial a Aldeia Condá, onde se buscaria, em vez disso, manter suas práticas culturais⁶¹. Desse modo, se, em oposição ao trabalho nos frigoríficos, é colocado o

⁶¹ Os indígenas Kaingang mencionam os casamentos na aldeia Condá, que seriam ainda “fechados” em relação a não indígenas e a questão do idioma Kaingang, ainda muito falado pelos moradores desta terra indígena.

trabalho agrícola nas aldeias, em relação a outras comunidades mais tradicionais, as atividades de plantar e criar são consideradas pelos próprios moradores do Toldo Chimbangue como menos características dos Kaingang. Aqui, a principal referência é a comunidade da Aldeia Condá.

Diferentemente dos Kaingang do Toldo Chimbangue que tiveram suas terras ocupadas pela expansão rural na região, os Kaingang da Reserva Indígena⁶² Aldeia Condá sofreram diretamente com a expansão urbana da cidade de Chapecó:

Mesmo com o crescimento da cidade, eles ali permaneceram, acompanhando, 'invisíveis', a transformação de seu território tradicional. Por paradoxal que pareça, o núcleo urbano da cidade de Chapecó permaneceu sendo considerado por estes indígenas como seu território tradicional. Não obstante o convívio constante com a cidade, estes indígenas mantiveram crenças e práticas estreitamente relacionadas à 'tradição indígena' - todos falam a língua indígena, por exemplo. Esta condição muito particular, de índios que, ao mesmo tempo, valorizam tradição e convivem intensamente com a sociedade dos 'brancos', fez com que o centro da cidade de Chapecó fosse identificado no relatório da FUNAI, em 1998, como terra indígena tradicional. Diante da impossibilidade de retomar este "território tradicional", a FUNAI optou por eleger uma área para a instalação da Reserva Indígena Aldeia Condá. A área eleita, 2300 hectares, está localizada na confluência dos rios Uruguai e Irani. Seu limite norte dista menos de um quilômetro do limite sul da TI Toldo Chimbangue (Fernandes e Piovezana, 2015, p. 120).

Desde o início da pesquisa de campo, meus interlocutores incentivavam-me a pesquisar os Kaingang dessa outra terra indígena, que seriam, diz-se, “mais tradicionais” do que os do Chimbangue. Essas pessoas estariam, ao invés de investir em plantações e na criação de animais, preocupadas com ações e programas culturais para recuperar o que é tido como o modo de vida mais antigo e tradicional. Apesar dos Kaingang do Chimbangue discordarem dessa preferência pela “cultura”, argumentam

⁶² Segundo o site da Funai, as reservas são “terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional”. <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em 30/04/2017.

que é isso que torna os moradores da Aldeia Condá Kaingang “mais puros e mais tradicionais”.

Muito se fala, no Toldo Chibanguê, da má utilização de um dinheiro indenizatório recebido pelos indígenas da Aldeia Condá por conta da construção de uma barragem em seu território⁶³. Segundo os moradores do Chibanguê, o dinheiro poderia ter sido utilizado na compra de maquinário e insumos para a agricultura – coisa de que meus próprios interlocutores necessitam –, o que não aconteceu, e fez com que se tornasse um “dinheiro perdido”. Isso porque, segundo os relatos que colhi, os moradores da Aldeia Condá não pensam em produzir e em se desenvolver, só pensam em “viver de cultura” e usaram o dinheiro principalmente em projetos culturais, segundo os Kaingang.

Essa não é, portanto, uma questão que se coloca de maneira fixa, tampouco definitiva. O trabalho agrícola no próprio território é visto em relação àqueles que vivem na Aldeia Condá como menos característico do modo de vida Kaingang. Mas se o contraponto é o emprego nos frigoríficos, ser um pequeno agricultor é a alternativa mais Kaingang possível, frente às crescentes contratações de trabalhadores indígenas pelas indústrias de carne do oeste de Santa Catarina. Mais que uma alternativa, ser um pequeno agricultor, manter-se na terra indígena, e manter-se próximo das “coisas de índio” que ela encerra, é o que parece definir a cultura dos Kaingang no Toldo Chibanguê. Diferente daquela dos indígenas da Aldeia Condá, como eles próprios argumentam, mas, ainda assim, aquilo que faz dos moradores do Chibanguê, Kaingang.

As práticas agrícolas são elemento importante na composição da vida Kaingang, e aparecem constantemente nos discursos sobre o trabalho que caracteriza a comunidade Kaingang do Toldo Chibanguê. Especialmente quando o emprego nos frigoríficos é colocado em relação ao trabalho na Terra Indígena, este, agrícola e pecuário, aparece como sendo Kaingang de fato. Assim, o que parece ocorrer em relação ao trabalho no Toldo Chibanguê se aproxima menos de permanecer indígena *apesar* de agricultor, e muito mais de ser Kaingang justamente *porque* se pratica a agricultura e se criam animais.

⁶³ Trata-se da Hidrelétrica Foz do Chapecó. “Através do Termo de Conduta Funai/Aneel, o vencedor do leilão do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó ficava obrigado a adquirir 1500 hectares das terras eleitas, para a criação da Reserva Indígena, bem como, destinar dois milhões de reais (R\$2.000.000,00) para o desenvolvimento de programas voltados à auto-sustentabilidade da comunidade indígena” (Rocha, 2005, p. 30, 31).

Diante do cenário em que uma quantidade expressiva de Kaingang tem buscado o trabalho nos frigoríficos, diversas declarações de pessoas mais velhas acusam os mais jovens de, ao abandonarem o trabalho na lavoura e o cuidado dos animais, e procurarem um emprego formal nas cidades, estarem deixando de lado *as coisas de índio*, que são, também, as práticas agropecuárias e os conhecimentos que elas envolvem, além do contato com a terra, as plantas e os bichos. E são coisas que o trabalho nos frigoríficos não podem oferecer. Uma linha de produção engessada não oferece interações, empréstimos de ferramentas ou trabalhos esporádicos entre vizinhos. Animais que são apenas animais de corte não produzem corpos fortes e não são capazes de enfeitar quintais, tampouco estão relacionados a um importante momento na vida de um Kaingang, que é seu nascimento.

Os animais de criação se fazem intensamente presentes num contexto muito particular entre os Kaingang do Chimbangue, que trata especificamente dos cuidados necessários com o cordão umbilical da criança que acabou de nascer.

Quando nascem, têm seus umbigos enterrados na mesma terra onde estão desde o nascimento, ligados umbilicalmente, pretendem que seus corpos sejam enterrados quando morrerem. É nesse sentido que pode-se entender porque uma terra indígena não é substituível por outra (Tommasino, 2004, p. 152).

Segundo diversos relatos, o ideal é que se enterre o umbigo próximo de um lugar em que se criam bois ou porcos – uma *invernada* ou um *chiqueiro*, respectivamente –, para que a criança cresça e se desenvolva tão bem quanto a criação e que adquira dela características consideradas positivas, como a domesticidade e o fato de serem animais úteis. Por outro lado, é preciso ainda enterrar o umbigo com cuidado e profundidade suficientes para que ele não seja encontrado por um animal que transmita características indesejáveis para a pessoa: como um cão, que tornaria a criança susceptível ao comportamento vadio; um gato, que poderia tornar a pessoa igualmente gatuna e malandra; ou uma galinha, cujo dono do umbigo por ela encontrado provavelmente teria um comportamento promíscuo⁶⁴.

⁶⁴ Nötzold aponta para outras práticas Kaingang referentes ao umbigo do recém nascido. “A placenta e o cordão umbilical eram enterrados ou no canto oeste da casa, ou, em se tratando do umbigo, podia ser colocado dentro da árvore, para brotar. Vicente Fokáj conta que o importante é que ambos não sejam consumidos por animais, caso contrário o bebê vira mentiroso” (Nötzold, 2004, p. 25). Em sua pesquisa,

Na ocasião em que era discutida a construção de uma hidrelétrica nas proximidades, um Kaingang lamentou a possibilidade de ser alagada a terra onde está enterrado o umbigo de seu filho, que corre risco de ficar “embaixo d’água”.

É importante recuperar, aqui, a discussão sobre a importância de permanecer no próprio território para “se fazer” Kaingang. A aldeia, enquanto local dessa feitura, é crucial, pois é onde animais – de caça e de criação – também estão se fazendo, e onde uma série de relações por conta dos pequenos comércios, da agricultura e das criações de animais ocorrem. Como apontam os dados bibliográficos e os relatos Kaingang que recolhi, desde o nascimento a pessoa vai se fazendo de acordo com essas interferências que vêm de fora e que dependem daquilo que o Toldo Chibangue significa e contém. É na aldeia que estão os chiqueiros e as internadas que podem fazer a criança desenvolver-se bem, mas também estão os cães, gatos e galinhas que podem interferir negativamente no processo. A essas interferências no momento do nascimento, outras se agregam. Se, ao nascer, a pessoa já está relacionada com aquela terra, pois é uma terra de luta e é nela que o umbigo se mantém enterrado, isso deve ser mantido no decorrer da vida, permanecendo-se na terra indígena.

A proposta desta pesquisa aborda mais a centralidade do território indígena na formação da pessoa Kaingang e a oposição desse território frente ao frigorífico. Não obstante, é preciso considerar o caráter relacional do vínculo entre a terra indígena do Toldo Chibangue e os Kaingang, pois as ações que fazem os Kaingang – criar, fazer, plantar e preservar a mata – fazem e mantêm também a terra indígena enquanto tal. Nesse mesmo sentido é possível pensar a prática de enterrar os umbigos: coloca-se, literalmente, uma parte dos corpos Kaingang naquele chão, que passa a ser, também, Kaingang. E com essa terra, que faz, mas também é feita, que deve-se manter os vínculos cotidianos de convivência, trabalho e conhecimento.

Permanecer na aldeia significa ser solicitado ou oferecer ajuda para tarefas “de índio” nas plantações, significa cuidar das criações e, eventualmente, comer uma carne mais forte de um animal que engordou no tempo certo. Significa aprender quais locais ainda contêm determinados tipos de taquaras, aprender a confeccionar um cesto ou a caçar animais “do mato” que estão, também, se fazendo por conta própria nos espaços preservados na terra indígena. Sair, portanto, do Toldo Chibangue cotidianamente

Sousa (2014) analisa a construção do corpo Capuxu, que passa, também, pelo enterro do umbigo no Sítio Santana-Queimadas.

para trabalhar nos frigoríficos implica em, todos os dias, deixar de se comprometer com a terra com a qual foi estabelecida uma relação desde o nascimento e que, depois disso, oferece relações, conhecimentos e práticas que escampam totalmente à lógica dos frigoríficos. Um lugar de “se fazer” Kaingang é o mesmo lugar onde se fazem animais, de criação e de caça, carnes e corpos fortes. Um lugar que está longe de ser uma linha de produção que abate animais fracos, produz carnes aguadas e corpos doentes.

Todas essas questões que compõe um Kaingang e o modo de vida indígena estão associadas ao Toldo Chimbanguê, de onde os Kaingang devem procurar não se afastar. Diante disso, faz-se necessário retomar questões anteriores sobre este território, elemento chave para as questões aqui abordadas.

Historicamente, abrir espaço para terceiros investirem no território indígena, ou abrir mão de existir no Toldo Chimbanguê e deslocar-se para outros lugares, dadas as condições de pressão e perseguição aos Kaingang, resultou em perda significativa do território, segundo os próprios indígenas. Idalino Fernandes, quando relata sobre os últimos 100 hectares de território Kaingang, aponta a venda de terras como causas desse processo:

“E daí começou a venda de sítios (...). Dai um índio vende pro outro, dali a pouco um índio já vende pro branco. Começou assim. Aqui começou os índios vendendo sítio... nos últimos 100 ha que tinha (...), pros Capeletti, pros Pedrão, e foram, ficam ali. Daí acaba perdendo. Por que eu sempre fui contra o arrendamento de terra? Eu denunciei tudo, muitas vezes, por causa disso. Eu tenho experiência. O Chimbanguê, aqui, só foi perdido as terra por causa disso” (Brighenti, 2011, p. 1345).

É nesse sentido que o movimento e a luta indígenas pela demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbanguê diferencia-se do processo de desintrusão da Terra Indígena Xapecó, por exemplo. No caso da segunda, partia-se do pressuposto que a terra ainda pertencia aos indígenas, pois as terras estavam arrendadas e, portanto, apenas momentaneamente sendo utilizadas por não indígenas. No caso do Toldo Chimbanguê, as terras já estavam na posse e domínio dos não indígenas, ou seja, as famílias Kaingang tornaram-se arrendatárias de suas próprias terras. Havia ainda o agravante de que

estavam ausentes as formas de organização coletiva e mobilização: sem território, os Kaingang estavam espalhados e desorganizados (Brighenti, 2012, p. 46).

Além da necessidade de vencer a dispersão Kaingang para recuperar o território, havia a dificuldade enfrentada pelos indígenas para realizar reuniões e encontros. Segundo o mesmo autor, as primeiras conversas para iniciar o processo de mobilização da comunidade tiveram de ocorrer com extremo cuidado, pois as famílias Kaingang eram agregadas dos colonos, e qualquer desconfiança com relação a possíveis lutas dificultaria ainda mais a organização coletiva. A demanda primeira que se colocava para os Kaingang do Toldo Chimbangue era organizar-se internamente e restabelecer lideranças, pois já haviam passado longo período sem território, sem organização política, e tendo que buscar saídas individualizadas para seus problemas. Vencida essa dificuldade, os Kaingang passaram a agregar pessoas de Terras Indígenas próximas ao Chimbangue ao movimento, a fim de fortalecê-lo (Brighenti, 2012).

Desse modo, lutar pela recuperação das terras indígenas levou Kaingang de inúmeras aldeias a se juntarem com vistas à demarcação, muitas vezes superando disputas políticas faccionais internas (Amparo, 2010, p. 74). É nesse sentido que permitir a utilização da terra indígena por terceiros – ou abrir mão de usá-la para trabalhar fora dela – é correr o risco de perder o direito sobre o território. Ser Kaingang no Toldo Chimbangue é, além de estar vinculado a um processo de luta por uma terra é, também, fazer uso dessa terra, cultivar e criar. Parece ser uma questão associada à necessidade de não deixar o território à mercê de outros ocupantes, como já ocorreu anteriormente na história; mas, também, uma questão de permanecer na terra onde a caça “se faz” sozinha no mato, os animais de criação “se fazem” no tempo certo, e onde permanecem aqueles Kaingang sobre os quais não se pode dizer que “são índios, mas feitos na cidade”, conforme a crítica de Idalino, com a qual abri, lá acima, o primeiro capítulo desta dissertação.

Infelizmente, não foi possível um aprofundamento nas questões referentes a esse “fazer” de um Kaingang, mas os relatos e os dados apontam para um processo que acontece no decorrer de aprendizados que vão sendo adquiridos na realização das diferentes atividades no interior da terra indígena. Algo semelhante ao que foi apontado por Cecilia McCallum (1998) a respeito dos Kaxinauá. Em um de seus trabalhos, a autora procura especificamente relacionar a produção do corpo indígena com o ambiente em que ele está inserido e com o conhecimento que ele possui para, então, discutir processos de adoecimento e cura. Segundo McCallum, o corpo kaxinawá

acumula progressivamente os efeitos de experiências vividas, e é isso que é considerado como conhecimento, na verdade mais um processo do que uma categoria fixa. Apesar de a autora detalhar a forma como esse conhecimento se insere em diferentes partes dos corpos indígenas, é possível pensar que, para os Kaingang do Chimbangue, *se fazer* indígena envolve, também, um processo de aprendizado que ocorre no trato com as chamadas “coisas de índio”, sempre na aldeia.

Em oposição a esse processo dinâmico, em que estão envolvidos relações entre familiares e não familiares, conhecimentos sobre espécies vegetais, sobre criação de animais, sobre os animais, as plantas e os recursos do mato, há o trabalho nos frigoríficos: engessado, mecanizado e que, se produz algum saber, é o conhecimento sobre a linha de produção que reforça a incompatibilidade desse trabalho com o modo de vida Kaingang.

O emprego nos frigoríficos produz, na medida em que altera, outros corpos Kaingang. A mesma lógica de funcionamento que desmembra animais para produzir carnes, descaracteriza também os Kaingang, que adentram as indústrias frigoríficas enquanto trabalhadores e saem com seus corpos acidentados, doentes ou incapacitados. Os frigoríficos se valem de um trabalho cansado, repetitivo, doente e amputado, degradante e degradado (Bosi, 2014a). O trabalho na aldeia, por sua vez, é de outra ordem. Conforme se buscou apresentar, é um trabalho vinculado à terra indígena e aos tipos de animais, de criação e de relações que ela encerra.

Contudo, e aqui se faz referência à agricultura, mesmo aparecendo como o ideal para o modo de vida Kaingang, ela também pode tornar-se um empreendimento egoísta, com o uso de muita terra para gerar lucros para uma ou poucas pessoas, o que costuma ocorrer através de arrendamentos para terceiros⁶⁵. De modo geral, existe certa liberdade no uso da terra indígena pelos Kaingang. Mas se isso se torna uma maneira de explorar uma terra de todos em benefício próprio, os moradores se organizam para fazer parar os arrendamentos, por exemplo, ou expulsar o morador envolvido da terra indígena:

Aqui [no Toldo Chimbangue] nós temos de tudo: índio, branco, preto, alemão. Mas aqui nós temos um sistema, e se o cara passar do ponto

⁶⁵ A expressão máxima desse individualismo está nos casos em que o indígena arrenda parte da TI para terceiros mesmo não tendo, de fato, a posse sobre aquela área, o que implica em privar a comunidade do uso de parte da Terra Indígena para benefício exclusivo. Essa prática quase não ocorre mais no Toldo Chimbangue, mas ainda precisa ser bastante combatida por lideranças indígenas de outras comunidades. Sobre isso ver Veiga (2006).

infelizmente nós temos que mandar ele embora, porque nós não tamos aqui pra criar fazendeiro.

Nesse mesmo sentido, o emprego nas indústrias frigoríficas é muitas vezes considerado uma atividade individualista para alguns Kaingang no Toldo Chimbanguê, uma vez que aquele que está empregado objetiva somente seu próprio salário. Idalino encara muitos dos que buscam empregos fora da aldeia como *gananciosos* que, em parte, impedem uma melhora na condição econômica dos moradores do Chimbanguê e da Terra Indígena como um todo,

porque as pessoas querem ter o dinheiro delas todo mês e aí vão pras empresas, pros frigoríficos, e em cinco anos tão tudo estragado, não presta pra mais nada. Porque aqui [no Chimbanguê] tem funcionário que tira dois mil e quinhentos por mês, mas aí chega o dia quinze e não tem mais nada, porque tem que gastar tudo com comida. Se a pessoa plantasse, ia tirar quinhentos reais por mês, mas ia ter o que comer e o dinheiro seria todo dela, ela seria livre.

Parece oportuno lembrar a obra de Michael Taussig (2010), que trata da presença do diabo enquanto uma reação ao modo capitalista que se impunha às comunidades da Bolívia e da Colômbia como uma nova – mas também antinatural e diabólica – forma de produzir e se relacionar com as coisas, pessoas e outros seres no mundo. Apropriando-se do “inimigo de seus inimigos”, mineiros bolivianos e trabalhadores da cana colombianos caracterizam o modo de produção capitalista como pertencente à figura do diabo; é ele que sustenta a produção e quem pode, também, aumentá-la. Desse modo, sustenta-se a ideia de que os trabalhadores realizam pactos com o diabo para aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, seus salários. Apesar de poder obter sucesso rápido desta forma, o trabalhador teria em mãos um dinheiro considerado estéril, que não poderia ser investido em equipamentos ou terras. E seria vítima, também, de uma vida encurtada por uma morte dolorosa. O autor chama a atenção para o fato de que a crença no diabo considera que somente aqueles que estejam envolvidos com trabalho em fazendas capitalistas possam realizar pactos com ele. Camponeses locais que trabalham em suas próprias roças, ou mesmo em roças de outros camponeses, não são considerados como possíveis pactuantes (Taussig, 2010).

Tal como as populações na Bolívia e na Colômbia que viam no diabo – e no modo de produção capitalista ao qual ele estava associado – um “espírito glutão com inclinação à destruição e à morte” (Taussig, 2010, p.38), a busca pelos trabalhos nos frigoríficos é muitas vezes considerada como uma busca *gananciosa*, cujo dinheiro a partir dela obtido seria também infértil, pois precisará ser revertido em tudo aquilo que o trabalhador Kaingang deixou de produzir, mas não deixou de necessitar.

Esta última seção do terceiro capítulo recuperou um pouco da discussão, iniciada no final do primeiro capítulo, sobre a questão que perpassa todas as demais aqui discutidas, que é o território do Toldo Chimbangue. Nesta parte, especificamente, foi retomado brevemente o processo que empurrou os Kaingang para fora de suas terras, um movimento que, em alguma medida, é encarado por alguns Kaingang como um processo de abandonar a terra e permitir seu uso por parte de terceiros não-indígenas. Nesse sentido, além de toda a luta pelo reconhecimento e demarcação das terras indígenas, parece que os Kaingang possuem outra luta, decorrente dessas anteriores, que é a de garantir a permanência dos moradores do Toldo Chimbangue na aldeia para que seja possível fazer uso efetivo das terras indígenas. Essa ocupação e esse uso viriam, segundo os Kaingang, de um trabalho muito diferente daquele executado nas indústrias frigoríficas. Por envolver o trato com conhecimentos, práticas e relações que caracterizam a vida no Toldo Chimbangue, o trabalho na terra indígena não é encarado como ganancioso ou como algo que resulta somente em ganhos salariais individuais porque, durante sua execução, são produzidas, na medida em que são reforçadas, as “coisas de índio”.

O Toldo Chimbangue se contrapõe aos frigoríficos em função do território e daquilo que ele implica. Ao contrário das indústrias, é na aldeia que as coisas realmente importantes se desenrolam: as frequentes visitas para o comércio de roupas, para comprar queijos, emprestar ferramentas ou contar causos; a mobilização de familiares para a construção de uma casa; os trabalhos esporádicos nas lavouras para conhecidos e o revezamento de familiares para cuidar das criações – todos esses são alguns dos exemplos apresentados nesta pesquisa, e que procuram dar conta um pouco daquilo que ocorre na Terra Indígena Toldo Chimbangue, e que a faz ser o local onde “se faz”

animais resistentes e carnes fortes, mas também verdadeiros índios Kaingang. Como eu disse anteriormente, se os Kaingang deixam a aldeia para trabalhar entre outros porque precisam – uma vez que as condições materiais de existência em uma área intensamente explorada e bastante degradada seguem sendo difíceis – eles ao mesmo tempo cultivam o ideal de que os verdadeiros Kaingang se produzem entre si, nas ações e relações que se produzem dentro do Toldo Chimbanguê. Sair carrega sempre a intenção de retornar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dedicou atenção ao modo como os frigoríficos se contrapõem à vida propriamente Kaingang na terra indígena Toldo Chimbangue, tendo como base alguns pontos principais, a partir dos quais outras questões foram se desenrolando: os diferentes modos de criar animais e de pensar a alimentação e as próprias noções de trabalho. Apesar de a pesquisa ter considerado previamente, inclusive enquanto ponto de partida, uma oposição entre a terra indígena e o trabalho nos frigoríficos, no decorrer da análise dos dados etnográficos e, mais ainda, durante o processo de escrita, essa questão tornou-se mais evidente, principalmente através daquilo que envolve o “se fazer” tanto dos Kaingang quanto dos animais de caça, de criação ou aqueles processados pela indústria. Conseqüentemente, tornou-se mais necessária a discussão do território do Toldo Chimbangue – o local onde estão localizados os saberes, as relações, os umbigos e o trabalho verdadeiramente Kaingang – um pouco além dos processos históricos que envolveram sua formação. A terra indígena, como não poderia deixar de ser, é quesito primeiro para a manutenção do modo de vida Kaingang e, atualmente, tem se relacionado de maneiras específicas no que tange às contratações de indígenas feitas pelos frigoríficos. Sobre essas relações específicas esta pesquisa se debruçou.

A retomada da formação da terra indígena, tarefa a que foi dedicado principalmente o primeiro capítulo, teve como principal objetivo apontar alguns aspectos do processo intensivo e extensivo de exploração realizado por não indígenas na área pesquisada. Quando recuperam o Toldo Chimbangue, os Kaingang retornam para uma terra cujas matas haviam sido derrubadas, levando junto com elas os pinheiros, os pinhões e os animais que deles se alimentavam. Apesar dos Kaingang afirmarem um processo de recuperação dessas florestas, o que resta, mesmo nos dias atuais, é somente “uma bolinha de mato”, como bem afirmou uma mulher Kaingang. E, em tão pouca quantidade assim, o mato Kaingang não fornece recursos suficientes para abastecer os moradores do Toldo Chimbangue. É preciso buscar trabalho fora. É nesse sentido que o fato dos Kaingang trabalharem nos frigoríficos é, muito antes de ser um sinal de sucesso das agroindústrias, uma conseqüência do nosso fracasso em preservar as terras indígenas.

O desenvolvimento das agroindústrias, conforme foi apresentado no segundo capítulo, foi se desenrolando de modo a produzir posições laborais cada vez mais fragmentados, inclusive nos setores que são anteriores à linha de abate, que se

desenvolvem fora dela e a abastecem. As criações nascem, crescem e engordam em fases e com especificidades e técnicas distintas nas instalações dos chamados parceiros – ou integrados – das agroindústrias (Siqueira, 2017). Dentro dos frigoríficos, as atividades individuais são mecânicas, repetitivas e, apesar de imprescindíveis para a produção, insignificantes em relação ao processo como um todo. A fragmentação do trabalho, aliada principalmente a um ritmo acelerado de produção, resulta em frequentes problemas de saúde, persistentes e até crônicos, e em muitos acidentes de trabalho. Essas condições parecem ser a regra de funcionamento das indústrias frigoríficas no Brasil, que causam acidentes em Chapecó, mas também em Forquilha e Sidrolândia, e em muitas cidades mais. Os Kaingang seriam aqueles que, na região de Chapecó, “trabalham calados” e suportam, além das condições impostas pelos frigoríficos, o fato de que trabalhar todos os dias nas indústrias da carne significa deixar, cotidianamente, o Toldo Chimbanguê.

O problema em não se utilizar a terra indígena e trocá-la pelo trabalho nos frigoríficos é que é a terra indígena que contém a história das lutas e dos nascimentos Kaingang, e é onde acontece aquilo que caracteriza os Kaingang atualmente: o ser um pequeno criador e agricultor fixado ao seu território. Manter-se do Toldo Chimbanguê é, então, em grande medida, manter-se Kaingang.

Os frigoríficos se opõem à aldeia Kaingang a partir das distintas formas de criar e tratar os animais de corte. Nas indústrias de carne, o crescimento dos animais precisa ser tão acelerado quanto a linha de produção, de forma que os mecanismos postos em prática para garantir a engorda no tempo necessário acabam por ocasionar, na perspectiva Kaingang, animais fracos. Consequentemente, a carne obtida a partir desses animais é, também ela, fraca, e se distancia daqueles alimentos capazes de fazer corpos resistentes como os dos indígenas mais velhos. Além disso, os animais na aldeia podem tornar-se enfeites de quintais ou, mais importante, podem interferir na formação de um Kaingang recém-nascido, dependendo do local que seu umbigo for enterrado. Ao contrário dos animais de corte das indústrias de carne, os animais da aldeia estão, portanto, presentes na formação da pessoa Kaingang e no seu vínculo primeiro com a terra indígena.

Para além das relações com os animais, existem outros aspectos, também abordados por esta pesquisa, que fazem opor o frigorífico à aldeia. Os trabalhos realizados na terra indígena implicam em uma circulação de pessoas, em trocas de favores e em aprendizados tanto sobre o plantar e o criar, quanto sobre muitos outros

recursos da terra indígena, como a caça e os materiais para a confecção de cestos e outras formas de artesanato. No caso da venda de roupas realizada pelas mulheres, quando a mercadoria chega é preciso começar a circular para mostrar os novos produtos para as possíveis compradoras. Se estas também vendem, eventualmente se desculpam por ainda estarem com mercadoria antiga e não ter nada de novo para mostrar. As mulheres vão de casa em casa também para cobrar dívidas e, dependendo do sucesso da cobrança, continuar ou não vendendo para aquela pessoa. Os favores trocados por meio da ajuda nas plantações é uma forma de garantir um auxílio no futuro ou de agradecer uma ajuda já recebida, mas também um jeito de os meninos irem aprendendo a lidar com tratores, com os cuidados no plantio e na colheita. No caso da caça, são também os meninos que aprendem a embrenhar-se no mato, a procurar os animais e persegui-los para depois vender a carne, mas também os mais velhos, com armas de fogo e às vezes cães, saem mato adentro em busca dos quatis e dos tatus que restam nas últimas “bolinhas de mato” do Toldo Chimbanguê.

A diversidade de trabalhos e atividades executados no interior da terra indígena tem, assim, muito mais a oferecer, em termos de relações e aprendizados, do que o trabalho repetitivo dos frigoríficos, segundo os próprios Kaingang. Se colocado em relação com o trabalho na aldeia, que mantém o contato e os favores entre vizinhos e a proximidade entre parentes, que envolve aprender a caçar ou escolher a boa taquara, o trabalho nos frigoríficos é, ao contrário do que apontam seus índices produtivos de muito sucesso econômico, vazio: vazio das coisas Kaingang. Como dizem os próprios indígenas, produzem apenas carnes aguadas e salários que muito rapidamente se esgotam.

É preciso retomar a importância do território Kaingang – um território que é “de luta” e onde estão enterrados os umbigos indígenas – para compreender que, diante das alternativas possíveis postas para os Kaingang no Toldo Chimbanguê, às vezes o modo de se produzir e trabalhar poderia vir imposto de fora, desde que o trabalho garantisse a permanência dos indígenas na aldeia. É o caso das desejadas parcerias com as agroindústrias, que seriam modelos de criação e engorda de animais que obedecem demandas e critérios industriais de produção e impõe uma jornada de trabalho específica que fugiria do controle Kaingang. Mas permitiria, ao contrário dos atuais postos de trabalho nos frigoríficos, que os Kaingang permanecessem em seu território.

Outra alternativa ao trabalho nas indústrias de carne é a prática da agricultura que enfrenta, além de dificuldades de financiamentos e acesso ao maquinário e demais

insumos, um certo desinteresse por parte de alguns Kaingang, que buscariam um suposto ganho a mais no salário dos frigoríficos. Aqui, novamente, lanço mão da obra de Taussig (2010), quando este aponta que o trabalho para o grande capital, seja nas plantações de cana de açúcar ou na mineração, é uma atividade considerada improdutiva, estéril, ainda que se associe a pactos com o diabo para gerar lucro. Mais do que isso, tratam-se de atividades consideradas destrutivas, que ignoram relações, tradições e pessoas, e levam à exploração ao seu máximo. Da mesma forma, no caso dos Kaingango no Brasil meridional, vender a força de trabalho para os frigoríficos em troca de mais dinheiro implica em abrir mão de permanecer na aldeia, produzindo o necessário e sendo *livre*.

O trabalho nos frigoríficos desfigura os corpos dos trabalhadores Kaingang – assim como de todos os operários que empregam – e também destrói as relações que poderiam ocorrer a partir das chamadas *coisas de índio*. O que significa que os frigoríficos solapam os sentidos de uma criação que fortalece uma criança recém-nascida, porque retirou as pessoas da terra indígena, de suas casas, e do tempo dedicado por elas às suas criações, estas entendidas em sentido amplo. Os frigoríficos obstaculizam as relações contínuas entre parentes e vizinhos através de trabalhos esporádicos no plantio ou na colheita, porque o trabalho passa a ser dentro das indústrias e fora da aldeia. As indústrias tornam desnecessário o conhecimento sobre as espécies de taquaras e sobre os trançados dos cestos, porque se não se planta nem se cria, não há colheita a ser carregada, não há necessidade de saber fazer. Nesse sentido, trabalhar nos frigoríficos implica em ir se distanciando daquilo que faz um Kaingang ser um Kaingang, um corpo Kaingang ter o conhecimento que um corpo Kaingang deve ter.

É nesse sentido que as recentes contratações feitas pelas agroindústrias parecem lembrar que sair do território e deixar de praticar aquilo que ele envolve ainda representa uma ameaça: a de que se repitam as expulsões e perdas ocorridas no passado, que separaram os Kaingang de suas terras. E que existiria, de um lado, um trabalho alheio aos trabalhadores e suas relações e que se impõe de fora; e, de outro, um trabalho que precisa ser exercitado cotidianamente, justamente porque é nesse processo que os Kaingang vão se fazendo. Levando além a frase do cacique Idalino “se a pessoa plantasse (...) ela seria livre”, parecesse que se ela plantasse ela seria, além de livre, mais Kaingang, propriamente Kaingang. Parece, por fim, que o emprego nas indústrias frigoríficas é calado porque suporta a exploração, mas também porque silencia os modos e os conhecimentos Kaingang sobre trabalhar, comer e criar. Diariamente, cala o

“se fazer” dos Kaingang. Apesar de tanto silêncio, existe muito a ser dito sobre as relações entre esse trabalho e suas implicações e o modo de vida na aldeia, assim como também têm muito o que contar os moradores do Toldo Chimbanguê.

O que esta pesquisa procurou investigar, porque foi isso o que se mostrou a ela, é que o trabalho nos frigoríficos, enquanto uma das possibilidades de trabalho atuais para os Kaingang na terra indígena Toldo Chimbanguê, se relaciona e se contrapõe a outros elementos que também constituem a vida Kaingang atualmente. “Também”, porque não se pode negar que os Kaingang, hoje, são aqueles que saem em grande número para trabalhar nas indústrias frigoríficas. Mas, como vimos, a necessidade de buscar empregos em locais que são conhecidos por condições de trabalho cruéis tem profunda relação com a exploração a qual foi submetido o território do Toldo Chimbanguê e os próprios indígenas, com o fato dos Kaingang estarem restritos em suas terras indígenas e enfrentarem problemas como a baixa escolaridade.

O trabalho nas indústrias de carne compõe, portanto, por várias razões, a vida Kaingang atualmente. E compõe, conseqüentemente, a crítica que os Kaingang fazem desse mesmo trabalho enquanto um emprego que é o avesso daquilo que eles acreditam que os caracteriza e os forma e faz, de fato, enquanto tais. Parece ser possível afirmar que os Kaingang seguem trabalhando nos frigoríficos diariamente ao mesmo tempo em que apontam pra o fato deste trabalho realmente não pertencer ao seu modo de vida. Principalmente por se tratar de um trabalho que, se comparado a tudo aquilo que pode construir e que envolve o Toldo Chimbanguê, produz muito pouco. Em outras palavras, o trabalho nos frigoríficos é pensado em relação com o modo de vida na aldeia e, ao fazê-lo, os Kaingang recuperam as práticas e os conhecimentos da terra indígena enquanto verdadeiramente Kaingang.

Esse contexto, em que estão relacionadas indústrias frigoríficas e terra indígena, é relativamente recente, considerando que as contratações começaram a alcançar grande parte dos moradores do Toldo Chimbanguê somente a partir do ano de 2008, segundo os relatos. Essa pesquisa procurou, portanto, esclarecer esse quadro que se coloca para os Kaingang atualmente, cuja alternativa de trabalho que mais tem empregado os indígenas é aquela que, de diversas formas, se opõe ao que eles consideram essencial para dar continuidade ao seu modo de vida. No esforço de buscar compreender essas oposições e relações, a pesquisa espera ter contribuído, também, para pensar o momento atual – tão celebrado publicamente – das indústrias de carne, que alcançam indígenas para além da região de Chapecó, além de muita gente mais, brasileiros, haitianos, senegaleses, gente

pobre, desterritorializada e com pouca instrução formal, que continua a alimentar a faceta mais literal dessa “máquina de moer gente” que, como teorizou Darcy Ribeiro (1995), constitui o trágico cerne da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ledson Kurtz. *Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang Baseada na Etnografia, Cosmologia e Dualismo*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- ALMEIDA, Ledson Kurtz. TOMMASINO, Kimiye. “Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista”. In: *Estudos sobre as Sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil*. Mediações V. 19 N. 2, p. 18-42. Londrina, 2014.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial. In: *Revista Mundos do Trabalho* | vol. 6 | n. 12 | julho-dezembro de 2014| p. 11-25
- AMATO, Fábio. BRF e CADE selam acordo e fusão entre Sadia e Perdigoão é aprovada. 13/07/2011. Disponível no endereço eletrônico: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/07/brf-e-cade-selam-acordo-e-fusao-sadia-e-perdigao-e-aprovada.html>>. Acesso em 12 de abril de 2016.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones)*. Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2006.
- AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional*. Rio de Janeiro : Ed. Multifoco, 2014.
- BELLANI, Eli Maria. *Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai. O processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- BOSI, Antônio (Org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010) – Estudos sobre a cadeia avícola*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014a.
- _____. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). In: A. Bosi (Org.), *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010) – Estudos sobre a cadeia avícola*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014b, p. 11-30.

- _____. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. *Revista História Unisinos*, nº 20 (1), p 94-196. Jan/abril 2016. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.201.09/5249>> Acesso em 02 de maio de 2017.
- BRASIL. Lei 6001/73 – Constituição Federal - Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96, 1988.
- BRIGHENTI, Antonio Clovis. Territórios em movimento: conflito por espaço e memória na regularização das terras indígenas em Santa Catarina. *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. UDESC, AMPUH – SC, PPGH. Florianópolis, 2011.
- _____. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandro Fernando.(Org.). *Etnohistória, História Indígena e educação: Contribuição para o debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012, v. 01, p. 37-65.
- _____. *O movimento indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2012.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Dissertação de mestrado. UFF/Niterói: 2007.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os mortos e os outros*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. Política indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Fapesp/SMC/Cia. das Letras, p. 133-154, 1992.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e Consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- CENTRO DE MEMÓRIA BUNGE. Histórico Ceval. Disponível em: <<http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-ceval.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.
- CIMI REGIONAL SUL. *Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: 1984.

- COELHO DE SOUZA, Marcela. *O traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os jê e seus antropólogos*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- CORAZZA, Gentil. Traços da Formação Socioeconômica do Oeste Catarinense, sd. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.apec.unesc.net/VII_EEC/sesoes_tematicas/%C3%81rea%204%20Hist%20Econ/TRA%C3%87OS%20DA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20SOCIOECONOMICA.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.
- COSTA, Melina. Uma saga familiar chega ao fim. Revista Exame, 28/05/2009. Disponível no endereço eletrônico <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/944/noticias/saga-familiar-chega-ao-fim-473288>>. Acesso em 21 de março de 2016.
- CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton & Co., 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.
- DALLA COSTA, A. J. *A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares*. 2005. Disponível no endereço eletrônico: <www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_a_no_2005_texto_19.pdf>. Acesso em 21 de março de 2016.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM* - Ano 19, n. 23, 1989.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 12,, p. 107-129, 2014.
- DIAS, Juliana. *O Rigor da Morte: a Construção Simbólica do "Animal de Açogue" na Produção Industrial Brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *Santa Catarina em Dados: 2014 / Unidade de Política Econômica e Industrial*. Florianópolis : FIESC, v. 24, 2014.

- FÉNDÔ - Tributo a uma Guerreira. Direção de Penna Filho. Roteiro: Penna Filho. Música: Márcio Pazin. 2000. (25 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://vimeo.com/25980870>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- FERNANDES, Recardo Cid e PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, vol. XVIII, nº 2, p. 115-132, 2015.
- FIDDES, Nick. *Meat: a natural symbol*. London: Routledge, 1991.
- FILHO, Alcides Goularti. A formação Econômica de Santa Catarina. *Revista Ensaios FEE*. Vol. 23, nº 2. p. 977-1007. Porto Alegre, 2002.
- FROEHLICH, Graciela. “Do porco não sobre nem o grito!”: classificações e práticas, saberes e sabores no abate doméstico de porcos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- GAIGER, Julio M. G. *Toldo Chimbangue. Direito Kaingang em Chapecó – Análise Jurídica*. Chapecó: CIMI Regional Sul, 1985.
- GRAF, Laila & COUTINHO, Maria C. Entre aves, carnes e embalagens: divisão sexual e sentidos do trabalho em abatedouro avícola. *Estudos Feministas*, vol. 20, n. 3, p. 761-783, 2012.
- JUNIOR, Flavio Silveira Rosado. *Relatório de estágio supervisionado: Coopercentral Aurora Alimentos*. Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Engenharia Química e Alimentos. Florianópolis, 2012 (não publicado).
- HECK, Fernando Mendonça. Neodesenvolvimentismo, degradação do trabalho em frigoríficos e sindicatos. v. 1, n. 12, p 41-58. 2014. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/Labor/article/view/6573/4786>> Acesso em 02 de maio de 2017.
- HENN, Cristiane Gretzler; SILVA, Karen Roberta Soares; HENN, João Dionísio. Territórios Transformados: Crise e Falência da Agroindústria Chapecó Alimentos e suas Repercussões Territoriais. *Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural*. Porto de Galinhas, 2010.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Características Gerais dos Indígenas. Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1983.

- LIMULJA, Hana Cibele Lins Rocha. *Uma etnografia da Escola Indígena Fen'Nó à luz da noção de corpo e das experiências das crianças kaingang e guarani*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- MCCALLUM, Cecília. O corpo que sabe da epistemologia Kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sul-americanas. In: Paulo César Alves e Miriam Rabelo (orgs.), *Antropologia da saúde: perspectivas e interface*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- MELLO, Gláucia Buratto Rodrigues. *Kaingang, Guarani e Xetá. Atualizando representações sociais e políticas indígenas paranaenses*. Erechim, RS: Habilis, 2015.
- MENEZES, Cynara. Onde Alá não influencia. *Carta Capital*, Ano XX, n. 803, 2014, p. 36-39.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Instrução Normativa Sda nº 3, de 17 de janeiro de 2000. Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização Para o Abate Humanitário de Animais de Açougue. Disponível em: <<http://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/instrucao-normativa-sda-3-de-17-01-2000,661.html>>. Acesso em: 11 maio 2017.
- MIRANDA, Newton Rodrigues. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. *Revista do CAAP*. Belo Horizonte. n. 2, Vol. XVII, p. 153-176, 2011.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da UEM, 1994.
- MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil Meridional na Metade do século XIX. In: Lúcio Tadeu Mota; Francisco S. Noelli & Kimiye Tommasino (Orgs.), *Uri e Wãxi. Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, p. 81-88, 2000.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva e SILVA, Fabíola Andréa. Pari: Armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no Sul do Brasil. *Universidade e Sociedade. Revista de Divulgação Científica da Universidade Estadual de Maringá*. Ano 11, nº 15, dezembro de 1996.
- NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel & BLOEMER, Neusa. *Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.

- NOELLI, Francisco (Org.). *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do sul do Brasil*. Londrina: Eduel, 1998.
- NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org.). *O ciclo de vida Kaingang*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.
- NOVAES, Sylvia Cayubi. *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- OLIVEIRA, Guilherme de; PICCININI, Fábio Júnior. A dinâmica econômica do setor agropecuário no município de Chapecó. *Caderno de Informações Socioeconômicas do Município de Chapecó*, Chapecó, v. 26, n. 14, p.06-15, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2032.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.
- OLIVEIRA, Maria Conceição. *Os Especialistas Kaingáng e os Seres da Natureza: curadores da Aldeia Xaçepó – Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1996.
- PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica do oeste de Santa Catarina. *Saeculum Revista de História*. João Pessoa, jan./jun. 2006.
- PERTILE, Noeli. *Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina. O processo de produção de carnes no Oeste Catarinense*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Feral de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia 1986 “‘Fome de braços’ - questão nacional. Notas sobre o trabalho livre no nordeste do século XIX”. *Cadernos do CERU - USP*, n. 2, 2ª. série: 67-91.
- PRIMI, Lilian. Índios na linha de produção: Frigoríficos buscam mão de obra em aldeias para trabalho com alto índices de doenças. *Revista Caros Amigos*, São Paulo n° 197/agosto 2013, p. 20-23.
- RENK, Arlene. A colonização do Oeste Catarinense: a representação dos brasileiros. *Cadernos CEOM*. Vol. 5, n. 7, 1991.

- _____. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Grifos 1997.
- RIBEIRO, Adilson Ricardo e PIOVEZANA, Leonel. Pensando a Educação Indígena Kaingang numa perspectiva freiriana. In: Benvenuti, Bergamaschi e Marques (Orgs.), *Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 112-129.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Cinthia Creatini. *Adoecer e Curar: Processos da Sociabilidade Kainang*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- RODRIGUES, Mário Luiz e NEUMANN, Rosabe Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis, 2015. Disponível em <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>> Acesso em 05 de maio de 2017.
- ROSA, Rogério Reus Gonçalves. “Os Kujà são diferentes”. *Um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro*. Doutorado – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- ROSA, Patrícia Carvalho. A noção de Pessoa e a Construção de Corpos na Sociedade Kaingang Contemporânea. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 15-43, jan./jun. 2008.
- SALES, Daniela Franciele. Educação Kaingang: uma pedagogia diferenciada. In: Benvenuti, Bergamaschi e Marques (Orgs.). *Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 144-151.
- SANTA CATARINA (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. *Diário da Assembleia*. 1ª ed. Impressão Própria, Florianópolis-SC, 2003.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina. regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1970.

- SAVOLDI, Adiles. Territorialidades cruzadas: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. *36º Encontro Anual da Anpocs - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções – Apresentação*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt11-2/7960-territorialidades-cruzadas-a-construcao-das-identidades-indigenas-e-caboclas-no-oeste-catarinense/file>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- SILVA, Lucas Alves da. A História Kaingáng através do Ritual do Kiki. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis – UFSC, vol.5, nº1, 2011.
- SILVA, Marco Antônio Both da. Caboclo: as especificidades histórias e os diferentes empregos de uma palavra. *XII Encontro Estadual de História Anpuh/RS – Apresentação*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2014.
- SILVA, Marcos Antônio. *Memórias que lutam por identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC). 1970-1986*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, 2006.
- SILVA, Sérgio Baptista da. Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH da Universidade de São Paulo-USP, 2001.
- SILVA, Zaqueu Casemiro e PIOVEZANA, Leonel. A cultura no cotidiano indígena: identidade e pertencimento. In: Benvenuti, Bergamaschi e Marques (Org.). *Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 42-52.
- SIQUEIRA, Débora V. "A gente sabe o sistema como é criado": a carne de porco entre a casa e a agroindústria na região de Chapecó-SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos, 2016.
- SORDI, Caetano. *De Carcaças e Máquinas de quatro estômagos: Estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. (Dissertação de mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Porto Alegre, 2013.

- SOUSA, Emilene Leite de. *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. Tese de Doutorado em Antropologia Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Florianópolis, 2014.
- SOUZA, Almir Antonio de. *A invasão das Terras Kaingang nos Campos de Palmas. O progresso contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44)*. In: *Dossiê – Estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no sul do Brasil*. Vol. 19, nº 2. 2014.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- STEFANUTO, Míriam Rebeca Rodeguero. "São eles que fazem isso comigo: um estudo antropológico sobre trabalhadores e animais em um frigorífico no interior do estado de São Paulo". [não publicado], 2014. (Processo 13/00771-7). Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/141863/sao-eles-que-fazem-isso-comigo-um-estudo-antropologico-sobre-trabalhadores-e-animais-em-um-frigori/>>. Acesso em: 12 maio 2017.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. 1888. Os índios Caingangs (Coroados de Guarapuava). Monographia acompanhada de um vocabulário do dialecto de que usam. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, suplemento ao tomo LI (comemorativo do quinquagésimo aniversário do Instituto), p. 251-310. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C.
- TAUSSIG, Michael T. *O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Rio Tibagi. In: Kimiye Tommasino; Lúcio Tadeu Mota & Francisco S. Noelli (Orgs.). *Novas contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina, Eduel. 2004.
- TSING Anna. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press.
- VALENTINI, Delmir José e RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.
- VANDER VELDEN, Felipe. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

- VAZ, Jananina; CARDOSO, NILSO e SPONCHIADO, Denise A. Martins. Diagnóstico Sociolinguístico da Língua Kaingang. In: Benvenuti, Bergamaschi e Marques (Org.). *Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 130-143.
- VEIGA, Juracilda. *Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma Sociedade Jê Meridional*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- _____. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese (Doutorado) – PPGAS/Unicamp, Campinas, 2000.
- _____. Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. In: Kimiye Tommasino; Lúcio Tadeu Mota & Francisco S. Noelli (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p. 267-284.
- _____. *O processo de privatização da posse da terra indígena*. In. Portal Kaingang. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2015.
- VIALLES, Noelie. *Animal to Edible*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WELTER, Liane. O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- XAXIM. História do Município de Xaxim. Disponível em <<http://www.xaxim.sc.gov.br/>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

ANEXO

Apresento, neste anexo, parte do mito de origem Kaingang, narrado pelo Cacique Arakxô a Telêmaco Borba, em 1908.

“Em tempos imemoráveis, deu-se um dilúvio que cobriu a terra inteira, habitada de nossos antepassados. Somente o cume da serra Krinjinjimbé (Serra do Mar) sobressaía das águas diluviais. Os Kaingang, Kaiurukré e Kamé nadavam na direção dela, cada um com um luminoso tição entre os dentes. Os Kaiurukré e os Kamé cansaram, afundaram-se e pereceram; suas almas foram habitar o interior da montanha. Os Kaingang e uns poucos Curutons atingiram com dificuldade o cume da serra, onde permaneceram uns no chão, outros nos ramos das árvores porque não acharam mais lugar. Lá passaram uns dias sem alimento e sem que as águas baixassem. Já esperavam a morte, quando ouviram o canto das saracuras que traziam cestinhos de terra, que deitavam nas águas. Assim, as águas foram recuando devagar. Os Kaingang clamavam às saracuras que se apressassem. Estas redobraram suas vozes e pediram aos patos que as ajudassem. Em pouco tempo conseguiram formar uma planície espaçosa no monte, que dava bastante campo aos Kaingang, com exceção daqueles que se refugiaram nas árvores. Estes foram transformados em macacos e os Curutons em macacos urradores. Desaparecida a inundação, os Kaingang estabeleceram-se nas proximidades da serra do mar. Os Kaiurukré e os Kamé, cujas almas moravam no interior da serra, começaram a abrir caminhos. [...] Depois de terem chegado a uma grande planície, reuniram-se e aconselharam-se como deviam casar os filhos. Casaram primeiro os Kaiurukré com as filhas dos Kamé, e vice-versa. Quando porém, restavam ainda muitos jovens, casaram-nos com as filhas dos Kaingang. E daí veio que os Kaiurukré, os Kaingang e os Kamé são parentes e amigos.” (narrativa coletada por Telêmaco Borba, 1908 *apud* Silva, 2002, p. 130-131).